

C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

176 jul./set. 2012

ISSN 1413-1536

Entrevista: **Luis Carlos Batista**

Empreendedorismo
no setor de
comércio

Ponto de vista:

**Geraldo
Machado**

A educação
do homem do
campo

O programa bolsa
família e a política de
descentralização:
impactos sobre a
pobreza no Nordeste e
na Bahia

A gestão das ONGs e o
seu potencial de
contribuição com o
desenvolvimento
econômico baiano

CONHEÇA OS RESULTADOS DOS **DIÁLOGOS TERRITORIAIS**

Construindo a Bahia

COM A VOZ DE TODOS NÓS

Mais de um milhão e meio de baianos participaram das plenárias do Plano Plurianual Participativo (PPA-P) em 2007 e 2011, das conferências territoriais temáticas, seminários, encontros, caravanas e fóruns por toda a Bahia. Em 2013, o Governo do Estado, por meio das secretarias do Planejamento (Seplan) e Relações Institucionais (Serin), irá novamente ao seu encontro, mas desta vez para apresentar à sociedade os resultados. O que foi definido e o que foi atendido.

Também será o momento de apresentar o planejamento futuro do Estado e falar de instrumentos de gestão que ampliam a eficácia das políticas públicas, reduzem os custos e otimizam os investimentos estaduais e municipais nas áreas de saneamento (água e esgoto), gestão de resíduos sólidos e planejamento, gestão territorial e mobilidade. Isto tudo é possível com a construção de um Consórcio Público.

Os consórcios podem ser utilizados em diversas áreas: gestão, proteção ao meio ambiente, prestação de serviços, assistência técnica, execução de obras, mobilidade e fornecimento de bens. Se o seu município ainda não faz parte de um Consórcio Público, acesse o site www.consorciospublicos.ba.gov.br

**DIÁLOGOS
TERRITORIAIS** 
CONSTRUINDO A BAHIA COM A VOZ DE TODOS NÓS

 **Bahia**
GOVERNO
TERRA DE TODOS NÓS

SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO

SECRETARIA DE
RELAÇÕES INSTITUCIONAIS



C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

176 jul./set. 2012

Sumário

5

Carta do editor

Economia em destaque

6

Desempenho da economia baiana no primeiro semestre de 2012

Carla Janira Souza do Nascimento, Elissandra Alves Britto, Rafael Cardoso Cunha

Entrevista

22

Empreendedorismo no setor de comércio

Luis Carlos Batista

Artigos

26

O programa Bolsa Família e a política de descentralização: impactos sobre a pobreza no Nordeste e na Bahia

Semíramis Manguiera de Lima, Laércio Damiane Cerqueira da Silva, Carlos Eduardo Gasparini

47

Construção civil na Bahia e Região Metropolitana de Salvador

Lucas Henrique Reis Figueredo, Urandi Roberto Paiva Freitas

34

A gestão das ONGs e o seu potencial de contribuição com o desenvolvimento econômico baiano

Antonio Oliveira de Carvalho, Élvia Mirian Cavalcanti Fadul

Expediente

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
JAQUES WAGNER

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO
JOSÉ SERGIO GABRIELLI

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA
JOSÉ GERALDO DOS REIS SANTOS

CONSELHO EDITORIAL
Andréa da Silva Gomes, Antônio Alberto Valença, Antônio Plínio Pires de Moura, Celeste Maria Pedreira Philigret Baptista, César Barbosa, Edmundo Sá Barreto Figueirôa, Gildásio Santana Júnior, Jackson Ornelas Mendonça, Jorge Antonio Santos Silva, José Ribeiro Soares Guimarães, Laumar Neves de Souza, Paulo Henrique de Almeida Ranieri Muricy, Rosembergue Valverde de Jesus, Thiago Reis Góes

DIRETORIA DE INDICADORES E ESTATÍSTICAS

Gustavo Casseb Pessoti

COORDENAÇÃO GERAL
Luiz Mário Ribeiro Vieira

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Elissandra Alves de Britto
Rosângela Ferreira Conceição

EQUIPE TÉCNICA
Mária Margarete de Carvalho Abreu Perazzo
Mercejane Wanderley Santana
Zelia Maria de Carvalho Abreu Gois
Dilciele Nascimento de Sousa (estagiária)
Rafael Augusto Fagundes Guimarães (estagiário)

COORDENAÇÃO DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO/ NORMALIZAÇÃO
Eliana Marta Gomes Silva Sousa

COORDENAÇÃO DE DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Ana Paula Porto

EDITORIA-GERAL
Elisabete Cristina Teixeira Barretto

REVISÃO
Calixto Sabatini (Linguagem)
Ludmila Nagamatsu (Padronização e Estilo)

DESIGN GRÁFICO/EDITORIAÇÃO/ ILUSTRAÇÕES
Nando Cordeiro

PRODUÇÃO
Erika Encarnação

FOTOS
Secom/Adenilson Nunes/Carol Garcia/Elói Corrêa/Manu Dias/Mateus Pereira/Rafael Martins, Stock XCHNG

IMPRESSÃO
EGBA – Tiragem: 1.000

Seção especial

57

Atividade econômica baiana cresce 2,6% no segundo trimestre e acumula alta de 3,6% em 2012

Carol Araújo Vieira, Denis Veloso da Silva, João Paulo Caetano Santos

Ponto de vista

66

A educação do homem do campo

Geraldo Machado

Investimentos na Bahia

68

O estado da Bahia deverá atrair cerca de R\$ 50 bilhões em investimentos industriais até 2015

Fabiana Karine Santos de Andrade

72

Livros

74

Conjuntura Econômica Baiana

Indicadores conjunturais

87

Indicadores Econômicos

94

Indicadores Sociais

104

Finanças Públicas

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). É permitida a reprodução total ou parcial dos textos desta revista, desde que seja citada a fonte. Esta publicação está indexada no *Ulrich's International Periodicals Directory* e no sistema *Qualis* da Capes.

Conjuntura & Planejamento / Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. n. 1 (jun. 1994) –. Salvador: SEI, 2012.
n. 176
Trimestral
Continuação de: Síntese Executiva. Periodicidade: Mensal até o número 154.
ISSN 1413-1536

1. Planejamento econômico – Bahia. I. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.

CDU 338(813.8)



SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

Av. Luiz Viana Filho, 4ª Avenida, 435, CAB
Salvador (BA) Cep: 41.745-002
Tel.: (71) 3115 4822 Fax: (71) 3116 1781
www.sei.ba.gov.br sei@sei.ba.gov.br



**Está
na moda
investir
na Bahia.**



A Bahia produz algodão com alto padrão de qualidade, e a região oeste conta com clima favorável, infraestrutura, localização estratégica, pesquisas tecnológicas modernas e melhoramento genético. Tudo isso resulta em recordes mundiais de produtividade, além de fibras com comprimento e densidade ideais para a indústria. Para completar, o Governo da Bahia fortalece a agroindústria do algodão, disponibilizando diversos programas de incentivo. Mais do que uma tendência, investir na cadeia têxtil do Oeste Baiano é uma boa oportunidade.

SECRETARIA DA
AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO
E REFORMA AGRÁRIA



agronews@seagri.ba.gov.br • www.seagri.ba.gov.br



Carta do editor

A indústria brasileira, um dos setores de sustentação do crescimento econômico do país, vem tendo seu comportamento comprometido em função dos desajustes na conjuntura econômica mundial. Para informar os seus leitores a esse respeito, a revista *Conjuntura & Planejamento* (C&P), na sua edição 176, traz, na seção *Economia em Destaque*, a avaliação da equipe de acompanhamento conjuntural da SEI sobre o comportamento das economias brasileira e baiana diante de um quadro de incertezas no cenário internacional. Esse trabalho também apresenta projeções dando conta de que o setor industrial deverá ter, em 2012, resultado abaixo do registrado no ano passado.

No *Ponto de Vista*, o superintendente do Senar Bahia, Geraldo Machado, discorre sobre práticas metodológicas direcionadas ao homem do campo. Em sua opinião, a metodologia Aprender a Fazer Fazendo, criada por esse órgão, privilegia as situações reais de trabalho e a incorporação dos novos saberes à experiência tácita dos alunos. Também promove, de acordo com Machado, a capacitação de milhares de instrutores e a elaboração de cartilhas e material instrucional apropriados aos diferentes contextos.

Em *Entrevista*, a edição 176 conta com a colaboração de Luis Carlos Batista, presidente do Conselho de Administração da Máquina de Vendas. Empresário de sucesso, Batista relata a sua experiência como empreendedor de negócios no setor de comércio, bem como apresenta a dinâmica implícita na estratégia de criação da Máquina de Vendas e as implicações da sua adoção para a atividade e para os consumidores. O empresário comenta ainda as projeções para o segmento de móveis e eletrodomésticos nos próximos anos.

A seção de artigos traz trabalhos como o de Semíramis Manguiera de Lima, Laércio Damiane Cerqueira da Silva e Carlos Eduardo Gasparini, intitulado *O Programa Bolsa Família e a política de descentralização: impactos sobre a pobreza no Nordeste e na Bahia*, e o de Antonio Oliveira de Carvalho e Élvia Mirian Cavalcanti Fadul, denominado *A gestão das ONGs e o seu potencial de contribuição com o desenvolvimento econômico baiano*. O primeiro tem a proposta de analisar como as inter-relações no seio do Programa Bolsa Família repercutem na sua condução e verificar se, de fato, as políticas de combate à pobreza do governo federal têm tido repercussões relevantes sobre as desigualdades regionais do país. O segundo texto analisa o papel das ONGs ao estabelecerem um novo modelo de relação Estado/sociedade a partir da atuação em áreas com lacunas ou incompletudes dos serviços públicos.

A proposta da edição 176 da C&P é chamar a atenção dos leitores para uma reflexão sobre até que ponto o agravamento da crise internacional afetará a economia brasileira e quais as medidas que as autoridades monetárias poderão utilizar para manter o crescimento econômico. Em paralelo, faz-se uma análise sobre as nuances do Programa Bolsa Família, bem como sobre as prerrogativas das ONGs para o processo de crescimento econômico do estado baiano. Assim, mantendo o compromisso de informar os leitores sobre fatos e acontecimentos econômicos, a revista *Conjuntura & Planejamento* revela um cenário ainda favorável ao crescimento da economia, mesmo diante de um panorama internacional adverso.

Desempenho da economia baiana no primeiro semestre de 2012

Carla Janira Souza do Nascimento *

Elissandra Alves Britto **

Rafael Cardoso Cunha ***

No segundo trimestre de 2012, a economia internacional continuou em desaceleração, com impactos refletidos na economia brasileira, afetando o desempenho de setores importantes. A indústria de transformação deve contribuir modestamente para o crescimento do PIB gerado neste ano. As últimas projeções para o setor indicam resultado negativo para 2012, menor que o registrado no ano passado.

Na tentativa de estimular suas economias, os bancos centrais da zona do euro e da China reduziram a taxa de juros. O governo chinês prometeu ainda acelerar os investimentos planejados para infraestrutura e lançou um pacote de estímulos que pode chegar a US\$ 315 bilhões. A expectativa é a de elevar o crescimento do PIB chinês no segundo semestre para um nível entre 8,0% e 6,0%.

No Brasil, as medidas adotadas pelo governo para promover o reaquecimento da economia, incluindo pacotes de incentivo ao consumo de bens duráveis, bem como a contínua redução da taxa básica de juros, não surtiram efeito no primeiro semestre. A estimativa de crescimento do PIB em 2012 caiu para o patamar abaixo de 2%, com expectativa de recuperação a partir do terceiro trimestre.



* Mestre em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); economista pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e técnica da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). carlajanira@sei.ba.gov.br

** Mestre em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), economista pela UFBA e técnica da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). elissandra@sei.ba.gov.br

*** Mestrando em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e técnico da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). rafaelcunha@sei.ba.gov.br



Neste contexto, a economia brasileira apresentou crescimento de apenas 0,4% na comparação do segundo trimestre de 2012 com o primeiro trimestre do mesmo ano, após ajuste sazonal. Na comparação com igual período de 2011, houve aumento de 0,5% no segundo trimestre do ano. No primeiro semestre de 2012, o PIB apresentou aumento de 0,6% em relação a igual período de 2011. No acumulado dos quatro trimestres terminados no segundo trimestre de 2012, o PIB registrou crescimento de 1,2% em relação aos quatro trimestres imediatamente anteriores. O pequeno ritmo de crescimento da economia brasileira foi influenciado pela queda da indústria (-2,5%). Os investimentos foram fracos no período, apresentando recuo de 0,7% na margem. O consumo e o gasto do governo cresceram apenas 1,1% e 0,6%, respectivamente. No que se refere ao setor externo, as importações de bens e serviços cresceram 1,9%, enquanto que as exportações tiveram queda de 3,9% (CONTAS NACIONAIS TRIMESTRAIS, 2012).

O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), considerando-se os dados ajustados sazonalmente, apresentou taxa de apenas 0,4% no trimestre encerrado em junho, inferior à taxa do trimestre findo em março (0,6%). Com esse resultado, o indicador cresceu 0,7% no segundo trimestre de 2012, em relação ao segundo trimestre de 2011, acumulando, no primeiro semestre de 2012, taxa de 0,9% (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2012c).

De modo geral, os principais fatores que contribuíram para um menor ritmo da atividade econômica no segundo trimestre foram a redução da demanda privada por investimentos; manutenção de elevados estoques, principalmente no segmento de veículos; e piora no cenário internacional.

Na Bahia, o PIB no segundo trimestre cresceu 0,4% em relação ao primeiro trimestre, na série com ajuste sazonal, e 2,6% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. O crescimento da atividade econômica no estado foi determinado principalmente pelo desempenho dos serviços, que cresceram 4,5% no período em relação a

2011. O setor industrial registrou taxa de apenas 0,2%, e a agropecuária recuou 2,8% no período. No resultado para o primeiro semestre de 2012, o PIB apresentou aumento de 3,6% em relação a igual período de 2011 (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2012).

Tendo por base este breve panorama, o presente artigo visa enfatizar os principais resultados setoriais das economias brasileira e baiana no primeiro semestre de 2012, como será apresentado nas seções que se seguem.

SECA REDUZ ESTIMATIVA DA SAFRA AGRÍCOLA

A safra nacional de cereais, leguminosas e oleaginosas, segundo o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (2012), divulgado pelo IBGE em julho, foi estimada em 163,3 milhões de toneladas, superior em 2,0% à obtida em 2011 (160,1 milhões de toneladas) e 1,6% maior que a estimativa de junho. Para a Companhia Nacional de Abastecimento (2012), que executa o levantamento baseado no ano safra 2011/2012, a produção estimada de grãos é de 162,6 milhões de toneladas. Calcula-se 0,1% de queda em relação à safra passada (2010/2011), que atingiu 162,8 milhões de toneladas. As duas entidades destacam o milho com grande crescimento em relação ao período passado e, por outro lado, indicam a soja e o arroz como safras que reduziram sua produção.

A safra baiana de grãos, segundo dados da Conab, caiu 12,7%, puxada pela queda na produção de feijão, que encolheu de 262,9 milhões para 106,8 milhões (-59,4%) e pela retração da produção de soja. Com essa estimativa, o estado passou de sétimo para oitavo produtor nacional de grãos.

A projeção de produção de algodão aparece com destaque, com incremento de 1,6%, segundo o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA). Ressalta-se também nas estimativas do IBGE, agora em relação à quebra de safra devido à seca, a redução na previsão da produção de feijão, com -41,8%, e de milho, que, apesar do bom desempenho nacional e da safra de verão no estado bastante otimista, a segunda safra sofreu com a

As culturas de cana-de-açúcar, café e cacau safra temporã, assim como milho e feijão segundas safras, estão na época de colheita

seca, e as previsões de crescimento de 13,3% se reduziram para 5,3%.

A queda prevista na produção de grãos na Bahia de 1,2%, segundo o LSPA, foi atribuída aos resultados negativos nas culturas de feijão e soja, ambas afetadas pelas dificuldades pluviométricas. Das culturas citadas na Tabela 1, as primeiras safras de milho e feijão já foram encerradas, assim como as de soja e sorgo. As culturas de cana-de-açúcar, café e cacau safra temporã, assim como milho e feijão segundas safras, estão na época de colheita.

A colheita do algodão primeira safra ainda não foi concluída nas principais regiões produtoras, enquanto a da segunda safra encontra-se na fase inicial de colheita. A expectativa para a produção nacional da cultura de algodão cresceu 4,9% em relação ao ano passado, o que fará com que, segundo o IBGE, a safra de 2012 seja recorde. O estado da Bahia é o segundo maior produtor do Brasil, somando 1,6 milhão de toneladas, safra 1,6% superior à de 2011.

Segundo dados do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA, em inglês), o preço do algodão, que atingiu o topo nos últimos cinco anos, em março de 2011, devido a uma grande quebra de safra, sendo cotado a 229,67 centavos de dólar por libra, hoje é negociado a 83,97 centavos de dólar. O produto acumula queda de 43,0% em relação ao mesmo período do ano passado, praticamente voltando ao patamar de julho de 2010, quando era cotado a 84,15 centavos de dólar. Apesar do preço atual não animar muito os produtores, as exportações do primeiro semestre foram fortes, com

Tabela 1
Estimativa de produção física, áreas plantadas e colhidas e rendimentos dos principais produtos
Bahia – 2011/2012

Produtos/safras	Produção física (mil t)			Área Plantada (mil ha)			Área Colhida (mil ha)			Rendimento (kg/ha)		
	2011(1)	2012 (2)	Var. (%)	2011(1)	2012 (2)	Var. (%)	2011(1)	2012 (2)	Var. (%)	2011(3)	2012(3)	Var. (%)
Mandioca	2.977	3.069	3,1	506	311	-38,5	253	253	0,2	11.778	12.120	2,9
Cana-de-açúcar	6.981	6.913	-1,0	122	117	-4,0	116	115	-1,1	60.252	60.332	0,1
Cacau	156	141	-10,0	547	543	-0,8	533	525	-1,6	293	268	-8,5
Café	152	165	8,9	163	167	2,6	154	155	0,6	987	1.068	8,2
Grãos	7.526	7.435	-1,2	2.922	2.540	-13,1	2.594	2.363	-8,9	2.901	3.147	8,5
Algodão	1.575	1.601	1,6	416	437	5,1	416	437	5,1	3.788	3.663	-3,3
Feijão	223	130	-41,8	551	291	-47,1	398	219	-45,0	561	594	5,9
Milho	2.052	2.161	5,3	799	607	-24,1	625	505	-19,3	3.282	4.282	30,5
Soja	3.513	3.447	-1,9	1.045	1.114	6,5	1.045	1.114	6,5	3.361	3.095	-7,9
Sorgo	163	96	-41,1	110	91	-17,5	110	89	-19,2	1.485	1.083	-27,1
Total	-	-	-	4.259	3.678	-13,6	3.650	3.410	-6,6	-	-	-

Fonte: IBGE–LSPA/PAM-Ba.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) IBGE–LSPA 2011.

(2) IBGE–LSPA previsão de safra 2012 (jul. 2012).

(3) Rendimento = produção física/área colhida.

aumento de 160,0% em valor exportado, saindo de US\$ 89 milhões para US\$ 231 milhões¹ (BOLETIM DO COMÉRCIO EXTERIOR DA BAHIA, 2012). O resultado provavelmente foi influenciado pelos contratos fechados no período de alta do preço.

A produção nacional de feijão, somadas as três safras, é estimada pelo IBGE em 2,8 milhões de toneladas, uma queda de 18,0% em relação a 2011. A Bahia, que colhe a primeira e terceira safras, prevê uma produção de 130 mil toneladas, que é 41,0% inferior à de 2011. Esta queda expressiva é decorrente da situação de seca pela qual passa o estado este ano. Atualmente, 72,0%² da produção de feijão na Bahia se encontra nos municípios que tiveram estado de emergência decretado por causa da seca. Com a quebra da cultura, principalmente na primeira safra, que concentra o peso da produção, o estado perde participação na produção nacional, saindo de 6,4% para 4,5% do total da produção do feijão no Brasil.

A produção nacional de milho esperada terá um aumento de 27,0% em relação a 2011, chegando a 71,45 milhões de

toneladas, segundo o IBGE. Para a Bahia, que, de acordo com a Conab, é o nono produtor nacional e primeiro do Nordeste, a primeira safra obteve um pequeno aumento da produção devido à normalidade da colheita no oeste do estado, porém sem expansão na parte semiárida. Para a segunda safra, há a previsão de queda forte devido à diminuição da área plantada, em decorrência das adversidades pluviométricas. Dados da Conab apontam para uma redução de 51,7% da produção. Porém, como o volume dessa safra é muito pequeno comparado com o total do ano, e com os bons resultados da primeira safra, a previsão ainda é otimista, de 2,2 milhões de toneladas, mantendo variação positiva de 5,3% em relação a 2011.

Para a soja, a produção esperada no Brasil é de 65,8 milhões de toneladas, 12,0% inferior à da safra anterior. Na Bahia, o ciclo do grão, que se concentra no primeiro semestre, alcançou uma produção de 3,4 milhões de toneladas, uma queda de 1,9% em relação à safra passada, puxada também pela queda de 7,9% na produtividade. Esses números foram motivados pela baixa precipitação pluviométrica no final da colheita. Apesar disso, por causa da quebra de safra no Sul e das dificuldades pluviométricas no Centro-Oeste, a participação baiana na produção nacional subiu de 4,7% para 5,2%, segundo IBGE.

1 Valores em FOB.

2 O percentual atingido da cultura se encontra no trabalho da SEI-BA sobre os impactos da seca 2012 (SANTOS, 2012). O total dos municípios atingidos pela seca pode ser encontrado na Cordec.

A Bahia é o maior produtor de cacau do Brasil, atingindo, no levantamento do IBGE, a fatia de 59,5% da produção, com 140 mil toneladas de cacau em amêndoas

A Bahia é o maior produtor de cacau do Brasil, atingindo, no levantamento do IBGE, a fatia de 59,5% da produção, com 140 mil toneladas de cacau em amêndoas. Apesar da significância do estado, o resultado atual é 10,0% menor que o de 2011. A safra nacional chegou a 236,2 mil toneladas, sendo o Brasil considerado o sétimo produtor mundial, com 5,0% (QUARTERLY BULLETIN OF COCOA STATISTICS, 2012) da produção. Os preços mundiais continuam baixos, devido à crise na Europa e à baixa demanda dos EUA. Porém, há expectativas de que, quando esses mercados reagirem, e se isso for somado ao esperado boom de consumo de China e Índia, poderá, segundo especialistas, ocorrer um choque de demanda, e os preços tenderão a alcançar patamares bem altos. Mas, de acordo com a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac), isso não deve ocorrer no curto prazo. Apesar do preço não tão favorável, as condições climáticas são positivas, e a tendência para próxima safra (2012/2013) é a de uma volta a variações positivas da produção (COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA, 2012).

O café no Brasil é dominado pelo tipo arábica, com 75,2% da produção em 2012, contrapondo com o café tipo canephora, com 24,8%. O total da produção, somando as duas tipologias, poderá chegar a 3 milhões de toneladas, 14,0% de incremento em relação a 2011. Na Bahia, a safra estimada pelo IBGE chega a 165 mil toneladas, alcançando 8,9% de variação positiva em relação à safra passada. No estado, a produção do café tipo arábica é grande maioria, chegando a 120 mil toneladas, sendo completada com 45 mil toneladas do tipo canephora. Somadas as duas tipologias, a produção de café no estado representa 5,4% da previsão para 2012.

A cultura de mandioca na Bahia é estimada em 3 milhões de toneladas, observando-se um acréscimo de 3,1% em relação à safra 2011. O estado participa com 12,4% da produção nacional, prevista, pelos dados do IBGE, para alcançar 24,8 milhões de toneladas em 2012. Por sua vez, a cana-de-açúcar, na Bahia, tem seus meses de maior concentração de colheita entre junho e setembro. A previsão de produção para o estado é de 6,9 milhões de toneladas, apontando uma queda de 1,0% em relação ao ano passado. A projeção para o Brasil é de 660,7 milhões de toneladas, também indicando uma queda em relação à safra passada, desta vez mais acentuada, em -7,6%.

Para a próxima safra (2012/2013), o governo federal disponibilizou um crédito de R\$ 4,5 bilhões. Conhecidas como Plano Safra, as linhas de crédito para o setor rural se dividem em agricultura empresarial (R\$ 3,5 bilhões) e agricultura familiar (R\$ 1 bilhão). O valor é 7,0% superior ao do Plano Safra de 2011/2012. A Bahia recebe 3,0% dos financiamentos rurais destinados no Brasil. Apesar deste relativamente bom número, em 2011, sobraram R\$ 800 milhões dotados que não foram executados.

As expectativas em relação à próxima safra (2012/2013) são otimistas, principalmente em relação às culturas de soja e milho. A soja tende a recuperar a perda na produção sofrida nesta safra, principalmente puxada pelo aumento de área plantada, devido ao preço internacional muito atrativo do grão. O milho também segue

O café no Brasil é dominado pelo tipo arábica, com 75,2% da produção em 2012, contrapondo com o café tipo canephora, com 24,8%. O total da produção poderá chegar a 3 milhões de toneladas, 14,0% de incremento em relação a 2011

com o mesmo ritmo de preços altistas e, ainda que não obtenha outra safra recorde, a conjuntura internacional é favorável, diante do choque de oferta devido à grave seca nos Estados Unidos, maior produtor mundial.

Segundo dados do Canal do Produtor (2012), a partir do sinalizador de área plantada, ou seja, as vendas de fertilizantes, estima-se que a soja irá utilizar 27 milhões de hectares de plantio para safra 2012/2013, um aumento de 2 milhões de hectares. Com isso, as expectativas são de produção de 82 milhões de toneladas no próximo ano safra, aumento de 33,0% se comparado com a previsão de safra 2011/2012 da Conab, feita em julho. Para a Bahia, a projeção é de uma retomada de produção, revertendo a queda prevista para o atual ano safra.

Apesar do cenário externo favorável, a expectativa para o plantio de milho não é tão otimista quanto para a soja, pois as duas culturas disputam espaço. Segundo o Canal do Produtor (2012), a preferência pela soja se dá pela maior liquidez, menor custo e maior facilidade para obtenção de crédito, além da rentabilidade. Com isso, a previsão de safra de milho para 2012/2013 é de 68 milhões de toneladas, queda de 2 milhões de toneladas em relação à atual safra. É importante citar que, pelo atual cenário de safra recorde neste ano e pela maior tendência para o plantio de soja, essa redução segue as expectativas conjunturais. Mesmo assim, no estado, observou-se um volume de exportação significativo no fim do primeiro semestre de 2012, quando foram vendidas para o exterior 134 mil toneladas de milho (BOLETIM DO COMÉRCIO EXTERIOR DA BAHIA, 2012), fato, à primeira vista, inédito para essa cultura. Isso pode indicar que, mesmo havendo essa concorrência com a soja, a demanda externa da cultura de milho parece estar forte e ser tendência para a próxima safra.

DESACELERAÇÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL E QUEDA NAS EXPORTAÇÕES

A produção física industrial no país, com base nos dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) (2012), acumulou taxa negativa de 3,8% no primeiro semestre de 2012, comparada ao mesmo período de 2011. Considerando-se as

A produção física industrial no país, com base nos dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) (2012), acumulou taxa negativa de 3,8% no primeiro semestre de 2012, comparada ao mesmo período de 2011

categorias de uso, todas registraram recuo no semestre, destacando-se os setores de *Bens de capital* e *Bens de consumo duráveis*, com variação percentual negativa de 12,5% e 9,4%, respectivamente. As categorias *Bens intermediários* e *Bens de consumo semi e não duráveis* registraram, respectivamente, taxas de -2,5% e -0,3% (PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL, 2012).

Do lado das vendas, o indicador de faturamento da indústria cresceu 3,1% no primeiro semestre (PESQUISA INDICADORES INDUSTRIAIS, 2012), demonstrando recuperação da atividade industrial. Na análise trimestral, na série ajustada sazonalmente, o faturamento cresceu 1,9% no segundo trimestre de 2012 frente ao trimestre anterior (-0,2%). O nível de utilização da capacidade instalada apresentou recuo, atingindo 80,8% em junho, 1,0 p.p. abaixo da taxa observada no trimestre findo em março, na série com ajuste sazonal. Apesar do recuo da capacidade instalada ressalta-se a necessidade do investimento na atividade industrial, frente à baixa competitividade do setor. Entretanto, os desembolsos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) atingiram R\$ 67,866 bilhões no período de janeiro a julho de 2012, com queda de 2,0% na comparação com o mesmo período do ano passado (BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, 2012).

Neste sentido, a desaceleração da indústria de transformação nacional no segundo trimestre, com taxa de -5,3%, evidenciada nos dados para o setor nas Contas Nacionais Trimestrais, foi basicamente marcada pela

Na Bahia a produção física da indústria (transformação e extrativa mineral) no primeiro semestre de 2012 apresentou acréscimo de 3,1%, comparada com o mesmo período de 2011

ausência de confiança dos agentes econômicos para realização de novos investimentos, em razão da crise econômica global.

Em sentido oposto, na Bahia, segundo dados da Pesquisa Industrial Mensal (2012) do IBGE, a produção física da indústria (transformação e extrativa mineral) no primeiro semestre de 2012 apresentou acréscimo de 3,1%, comparada com o mesmo período de 2011. Para o segundo trimestre observou-se taxa negativa de 1,9%.

É interessante ressaltar que o crescimento do setor industrial baiano no primeiro semestre foi, em parte, decorrente da baixa base de comparação observada no mesmo período de 2011, devido ao “apagão” de energia elétrica na Região Nordeste no mês de fevereiro. Esse evento resultou em parada na produção de importantes empresas do setor químico, impactando toda a cadeia produtiva.

A análise setorial evidencia que, no primeiro semestre de 2012, a performance da produção industrial baiana foi influenciada pelos resultados positivos apresentados pelo segmento de *Produtos químicos* (15,9%), seguido por *Alimentos e bebidas* (4,5%), *Borracha e plástico* (8,9%), *Minerais não metálicos* (3,5%) e *Celulose e papel* (0,6%). Dentre os segmentos que influenciaram negativamente esse indicador, destacaram-se *Refino de petróleo e produção de álcool* (-4,9%), *Metalurgia* (-10,1%) e *Veículos* (-11,3%).

Na análise trimestral, a produção industrial baiana apresentou recuo de 1,4% no segundo trimestre de 2012 em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Esse

resultado foi atribuído principalmente ao recuo nos setores de *Refino de petróleo e produção de álcool* (-3,5%), *Metalurgia básica* (-19,1%), *Veículos automotores* (-13,2%) e *Produtos químicos* (-1,4%).

Entre os fatores que contribuíram para o “freio” do crescimento industrial no estado no segundo trimestre, têm-se a redução na demanda por petroquímicos, como consequência da contínua retração da economia mundial, que segue influenciada pelas incertezas em relação à crise financeira europeia e à desaceleração do crescimento chinês; menores volumes de produção, devido a paradas programadas de manutenção nas plantas do setor químico (especialmente PVC, eteno e propeno). No segmento metalúrgico, parada programada de modernização e ampliação em empresa do segmento de cobre da unidade Dias D'Ávila e forte competição com os produtos importados, somada à diminuição no volume de exportação.

Mesmo com a expansão na produção física da indústria baiana, o nível de emprego no primeiro semestre registrou decréscimo, na indústria geral, de 2,8% no período, comparando-se com o mesmo período de 2011, segundo a Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário (PIMES) (2012) do IBGE. Por sua vez, o indicador horas trabalhadas, que responde mais rapidamente às oscilações da produção industrial, pois não incorre em aumento de custos para o setor, registrou queda de 3,8% no primeiro semestre, sendo que, no segundo trimestre, o recuo foi mais significativo, de 5,2%.

Mesmo com a expansão na produção física da indústria baiana, o nível de emprego no primeiro semestre registrou decréscimo, na indústria geral, de 2,8% no período, comparando-se com o mesmo período de 2011

Dentre os segmentos que influenciaram negativamente o resultado do indicador do emprego industrial no primeiro semestre de 2012, destacaram-se *Calçados e couro* (-12,5%), *Fabricação de outros produtos da indústria de transformação* (-22,3%) e *Alimentos e bebidas* (-4,2%). Em contrapartida, os principais segmentos que impactaram positivamente o número de pessoas ocupadas nesse período foram *Máquinas e equipamentos* (9,4%), *Produtos químicos* (8,3%) e *Borracha e plástico* (5,6%).

No *front* externo, as empresas brasileiras apresentaram razoável desempenho, pois exportaram US\$ 117 bilhões no período de janeiro a julho de 2012, representando recuo de 0,9% em relação ao mesmo período do ano anterior. Já as importações, com volume de US\$ 128 bilhões, registraram acréscimo de 3,1%. O maior incremento no percentual das importações, comparativamente às exportações, resultou num aumento no déficit da balança comercial para US\$ 11 bilhões, contra US\$ 6 bilhões no mesmo período de 2011. Nesse período, o comércio exterior brasileiro registrou corrente de comércio de US\$ 245 bilhões, com acréscimo de 1,1% sobre 2011, quando atingiu US\$ 243 bilhões (BRASIL, 2012a).

Com um ritmo mais forte, a balança comercial da Bahia apresentou superávit de US\$ 1,70 bilhão no período de janeiro a julho de 2012, ante o superávit de US\$ 1,62 bilhão no ano anterior, de acordo com as estatísticas

do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), divulgadas pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) (BOLETIM DE COMÉRCIO EXTERIOR DA BAHIA, 2012). Conforme ilustra o Gráfico 1, o saldo apresentou queda no acumulado dos últimos 12 meses, confirmando as expectativas de impacto da crise mundial sobre o comércio exterior baiano.

As exportações baianas, no período de janeiro a julho de 2012, atingiram US\$ 6,22 bilhões, com acréscimo de 4,8% comparado ao mesmo período de 2011. O desempenho das exportações nos primeiros sete meses de 2012 decorreu principalmente do aumento nas vendas nos segmentos *Soja e derivados* (41,4%), *Algodão e seus subprodutos* (160,1%) e *Petróleo e derivados* (16,3%). Em sentido contrário, com taxas negativas destacaram-se *Metalúrgicos* (-38,6%), *Papel e celulose* (-6,8%) e *Químicos e petroquímicos* (-5,5%).

Na comparação com 2011, as vendas de produtos básicos na Bahia cresceram 42,4%, os manufaturados ampliaram-se em 4,6%, e os semimanufaturados apresentaram recuo de 16,4%. O grupo de produtos industrializados respondeu por 74,6% do total exportado pela Bahia no ano de 2012.

Do mesmo modo, as importações registraram acréscimo de 4,7%, com valores de US\$ 4,52 bilhões, e a corrente de comércio (exportações mais importações) registrou expansão de 4,7% no período considerado.

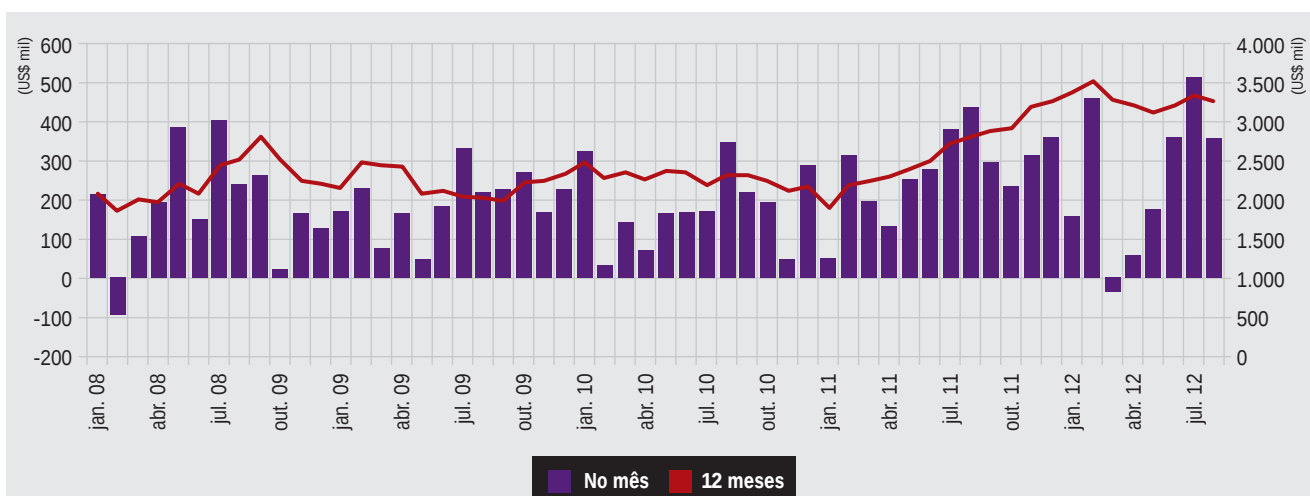


Gráfico 1
Saldo da Balança Comercial – Bahia – jan. 2008-ago. 2012

Fonte: MDIC/Secex.
Elaboração: SEI/CAC.

Do lado das importações, em termos de participação, as compras de *Intermediários* representaram 45,1% da pauta total, e as de *Bens de capital*, 14,6%, demonstrando que a pauta baiana de importação é fortemente vinculada a bens direcionados à atividade produtiva. As importações de *Bens de consumo* representaram 15,9%, e as de *Combustíveis e lubrificantes*, 24,4%. No período de janeiro a julho de 2011, a categoria *Combustíveis e lubrificantes* foi a que registrou maior crescimento, de 18,2%, seguida de *Bens de consumo duráveis* (11,7%) e *Bens de consumo não duráveis* (6,2%). As categorias *Bens de capital* (-4,3%) e *Intermediários* (-0,4%) registraram taxas negativas no período.

Por mercados de destino, destacam-se as vendas para a União Europeia (26,2%) e Ásia (21,7%). No entanto, para a União Europeia, as vendas reduziram-se em 2,2%, mas ainda assim a região mantém-se na primeira posição como mercado comprador de produtos baianos em 2012, superando a Ásia e o Nafta, que registraram aumento no período de, respectivamente, 15,7% e 5,0%. Dentre os produtos vendidos à União Europeia, destacam-se celulose, soja e óleos combustíveis.

Por fim, o desempenho da indústria baiana na margem tem sido muito aquém do esperado (0,4, em maio; 2,1%, em junho; 0,3%, em julho), uma vez que o aumento das importações de manufaturados ante a produção tem sido maior, fato atribuído ao recuo da demanda dos produtos nacionais por parte das economias que estão em crise, e, conseqüentemente, ao aumento do estoque.

Segundo dados da Sondagem Industrial da Fieb (2012), o nível de estoques de produtos finais elevou-se em julho. O índice situou-se em 53,3 pontos, acima da linha divisória de 50 pontos

Segundo dados da Sondagem Industrial da Fieb (2012), o nível de estoques de produtos finais elevou-se em julho. O índice situou-se em 53,3 pontos, acima da linha divisória de 50 pontos.

Ainda de acordo com os dados da Sondagem Industrial (2012) a atividade industrial baiana está mais aquecida em julho do que no mês anterior. O indicador de utilização da capacidade instalada (UCI) efetiva em relação ao usual aumentou 3,7 pontos frente a junho, situando-se em 50,7 pontos em julho. A indústria baiana operou, em média, com 82,0% da capacidade instalada em julho. O indicador aumentou 1,0 p.p. entre junho e julho e encontra-se 9 p.p. acima do mês de fevereiro.

Neste sentido, em julho, foi aprovada pela Câmara dos Deputados uma medida provisória com incentivos à indústria brasileira, que tem por objetivo reduzir o custo da folha de pagamento em alguns setores e repassar R\$ 45 bilhões do Tesouro ao BNDES para financiar, a juros baixos, investimentos do setor industrial. A proposta seguiu para análise do Senado, e a expectativa é a de que essas medidas possam estimular a economia no segundo semestre do ano.

Para o setor químico, foi concluído, em maio, o trabalho do Conselho de Competitividade da Indústria Química, liderado pelo BNDES e composto por outros representantes do governo, da indústria química e também por representantes das centrais sindicais. Esse conselho trabalhou, durante cerca de um ano, na elaboração de propostas – Regime Especial da Indústria Química – focadas na desoneração de matérias-primas e dos bens de capital. O objetivo é viabilizar e estimular o investimento em novas capacidades produtivas e também na priorização do estímulo à inovação, especialmente no que se refere à química verde, baseada em matérias-primas renováveis. A expectativa na adoção dessas medidas de estímulo e desoneração, se aprovadas, é a de que possam viabilizar e estimular um novo ciclo de investimentos no setor nos próximos anos.

Todavia, o cenário de curto prazo no ramo petroquímico ainda é de grande variação de preços e custos. A nafta, principal matéria-prima, continua a acompanhar a flutuação do preço de petróleo, que é influenciado

Os preços dos principais petroquímicos e de resinas termoplásticas têm reagido mais à volatilidade de curto prazo do que aos fundamentos de mercado de balanço entre oferta e demanda de petroquímicos

pelo ambiente macroeconômico e pela maior ou menor aversão ao risco do mercado de capitais. Os preços dos principais petroquímicos e de resinas termoplásticas têm reagido mais à volatilidade de curto prazo do que aos fundamentos de mercado de balanço entre oferta e demanda de petroquímicos.

Por sua vez, para o setor metalúrgico, as perspectivas para o ano de 2012 são de que a recuperação no preço do cobre continue pressionada pelas condições macroeconômicas globais, destacando-se a expectativa de menor crescimento na demanda da China no segundo semestre deste ano. O preço médio do cobre na London Metal Exchange (LME) vem sofrendo declínio gradativo desde o terceiro trimestre de 2011, em torno de 13,0%, refletindo períodos de instabilidade econômica internacional. A desaceleração da economia internacional e as possíveis repercussões que começam a acontecer na economia brasileira resultam em implicações importantes para a demanda dos produtos metalúrgicos. As medidas de estímulo econômico que o Brasil tem introduzido e as melhorias operacionais a serem geradas por alguns projetos de investimentos implementados no setor podem potencialmente atenuar os efeitos desfavoráveis resultantes do cenário macroeconômico sobre o setor industrial.

Neste sentido, a performance para a indústria brasileira e, conseqüentemente, para as relações comerciais com o exterior no segundo semestre está aguardando ainda

a divulgação de mais estímulos à indústria, visando corrigir problemas ligados à dificuldade de competitividade, necessidade de redução dos custos de produção e adequação dos estoques elevados. Por sua vez, as exportações tendem a se desacelerar, enquanto as importações devem avançar a um ritmo mais forte.

Entretanto, a indústria baiana deverá apresentar uma dinâmica diferenciada da média nacional, favorecida não apenas pela baixa base de comparação no segundo semestre de 2011, mas também pelo dinamismo provocado pelas recentes políticas macroeconômicas.

VAREJO MANTÉM RITMO DE EXPANSÃO

O agravamento da crise internacional influenciou o desempenho da atividade econômica brasileira no primeiro semestre do ano. Estrategicamente, as medidas anticíclicas adotadas pelo governo contribuíram para que o comércio varejista mantivesse o ritmo de expansão. Assim, os dados da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), na primeira metade do ano de 2012, sinalizaram uma taxa de expansão de 9,1% no varejo nacional. No mês de junho, o acréscimo no volume de vendas foi de 9,5%, em relação a igual mês do ano anterior.

Na análise semestral de 2012, observou-se que todas as oito atividades que compõem o Indicador do Volume de Vendas do Comércio Varejista apresentaram resultados positivos, destacando-se em ordem decrescente: *Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação* (17,9%); *Móveis e eletrodomésticos* (14,1%); *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos* (10,9%); *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo* (9,6%) – no subgrupo Hipermercados e supermercados a variação alcançou taxa de 10,0%; *Outros artigos de uso pessoal e doméstico* (7,5%); *Combustíveis e lubrificantes* (4,7%); *Livros, jornais, revistas e papelaria* (4,0%); e *Tecidos, vestuário e calçados* (1,1%).

O varejo ampliado registrou variação de 12,3% comparada a igual mês do ano de 2011, e oscilações de 7,0% e 5,6% para os acumulados do ano e dos últimos 12 meses.

Cabe registrar que os segmentos de *Veículos, motos e peças* e *Materiais de construção* apresentaram comportamentos díspares. O primeiro, no mês de junho, expandiu as vendas em 19,8% em comparação ao mesmo mês do ano passado, resultando, no acumulado do ano, em taxa de 3,0%. Enquanto o segundo, com uma expansão mensal de 0,5% em relação a igual mês do ano anterior, demonstrou um suave crescimento nos negócios, a despeito da expansão verificada nos meses anteriores, que resultou no acumulado do ano com taxa de 9,3%. Essa discrepância no comportamento dos dois segmentos se deu em razão dos incentivos fiscais concedidos pelo governo ao setor automobilístico, como a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), prevista para vigorar de junho a agosto de 2012.

Na Bahia, ainda segundo os dados da PMC divulgados pelo IBGE, as vendas continuam em ritmo de expansão. Em junho, o volume cresceu 13,9% em relação a igual mês do ano anterior. A despeito das incertezas que marcam o cenário econômico internacional, o comércio varejista é influenciado pelas medidas de incentivo, como redução de IPI, redução da taxa de juros para o consumidor final, manutenção da renda familiar e queda nos preços.

Nos primeiros seis meses do ano de 2012, o varejo baiano apresentou ritmo de crescimento satisfatório. A taxa de 10,4% no acumulado do ano reflete, em parte, a política de expansão moderada do crédito. Quando comparado o comportamento do setor no cenário nacional com o verificado na Bahia na primeira metade de 2012, observa-se que o varejo baiano apresentou, a partir de março, taxas superiores às do comércio varejista nacional (Gráfico 2).

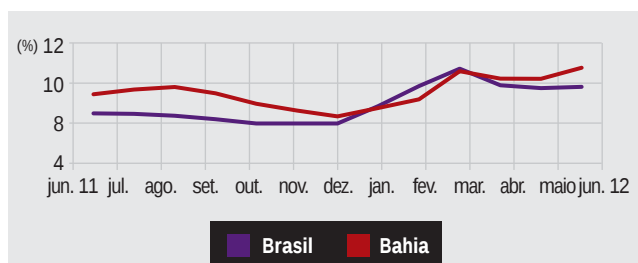


Gráfico 2
Volume de vendas no comércio varejista (1)
Brasil e Bahia – jun. 2011-jun. 2012

Fonte: PMC/IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Variação acumulada no ano.

Na análise setorial, observa-se que, em junho, em relação a igual mês do ano passado, as oito atividades do varejo obtiveram, na Bahia, variações positivas nos negócios. Os maiores destaques, por ordem de contribuição, foram: *Móveis e eletrodomésticos* (17,2%); *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas* (8,0%); e *Combustíveis e lubrificantes* (11,7%).

No segmento de *Móveis e eletrodomésticos*, em que 80,0% das transações são realizadas a prazo, as políticas de incentivo ao consumo através da redução de alíquotas de IPI para a linha branca e a manutenção de crédito foram preponderantes para impulsionar as vendas. Em junho, esse segmento registrou a maior contribuição para o incremento no volume de vendas do varejo baiano (33,5%). No semestre, a taxa foi de 14,0%. O segmento foi seguido por *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo* (8,0%); e *Combustíveis e lubrificantes* (13,0%), segunda e terceira maiores contribuições mensais, respectivamente.

A observação do comportamento desses segmentos durante os seis primeiros meses do ano de 2012 revela ritmos de expansão com momentos de retração moderada, exceção feita ao ramo de *Combustíveis e lubrificantes*. Esse último, com a taxa de contribuição para o comércio de 19,1%, teve sua expansão atribuída à queda de preços dos combustíveis e ao maior consumo durante os festejos juninos. Após imprimir um ritmo acelerado nas vendas, passou, a partir de abril, a apresentar certa estabilidade no volume de negócios (Gráfico 3).

Quanto ao segmento *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo*, foi observada, a partir do mês de abril de 2012, certa estabilidade nos negócios, atribuída ao grande volume de vendas realizadas em dinheiro, ao aumento dos salários, além de se tratar de um mês em que se costuma intensificar o consumo de produtos típicos dos festejos do São João. No subgrupo *Hipermercados e supermercados*, houve, em junho, uma variação positiva de 7,3% no volume de vendas em relação a igual mês do ano anterior, acumulando no ano acréscimo de 6,4%. Além da renda, consideram-se determinantes para esse resultado as estratégias de venda das grandes redes varejistas, como promoções, a concessão de prazos mais longos e os baixos juros para compras a crédito.

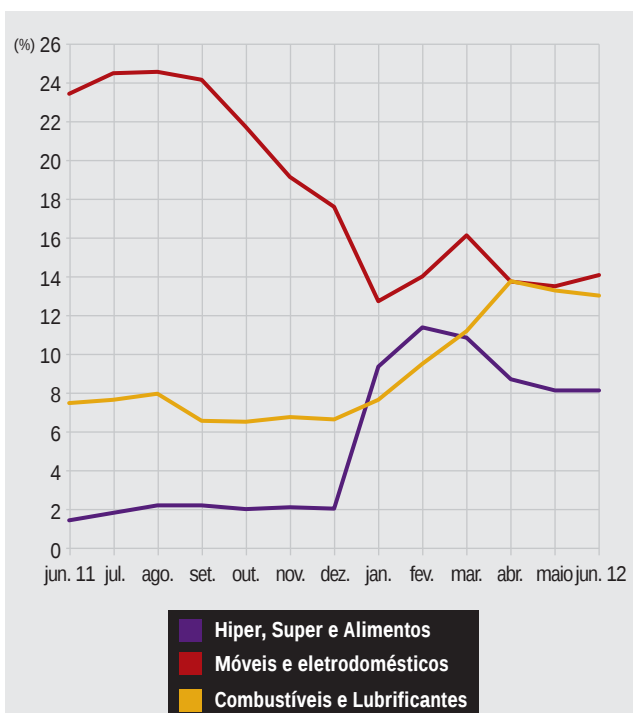


Gráfico 3
Volume de vendas no comércio varejista, por setor de atividade (1) – Bahia - jun. 2011-jun. 2012

Fonte: PMC/IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Variação acumulada no ano.

Na Bahia, considerando o comércio varejista ampliado, observa-se que medidas como a redução da carga tributária (IPI e IOF) foram relevantes para o setor manter o ritmo de expansão. O segmento *Veículos, motos, partes e peças*, que não entra no varejo restrito, intensificou as vendas, com taxa de 39,0% em junho. No mês imediatamente anterior, o ramo havia apresentado um comportamento negativo (-1,4%).

Assim, a despeito da expansão moderada nas vendas do varejo, dado os consumidores se mostrarem mais cautelosos ao realizarem suas compras, espera-se que no segundo semestre os negócios sejam intensificados. Com as medidas de estímulo à demanda doméstica, a taxa de câmbio mais competitiva e a queda na taxa de juros, a economia deverá ser aquecida.

MERCADO DE TRABALHO

O mercado de trabalho metropolitano nacional, nos primeiros seis meses de 2012, apresentou bom

A taxa de desemprego apurada pela PED para o total das regiões metropolitanas pesquisadas, na comparação das médias trimestrais, indica que ocorreu uma redução de 0,3 p.p., em relação ao primeiro trimestre de 2011

desempenho na geração de postos de trabalho, conforme pode ser observado a partir dos indicadores da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), e do Cadastro de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério de Trabalho e do Emprego (MTE). No entanto, para a Região Metropolitana de Salvador, mesmo com o aumento da ocupação, observa-se a tendência crescente da taxa de desemprego em ritmo mais forte do que no total das regiões metropolitanas.

A taxa de desemprego apurada pela PED para o total das regiões metropolitanas pesquisadas, na comparação das médias trimestrais, indica que ocorreu uma redução de 0,3 p.p., em relação ao primeiro trimestre de 2011. Ao longo do primeiro semestre de 2012, esta taxa registrou um acréscimo 1,2 p.p., passando de 9,5% em janeiro para 10,7% em junho. Para a Região Metropolitana de Salvador (RMS) ocorreu aumento das taxas médias trimestrais de desemprego de 2,6 p.p., em comparação com o segundo trimestre de 2011. A taxa passou de 15,0% em janeiro para 17,8% em junho, registrando aumento de 2,8 p.p. ao longo de trimestre. O comportamento das taxas de desemprego pode ser observado no Gráfico 4.

Com relação à taxa de atividade das regiões metropolitanas, nota-se que, nos seis primeiros meses de 2012, houve uma oscilação em torno dos 60,1%, superior à média observada nos seis primeiros meses de 2011 (59,9%). Para a RMS, esta taxa registrou um forte crescimento, tanto na

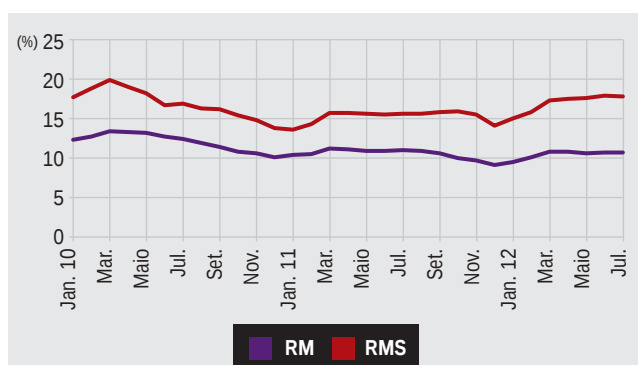


Gráfico 4
Taxa de Desemprego total das RMs e RMS
Jan. 2010-jul. 2012

Fonte: PMC/IBGE.
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Variação acumulada no ano.

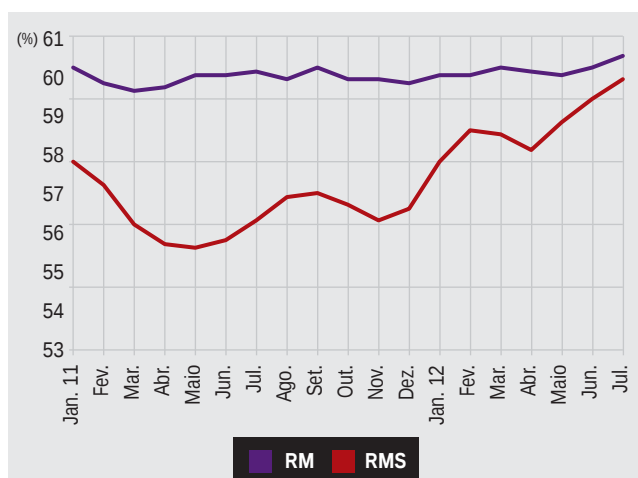


Gráfico 5
Taxa de participação total das RMs e RMS
Jan. 2011-jul. 2012

Fonte: PED/Dieese, SEI.
Elaboração: SEI/CAC.
Nota: Proporção de pessoas com 10 anos ou mais incorporados ao mercado de trabalho como ocupadas ou desempregadas - em % da PIA.

comparação semestral, passando de 56,4% para 58,5%, como no segundo trimestre de 2012, se comparado ao mesmo período do ano anterior, quando a taxa passou de 55,7% para 58,8%. Vale ressaltar que tal tendência de elevação da taxa de atividade em 2012 deve estar relacionada à redução do total de inativos, que registrou taxa negativa de 5,7% em relação ao mesmo mês de 2011. O Gráfico 5 mostra a trajetória da taxa de atividade no período considerado.

A população ocupada na RMS cresceu, em média, 4,4% nos seis primeiros meses de 2012, em relação ao

mesmo período do ano anterior, com uma geração de 1.655 postos de trabalho. No que diz respeito à distribuição setorial da população ocupada, os resultados apontam para um desempenho favorável no confronto entre valores do primeiro semestre de 2012 e de 2011, com destaque para construção (15,6%) e comércio e reparação de veículos (8,3%). Dentro do setor serviços, destacam-se serviços domésticos (16,4%) e transporte e armazenagem (16,1%).

Na análise da evolução da população ocupada assalariada por posição na ocupação, verifica-se que os empregados com carteira assinada registraram crescimento de 9,4% no primeiro semestre, em relação ao mesmo período do ano anterior. E os empregados sem carteira assinada aumentaram 4,5%.

Para o total das regiões metropolitanas, o rendimento médio real dos ocupados, referente ao mês de maio, apresentou crescimento de 2,4% na comparação interanual, segundo dados divulgados pela PED. Na comparação com o mês de abril de 2012, houve queda de 0,4%. Por sua vez, a massa salarial dos ocupados, também divulgada com um mês de defasagem, apresentou crescimento de 4,4% em relação a maio de 2011.

Na RMS, o rendimento médio real diminuiu para os ocupados (0,9%) e ficou relativamente estável para os assalariados (-0,3%), na comparação entre abril e maio. Na comparação com o mesmo mês do ano anterior, a redução no rendimento médio real foi mais intensa, tanto para os ocupados como para os assalariados, de -8,1% e -7,2%, respectivamente. Por sua vez, a massa de rendimentos reais ficou relativamente estável para os ocupados (mais 0,4%) e cresceu para os assalariados (1,5%), na comparação entre abril e maio. Nos dois casos, os resultados refletiram o desempenho positivo do nível ocupacional, uma vez que o rendimento médio real decresceu. Na comparação com maio de 2011, a massa de salários reais reduziu-se em 2,3% e 0,9%, respectivamente, para os ocupados e assalariados.

Quanto ao emprego formal, no acumulado dos seis primeiros meses de 2012, vê-se que a Bahia criou 30.334 postos de trabalho com carteira assinada, de acordo com os dados do Cadastro Geral de Empregados e

Na comparação com maio de 2011, a massa de salários reais reduziu-se em 2,3% e 0,9%, respectivamente, para os ocupados e assalariados

Desempregados divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (BRASIL, 2012b), o que corresponde à variação percentual do estoque de emprego de 1,82%, abaixo da média nacional (2,76%) e acima da média nordestina (0,46%).

Setorialmente, serviços, com 10.818 vagas, respondeu pelo maior saldo. Vale observar que, no referido setor, os três subsetores mais dinâmicos foram *Ensino; Serviços de alojamento, alimentação, reparação, manutenção e redação*; e *Serviços médicos, odontológicos e veterinários*, correspondendo a 69,4% do saldo final. Agropecuária apurou um saldo de 9.002 postos de trabalho. Construção civil, por sua vez, criou 5.606 novos empregos. A indústria de transformação contabilizou um saldo de 3.597 postos de trabalho. E o comércio apurou um resultado de 1.241 vagas de emprego. Outros setores que apresentaram saldos positivos, porém menos expressivos, foram extrativa mineral e administração pública, com 333 e 119 postos de trabalho gerados entre janeiro e junho de 2012, respectivamente. O saldo de serviços industriais de utilidade pública foi de -382 postos de trabalho, sendo, portanto, o único setor que apresentou saldo de emprego negativo de janeiro a junho de 2012.

Os indicadores analisados apontam um bom desempenho do mercado de trabalho brasileiro e baiano no primeiro semestre de 2012. No entanto, deve-se estar atento ao ritmo crescente na taxa de desemprego da RMS e à queda no rendimento médio real. Os dados expressam que, apesar do aumento da ocupação, a população que procura emprego não está sendo totalmente absorvida pelo mercado de trabalho, traduzindo-se em aumento da taxa de desemprego.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A economia brasileira apresentou um baixo dinamismo no segundo trimestre de 2012, que em parte refletiu a incerteza com relação à crise mundial. Esse cenário contribuiu para estimular o Banco Central a intensificar a redução dos juros e as demais autoridades monetárias na implementação de medidas de auxílio à atividade econômica. Entre a última reunião do órgão ocorrida em 2011 e a que aconteceu em agosto de 2012, houve uma redução de 3,5 p.p. na taxa básica de juros, que caiu para 7,5% (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2012a). Por outro lado, outras medidas já adotadas pelo governo visam estimular a economia brasileira, tais como investimentos públicos em infraestrutura, redução de impostos, desvalorização cambial e a uniformização da alíquota do ICMS sobre produtos importados, a vigorar em janeiro 2013.

Na análise do mercado de trabalho, é possível afirmar, com base nos indicadores disponíveis, que, apesar de uma demonstração de robustez dos dados, há sinais de moderação na margem. Ocorreu aumento do emprego formal, mas em ritmo menor do que o evidenciado em 2011. O desemprego tem se mantido estável em relação ao apurado desde o início do ano. Os rendimentos médios metropolitanos apresentaram aumentos nos últimos meses. No entanto, o mesmo comportamento não foi observado para os ocupados na RMS.

O contágio da crise mundial pode ser observado na redução da demanda por produtos exportáveis. No entanto, a economia brasileira e, principalmente, a nordestina encontra-se favorecida pelas transferências públicas e pelo vigor do mercado de trabalho. Ademais, a atividade econômica, em especial o comércio varejista, deve manter-se positiva frente aos estímulos derivados das medidas econômicas via expansão fiscal, monetária e do crédito público, que dinamizam o consumo das famílias, o aumento da renda e a expansão do crédito.

Em relatório divulgado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) no início de julho, manteve-se em 3,5% a previsão de crescimento da economia mundial em 2012. Todavia, o cenário externo permanece volátil e repleto de incertezas.

A recessão econômica que atinge a zona do euro, associada aos sinais de desaceleração da economia chinesa e da ainda frágil economia norte-americana, continua a afetar a demanda mundial, com consequente impacto no mercado de commodities. A perspectiva de crescimento da economia local foi reduzida, segundo relatório do FMI, para 2,5% em 2012.

Nesse sentido, diante de um cenário de crescimento mais baixo, o governo tem utilizado mais intensamente um amplo conjunto de medidas para impulsionar a atividade econômica, além de taxas de juros mais baixas e superávit menor do que o projetado. São esperadas também reduções de impostos sobre investimento e desoneração da folha de pagamento de outros setores que ainda não foram contemplados. Do lado do crédito, o governo criou novas linhas de financiamento, através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para estimular setores que vêm perdendo competitividade em razão da crise externa e do avanço da China.

Localmente, o primeiro semestre de 2012 registrou expansão do crescimento da economia baiana, evidenciado tanto pelo resultado do PIB – com elevação de 3,6% comparativamente ao mesmo período do ano anterior – como pelos indicadores econômicos, que mostraram expansão da indústria (4,0%), ampliação nas vendas do comércio (7,2%), manutenção do crescimento do saldo das exportações (4,7%) e criação de empregos (30.344 postos no semestre). É importante ressaltar, entretanto, que o crescimento do produto baiano no período foi garantido pela baixa base de comparação no primeiro semestre de 2011, quando ocorreu o “apagão” no Nordeste, que impactou fortemente a indústria química do estado. Com isso, foram registradas elevadas taxas de crescimento da indústria baiana e do volume de exportações, principalmente no primeiro trimestre deste ano. Neste sentido, retirando-se esse efeito, as perspectivas para o segundo semestre ainda são incertas, principalmente diante do baixo dinamismo da economia brasileira, do cenário agrícola baiano e do ambiente externo com expectativas desfavoráveis para curto prazo.

REFERÊNCIAS

BAHIA gera quase 8 mil vagas de empregos formais em junho 2012. *Boletim Mensal do Caged*, Salvador, jun. 2012. Disponível em: < http://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/caged/rel_CAGED_jun12.pdf >. Acesso em: 26 ago. 2012.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Ata do Copom 28 e 29 agosto 2012*. Brasília: BACEN, 2012a. Disponível em: < <http://www.bacen.gov.br> >. Acesso em: 10 set. 2012.

_____. *Relatório de inflação*. Brasília: BACEN, jun. 2012b. Disponível em: < <http://www.bacen.gov.br> >. Acesso em: 15 ago. 2012.

_____. *Índice de atividade econômica do Banco Central (IBC-BR)*. jun. 2012 c. Disponível em: < <http://www.bcb.gov.br/pt-br/Paginas/bc-divulga-ibc-br-de-junho-20120817083000.aspx> >. Acesso em: 30 ago. 2012.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. *Desempenho*: evolução do desembolso. Brasília: BNDES, jun. 2012. Disponível em: < <http://www.bndes.gov.br> >. Acesso em: 25 ago. 2012.

BOLETIM DE COMÉRCIO EXTERIOR DA BAHIA. Salvador: SEI, jul. 2012. Disponível em: < http://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/bce/bce_jul_2012.pdf >. Acesso em: 22 ago. 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. *Indicadores e estatísticas*. Brasília: MDIC, jul. 2012a. Disponível em: < <http://www.mdic.gov.br> >. Acesso em: 23 ago. 2012.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Cadastro geral de empregados e desempregados*. Brasília: MTE, jun. 2012b. Disponível em: < <http://www.mte.gov.br> >. Acesso em: 30 ago. 2012.

CANAL DO PRODUTOR. *Plano agrícola e pecuário 2012/2013*. jun. 2012. (Nota técnica n. 018-CNA). Disponível em: < <http://www.canaldoprodutor.com.br/sites/default/files/NotaTecnica18.pdf> >. Acesso em: 03 ago. 2012.

COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO PARA LAVOURA CACAUEIRA. Dados estatísticos internos, 2012.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. *Décimo levantamento da safra brasileira de grãos*. Brasília: CONAB, jul. 2012. Disponível em: < <http://www.conab.gov.br> >. Acesso em: 03 ago. 2012.

CONTAS NACIONAIS TRIMESTRAIS. A economia brasileira no 2º trimestre de 2012. Rio de Janeiro: IBGE, abr./jun. 2012. 24p. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br> > . Acesso em: 03 set. 2012.

ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO. Rio de Janeiro: IBGE, jun. 2012. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br> > . Acesso em: 21 ago. 2012.

LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA. Rio de Janeiro: IBGE, jul. 2012a. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br> > . Acesso em: 23 ago. 2012.

PESQUISA INDICADORES INDUSTRIAIS. Brasília: CNI, jun. 2012. Disponível em: < <http://www.cni.org.br/> > . Acesso em: 22 ago. 2012.

PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL DE EMPREGO E SALÁRIO. Rio de Janeiro: IBGE, jun. 2012. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/industria/pimes/> > . Acesso em: 23 ago. 2012.

PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL. Rio de Janeiro: IBGE, jun. 2012. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br> > . Acesso em: 23 ago. 2012.

PESQUISA MENSAL DE COMÉRCIO. Rio de Janeiro: IBGE, jun. 2012. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br> > . Acesso em: 30 ago. 2012.

PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO. *Taxa de desemprego aumenta na RMS, pelo quarto mês consecutivo*. Salvador: SEI, jul. 2012. Disponível em: < http://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/ped/rel_PED_jul12.pdf > . Acesso em: 30 ago. 2012.

QUARTERLY BULLETIN OF COCOA STATISTICS. London: ICCO, 2011/12, v. 28, n. 2, 2012. Disponível em: < <http://www.icco.org> > . Acesso em: 22 ago. 2012.

SANTOS, Alex; FREITAS, Urandi Roberto Paiva Freitas; ALVES, Luis André de Aguiar; VIEIRA, Luiz Mário Ribeiro Vieira; CUNHA, Rafael Cardoso. *Impactos da seca no estado da Bahia*. Salvador: SEI, maio. 2012. (Texto para Discussão, 7). Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/textos_discussao/texto_discussao_07.pdf. Acesso em: 15 ago. 2012.

SONDAGEM INDUSTRIAL DA BAHIA. Salvador: FIEB, ago. 2012. Disponível em: <http://www.fieb.org.br/Adm/FCKimagens/file/SDI/2012/AGOSTO/Sondagem%20Industrial%20Bahia%202012-08.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2012.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Atividade econômica baiana cresce 2,6% no segundo trimestre e acumula alta de 3,6% em 2012*. Salvador: SEI, 2º tri/2012. Disponível em: < <http://www.sei.ba.gov.br> > . Acesso em: 05 set. 2012.

WORLD ECONOMIC OUTLOOK UPDATE. *New setbacks, further policy action needed*. 16. jul. 2012. Disponível em: < <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2012/update/02/> > . Acesso em: 30 ago. 2012.





Luis Carlos Batista

Empreendedorismo no setor de comércio

Luis Carlos Batista era adolescente quando decidiu que queria montar seu próprio negócio. Com o dinheiro da venda do carro do pai, abriu a primeira Insinuante, em um pequeno espaço na Baixa dos Sapateiros, em Salvador. A loja cresceu e hoje integra a Máquina de Vendas, segunda maior rede de varejo de móveis e eletrodomésticos do país, criada a partir da fusão da Insinuante com a Ricardo Eletro. Nesta entrevista, Batista conta como se deu a expansão da Insinuante, comenta a importância da Máquina de Vendas e o crescimento do comércio varejista na Bahia e avalia as projeções de expansão para o segmento e para a economia brasileira.

C&P – O senhor poderia contar como entrou no ramo de móveis e eletrodomésticos?

Luis Carlos Batista – Ser independente financeiramente era uma meta que eu queria conquistar ainda jovem. E quando meu pai me presenteou com uma quantia de dinheiro (proveniente da venda de um velho Fusca), não pensei duas vezes em abrir uma «portinha» (minha primeira loja Insinuante) na Baixa dos Sapateiros, um bairro de comércio popular em Salvador (BA). A princípio eu vendia apenas colchões e alguns móveis, mas o gosto que eu tinha pelo comércio, herdado de meu pai, aliado à minha determinação, me impulsionaram a abrir cada vez mais lojas e a diversificar os meus negócios. Em pouco tempo, a

Insinuante já estava entre as maiores redes de varejo da Bahia.

C&P – Nos últimos nove anos, o comércio varejista na Bahia cresceu fortemente. A quais fatores o senhor atribui essa expansão?

LCB – Os fatores preponderantes para o crescimento foram o aumento dos empregos formais no estado; as ações promocionais dos empresários, como, por exemplo, as campanhas do Liquida; as medidas de expansão do crédito e da renda real dos trabalhadores promovidas pelo governo federal; e a política de incentivo do governo ao consumo, através da redução de alíquotas de IPI para a linha branca e móveis.

C&P – Esse mercado em expansão foi uma das razões para a estratégia de criação da Máquina de Vendas?

LCB – A expansão do consumo na Região Nordeste, associada ao crescimento do comércio varejista baiano, atraiu novas redes e, consequentemente, maior competitividade. Isso nos obrigou a desenvolver uma estratégia de blindagem que nos tornasse mais competitivos não apenas em preço, mas também na oferta de crédito e na melhoria de nossos serviços.

C&P – O que mudou nos negócios com a adesão da estratégia da Máquina de Vendas?

LCB – As principais mudanças são o ganho de sinergia entre as equipes de trabalho, através da adoção das melhores práticas de cada uma das redes, e redução de despesas, por conta do aumento da eficiência dos processos. Tivemos também ganho de escala nas compras e o fechamento de grandes parcerias que

possibilitaram à Máquina de Vendas conquistar novos negócios em outros segmentos de mercado.

C&P – O que a Máquina de Vendas trouxe de benefícios para os consumidores baianos?

LCB – Com o aumento de escala, conseguimos ofertar nossos produtos com preços mais competitivos do que a concorrência, oferecendo melhores formas de pagamento. Isso tudo ajuda a tornar nossa empresa mais atrativa para o mercado consumidor.

C&P – Qual a importância econômica da Máquina de Vendas para a Bahia (impostos, geração de empregos etc.)?

LCB – Hoje, a Máquina de Vendas é uma grande geradora de empregos. Com cerca de 150 lojas na Bahia, é um dos grandes contribuintes de tributos no estado. Além disso, geramos mais de 5 mil empregos diretos e 18 mil indiretos dentro do estado.

C&P – Na avaliação do senhor, considerando o extraordinário comportamento do segmento de móveis e eletrodomésticos no primeiro semestre de 2011 e o seu tímido desempenho no primeiro semestre de 2012, o que estaria determinando esse movimento? E quais as suas perspectivas para o comportamento do comércio varejista, bem como para o segmento de móveis e eletrodomésticos nos próximos meses?

LCB – No primeiro semestre de 2012, o varejo apresentou um crescimento de 9,1% em relação ao mesmo período do ano anterior. É evidente que o ritmo orquestrado pela nossa economia emergente poderia nos trazer um crescimento maior. Por conta disso,

Hoje, a Máquina de Vendas é uma grande geradora de empregos. Geramos mais de 5 mil empregos diretos e 18 mil indiretos dentro do estado

seguimos otimistas em relação ao segundo semestre de 2012, período que sempre representou grande parte do nosso faturamento anual.

C&P – As projeções para os próximos anos ainda são de crescimento no segmento de móveis e eletrodomésticos? A holding está preparada?

LCB – Está. Desde que houve a fusão, nossa principal preocupação é a melhoria dos nossos processos administrativos, nossa logística, treinamento das nossas equipes de vendas e de atendimentos ao cliente. Investimos também na modernização do nosso parque tecnológico e dos nossos sistemas informacionais. Isso nos confere a tranquilidade para atender a crescente demanda para os próximos anos.

C&P – Qual o papel da classe C nessa expansão?

LCB – O aumento do número de pessoas e do poder aquisitivo da classe C fez com que houvesse um crescimento do consumo. Além disso, as políticas empreendidas pelo governo possibilitaram para este público a compra da casa própria, o que também amplia o consumo de móveis e eletrodomésticos.

A expansão do consumo na Região Nordeste, associada ao crescimento do comércio varejista baiano, atraiu novas redes e, consequentemente, maior competitividade. Isso nos obrigou a desenvolver uma estratégia de blindagem

Se hoje o Brasil destaca-se no cenário mundial, grande parte desse desempenho se deve ao crescimento da Região Nordeste, e a Máquina de Vendas está acompanhando essa realidade, concentrando cerca de 600 lojas na região

C&P – Como se dá a presença da Máquina de Vendas na Região Nordeste? É um mercado promissor?

LCB – Se hoje o Brasil destaca-se no cenário mundial, grande parte desse desempenho se deve ao crescimento da Região Nordeste, e a Máquina de Vendas está acompanhando essa realidade, concentrando cerca de 600 lojas na região. Hoje, mais da metade das lojas da holding no Brasil estão no Nordeste.

C&P – Este ano, as projeções de crescimento para a economia brasileira são modestas. Quais são, em sua opinião, os entraves para um crescimento mais forte da economia brasileira e como contorná-los?

LCB – Para o segmento de móveis e eletrodomésticos não há crise, dado o movimento de consumo da população brasileira, impulsionado pelo aumento do emprego formal, políticas de crédito e distribuição de renda.

C&P – A Máquina de Vendas é a segunda no ranking do setor. O senhor planeja ser o primeiro?

LCB – O objetivo da Máquina de Vendas é se tornar uma referência na gestão de negócios, entregando produtos e serviços de qualidade aos seus clientes, o que fortalecerá cada vez mais a marca. Acredito que assumir a liderança do setor será consequência desse trabalho.

O programa Bolsa Família e a política de descentralização: impactos sobre a pobreza no Nordeste e na Bahia

Semíramis Manguiera de Lima*
Laércio Damiane Cerqueira da Silva**
Carlos Eduardo Gasparini***

O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

O Brasil é um dos países com maior desigualdade no mundo. Segundo o Relatório do Desenvolvimento Humano de 2011 divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Brasil está na 84ª posição entre 187 países avaliados pelo IDH¹. O índice para o Brasil está em 0,718, considerado de Desenvolvimento Humano Elevado. Apesar disso, o país tem o 20º IDH da América Latina, ficando atrás de países

* Mestre em Economia pelo Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal da Paraíba (PPGE-UFPB); professora do Departamento de Economia da Universidade Federal da Paraíba (Decon/UFPB) e da Faculdade Maurício de Nassau, na Paraíba. semiramiseconomia@hotmail.com

** Doutorando em Economia pelo Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal da Paraíba (PPGE-UFPB); professor do Departamento de Ciências Sociais e Aplicadas da Universidade Federal da Paraíba (DCSA/UFPB). laerciocerqueira@hotmail.com

*** Doutor em Economia; assistente técnico da Coordenação-Geral de Avaliação da Receita Pública da Secretaria de Orçamento Federal (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão). Atua na área de Economia, com ênfase em Economia Regional e Federalismo Fiscal. ceg2@uol.com.br

¹ O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) encontra-se em uma escala de [0,1], sendo utilizado para indicar qualidade de vida e desenvolvimento econômico-social, a partir da análise qualitativa de indicadores de renda, educação e saúde, basicamente.



como Chile (44°), Argentina (45°), Bahamas (53°), Panamá (58°), Antígua e Barbuda (60°) e Trinidad e Tobago (62°). Uma das faces mais dramáticas dessa assimetria é o contingente populacional abaixo da linha de pobreza. Segundo estimativa do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (2009), o país possuía, em 2009, mais de 14 milhões de pobres². Dada a diversidade regional e o tamanho da nação, as diferenças entre as localidades são acentuadas, o que torna a concentração de renda também uma questão de extrema desigualdade regional³.

A pobreza tem sido objeto de estudo e de preocupações constantes, principalmente por sua persistência e concentração espacial. Diante dessa realidade, programas de transferência de renda com vistas à redução da pobreza começaram a ser adotados no Brasil desde 2001, a partir de experiências locais com programas como o Bolsa Escola⁴. Estudos têm mostrado que a proporção de pobres está se reduzindo, resultado, entre outros fatores, de taxas mais elevadas de crescimento, da estabilidade econômica e das políticas sociais, principalmente após a Constituição de 1988.

Uma das ações de destaque na atualidade em relação à redução da pobreza no Brasil é o Programa Bolsa Família. Seu objetivo é contribuir para o desenvolvimento do núcleo familiar. As famílias são inscritas no Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) e classificadas como pobres, quando a renda *per capita* está entre R\$ 70,01 e R\$ 140,00, e extremamente pobres, quando a renda *per capita* vai até R\$ 70,00.

Os benefícios do Programa Bolsa Família variam de R\$ 32 a R\$ 306, de acordo com a renda *per capita* da família e com o número de crianças e adolescente com até 17 anos. São quatro tipos de benefício: básico, variável, variável vinculado ao adolescente e variável de caráter extraordinário. O tamanho, proporções e agentes envolvidos caracterizam o programa como federativo em todos

Os benefícios do Programa Bolsa Família variam de R\$ 32 a R\$ 306, de acordo com a renda per capita da família e com o número de crianças e adolescente com até 17 anos

os seus aspectos. As transferências federais são feitas para estados e municípios realizarem o programa. Nesse sentido, ressalta-se a importância dos governos locais na identificação dos problemas e necessidades da população, já que parte da administração do programa é de ordem municipal. São as localidades que identificam, caracterizam e realizam os cadastros das famílias candidatas a receber o benefício.

Nos últimos anos, o avanço na abrangência do programa é nítido. Em outubro de 2003, o número de famílias atendidas foi de 1,2 milhão; em dezembro de 2005, foi de 8,7 milhões, e em julho de 2006, 11,1 milhões, segundo informações do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA). Os mapas que integram a Figura 1 representam a distribuição espacial da cobertura do programa, contabilizada como a razão entre o número de famílias beneficiárias e o número estimado de famílias pobres no período.

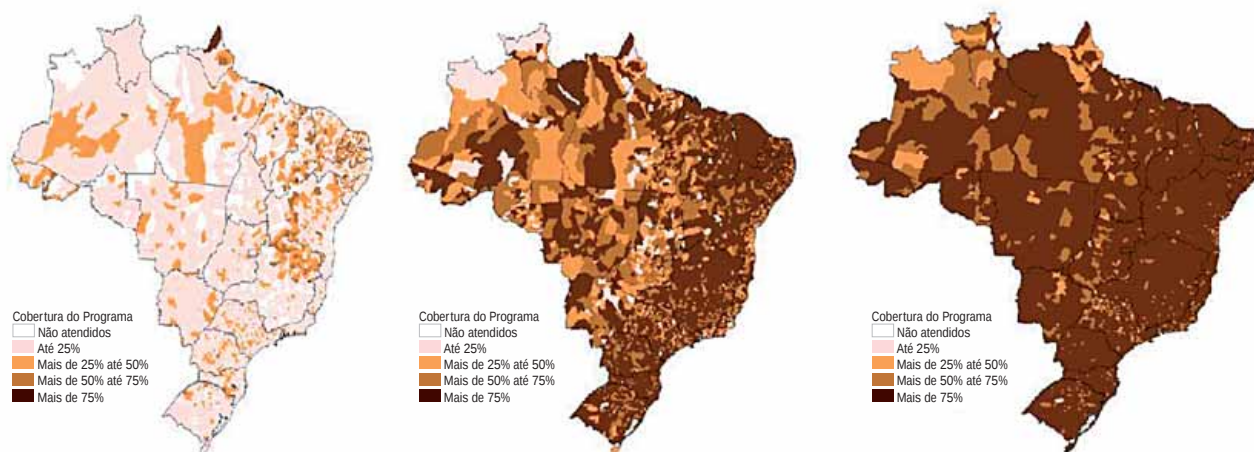
O crescimento exponencial do programa em um curto período de tempo produz um duplo efeito: ao mesmo tempo em que a expansão o torna mais significativo, abre brechas para possíveis casos de corrupção, desvio de recursos e uso político, uma vez que o programa concede um grande poder ao prefeito, que pode usar isso para ganhos eleitorais.

Alguns autores, a exemplo de Carvalho (2006), enfatizam também o fato de as transferências gerarem externalidades negativas, como a acomodação das famílias que recebem o benefício. Ao terem uma renda garantida pela transferência, as famílias seriam desestimuladas a

2 O estudo considera pobres os que têm renda mensal de até meio salário mínimo.

3 Para se ter uma ideia, a Região Nordeste concentrava, em 2007, mais de 47% da população com renda menor do que meio salário mínimo (ver Tabela 2 adiante).

4 Programas nos quais as famílias de baixa renda recebem um valor mensal vinculado à frequência dos filhos à escola.

**Figura 1**

Fontes: MDS/SAGI - Brasil (2010), Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (2009).

procurar emprego e chegariam a preferir permanecer na situação de pobreza para continuar a receber os benefícios. Por outro lado, Schwartzman (2005) considera o valor do benefício tão pequeno que não seria suficiente para gerar esse tipo de problema. Apesar do valor reduzido, o autor acha que o programa é mal focalizado, atendendo pessoas pobres e outras que não necessariamente são pobres. Isso porque o padrão de vida de algumas famílias não é expresso com clareza na PNAD.

Hoffmann (2006) afirma que as transferências tiveram um impacto de 28% na redução da desigualdade ente 1998 e 2004, sendo que, no Nordeste, esse índice foi de 66% no mesmo período. Ao lado das preocupações expostas, existem algumas outras até agora menos exploradas, derivadas do caráter federativo da condução do Programa Bolsa Família e de suas inevitáveis repercussões regionais. No sentido de avançar nessas questões, a proposta deste estudo é analisar como as inter-relações que surgem no seio do programa repercutem na sua condução e verificar se, de fato, as políticas de combate à pobreza do governo federal têm tido repercussões relevantes sobre as desigualdades regionais do país.

POLÍTICAS DE COMBATE À POBREZA E AS QUESTÕES FEDERATIVAS

Descentralização é um processo que delega a unidades federativas subnacionais autoridade sobre o

planejamento e a tomada de decisão, com o objetivo de melhorar a atuação do setor público. Segundo o Banco Mundial, descentralizar é transferir autoridade e responsabilidade de questões públicas do governo central a governos locais ou intermediários (WORLD BANK, 2002). Assim, um dos pontos a favor da descentralização de programas públicos é que os governos locais estão mais próximos dos eleitores e mais sujeitos a pressões populares. Isso possibilita aos governos melhor identificação das prioridades locais, e ao povo, maior percepção de resultados.

Entretanto, descentralizar implica hierarquizar, tornando o sistema de governo uma pirâmide cujo topo é o governo central. Quando o processo é implementado em ambientes com intensas diferenças econômicas e sociais, como acontece no Brasil, surge a necessidade da criação de transferências intergovernamentais. O intuito disso é corrigir eventuais desequilíbrios entre as localidades, possibilitando, se não iguais, semelhantes serviços para a sociedade, na tentativa de fornecer desenvolvimento homogêneo para as unidades locais.

A presença das transferências, no entanto, faz surgir uma série de outras preocupações que não podem ser desconsideradas no desenho de qualquer política pública. A primeira envolve o jogo de influência entre as esferas federativas. Isso acontece porque as unidades federativas com maior ascendência sobre o governo central tendem a receber mais recursos em comparação com

A presença das transferências faz surgir uma série de outras preocupações que não podem ser desconsideradas no desenho de qualquer política pública

as outras. Goodspeed (2002), por exemplo, desenvolve um modelo teórico em que o governo central concede socorro financeiro devido a endividamentos para as unidades com maior peso eleitoral. A influência refere-se tanto à importância política como financeira para o governo central e tende a ser benéfica às unidades maiores, mais ricas e articuladas.

Um segundo ponto importante é que as administrações locais podem ser alvo mais fácil de grupos de interesse. Governos de municípios pequenos tendem a ser bastante influenciados pelas elites locais, que teriam a possibilidade de desviar os programas públicos para benefício próprio, em detrimento da minoria pobre⁵. Essa influência seria o reflexo, entre outros fatores, do poder econômico, que na maioria das pequenas cidades é exercido por uma reduzida parcela da população. Cabe ressaltar aqui que não se trata necessariamente de corrupção, mas sim de ascendência política da elite como mecanismo de desvio dos serviços em seu favorecimento.

Alguns textos, como os de Galasso e Ravallion (2000) e Lanjouw e Ravallion (1999), também apresentam esta ideia. Estudos como os de Gaiha e Kulkarni (2002), aplicados na Índia, mostram que parte significativa dos recursos de programas de combate à pobreza no país foi desviada. A realidade não é tão diferente no Brasil. Conforme argumenta Tendler (1997, apud BARDHAN; MOOKHERJEE, 2005), o principal obstáculo para melhorias no sistema de saúde no Ceará seria a influência da elite local.

Assim, percebe-se que a alocação dos recursos e os respectivos resultados dos programas de combate à pobreza em ambientes descentralizados sofrerão influência tanto da disputa entre os membros federativos, como da capacidade dos governos locais de receber os benefícios e destiná-los de forma correta.

O MODELO DE CONCENTRAÇÃO E ESTIMAÇÃO ECONOMETRICA

Para tratar das questões levantadas, o presente trabalho seguirá uma dupla orientação metodológica. Inicialmente, serão calculados e comparados índices de concentração, tanto para a pobreza, como para a destinação dos recursos do Programa Bolsa Família entre os estados e regiões do país. Objetiva-se, com isso, verificar não só se o programa está contribuindo para a diminuição das desigualdades interpessoais de renda, do ponto de vista nacional, como também se colabora com a redução das assimetrias espaciais de condições econômicas e sociais. A motivação desta verificação reporta-se à questão do poder das unidades eleitoralmente mais influentes sobre a distribuição espacial dos recursos.

O índice de concentração Hirschman – Herfindahl (índice HH) é normalmente utilizado pelos economistas industriais para medir a concentração do mercado. Segundo Jannuzzi e Santos (2006), foi introduzido na década de 1940 como indicador de viés de mercado⁶. O índice será aqui empregado para medir a concentração das transferências, sendo calculado da seguinte maneira:

$$HH = \sum_{i=1}^k s_i^2, \text{ onde } s_i = \frac{q_i}{\sum_{j=1}^n q_j} \quad (1)$$

onde q_i representa os valores do programa para o estado i , com $i=1, \dots, k$; e q_j representa a soma dos valores totais do programa de todos os estados no ano j , com $j=1, \dots, n$. Cada s_i representa a participação do estado no montante total de recursos liberados no ano. Já o índice HH representa o nível de concentração do estado no volume de recursos liberados no período 2006-2010. A classificação é a seguinte: para

5 A esse respeito, ver o modelo de Bardhan e Mookherjee (2005).

6 Mercado tendencioso, que favorece determinado setor ou setores.

$HH < 1,000$, não há concentração de transferências; se $1,000 < HH < 1,800$, há concentração moderada; se o valor for $HH > 1,800$, considera-se altamente concentrado. A variável s_i designa a participação do benefício em determinado período. Também pode ser considerada como a participação do município no montante total dos recursos. O índice HH representa aqui a soma dos quadrados das participações dos estados de cada ano da análise.

Na segunda vertente metodológica, estimar-se-á um modelo econométrico com dados em painel para observar quais variáveis mais influenciam a distribuição dos recursos do Bolsa Família: a pobreza ou a pressão das elites locais. Aborda-se, com isso, a questão da possível captura pelas elites locais das verbas envolvidas no programa. Um painel geral é configurado da seguinte maneira:

$$y_{it} = \beta_{0it} + \beta_{1it}x_{1it} + \dots + \beta_{nit}x_{nit} + e_{it} \quad (2)$$

Neste formato, o subscrito i indica os diferentes estados, e o subscrito t indica os anos da análise. O valor de β_0 refere-se ao valor do intercepto, e β_k representa o valor do coeficiente angular da k -ésima variável explicativa. Para designar pobreza, utilizou-se o percentual de pobres, definido pelo Ipeadata como a proporção de pessoas com renda familiar *per capita* inferior à linha de pobreza⁷. Já a variável elite é representada pela razão entre os anos de estudo e a idade das pessoas acima de 25 anos, também disponível no site do Ipeadata. A variável Bolsa Família foi considerada a partir dos dados disponíveis no site do programa do governo federal, sendo utilizados os valores correspondentes aos anos de 2007, 2008, 2009 e 2010 para as 27 unidades federativas do Brasil. A estimação será a seguinte:

$$BF = \beta_0 + \beta_1 POBREZA + \beta_2 ELITE + u_t \quad (3)$$

onde β_i são os parâmetros a serem estimados; *Pobreza* e *Elite* são as variáveis explicativas, e u é o termo de erro. Ademais, foram feitos testes que pudessem detectar/eliminar problemas de especificação do modelo. O teste

de Hausman será aplicado para verificar uma possível endogeneidade entre as variáveis. A hipótese testada é que as variáveis não possuem relação com o termo de erro. Para definir a forma funcional do modelo utiliza-se o teste Reset. Para a autocorrelação foi realizado o teste de Durbin-Watson. Vários modelos serão estimados, e a escolha se dará pelos critérios de informação de Akaike (AIC) e Bayesiano de Schwarz (BIC)⁸.

APLICAÇÃO DA METODOLOGIA E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A Tabela 1 apresenta os resultados do cálculo dos índices de concentração estadual dos recursos do Programa Bolsa Família para o Nordeste.

Tabela 1
Concentração das transferências no período
Nordeste – 2007-2010

Região nordeste	18,009	17,224	17,289	17,257	151,501
Alagoas	2,714	2,453	2,289	2,213	23,523
Bahia	1,173	1,082	1,070	1,070	4,836
Ceará	1,463	1,260	1,135	1,115	6,258
Maranhão	1,705	1,898	1,958	1,922	14,036
Paraíba	1,720	1,506	1,459	1,401	9,316
Pernambuco	2,082	2,118	2,281	2,330	19,449
Piauí	2,921	2,587	2,646	2,773	29,918
Rio Grande do Norte	2,917	3,007	3,132	3,162	37,358
Sergipe	1,315	1,313	1,317	1,272	6,807

Fontes: Brasil (2012a, 2012b). Elaboração própria.

Verifica-se que há concentração na liberação de recursos entre os estados, mas ela é generalizada. O índice HH indica concentração para valores maiores do que 1 (um); a maioria das unidades federativas apresentou $HH > 1$. Os estados com maior concentração dos benefícios são Rio Grande do Norte (37,358), Piauí (29,918) e Alagoas (23,523).

Os dados são corroborados quando comparados com o número de pobres na região e o valor das transferências por pobres, conforme a Tabela 2. O estado do Rio Grande do Norte possui o maior valor de transferência

⁷ Linha de pobreza é considerada a população classe E, ou seja, com renda familiar inferior a R\$ 768,00, segundo a Fundação Getúlio Vargas.

⁸ Para maiores detalhes sobre os procedimentos utilizados, ver Wooldridge (2002).

por pobres (R\$ 442,02). Em comparação com Sergipe, que registra R\$ 177,89, por exemplo, o valor apresentado pelo estado do Rio Grande do Norte é passível de questionamento. Sergipe tem um número maior de pobres do que o Rio Grande do Norte, mas o valor das transferências é inferior.

Tabela 2
Relação de concentração das transferências por concentração de pobres para estados do Nordeste no ano de 2010

(Em Reais)

Região nordeste	
Alagoas	309,38
Bahia	149,58
Ceará	155,83
Maranhão	268,69
Paraíba	195,85
Pernambuco	325,73
Piauí	387,76
Rio Grande do Norte	442,02
Sergipe	177,89

Fontes: Brasil (2012a, 2012b). Elaboração própria.

Os resultados da estimação econométrica, que buscou avaliar quais variáveis exercem maior impacto estatístico sobre a distribuição dos recursos do Programa Bolsa Família, são apresentados a seguir. Após os testes de especificação indicados seção de metodologia, o modelo foi estimado com efeitos fixos e apresentou a configuração mostrada na Tabela 3.

Tabela 3
Resultado da estimação do modelo de painel para o Brasil

	Coefficiente	t-statistic
β_0	-6,31	-6,28
log(elite)	5,94	10,39
log(pobreza)	-0,18	-2,12
R ²	0,93	
Durbin-Watson	1,69	

Fonte: Elaboração própria.

Os dados permitem constatar que, em um nível de significância de 5%, todas as variáveis são significativas estatisticamente, como se observa pelos resultados do teste t-statistic para os betas encontrados. E o modelo obteve um bom ajustamento, já que o coeficiente de determinação R² teve valor aproximado de 1, ou seja, as variáveis

utilizadas explicam 93% das variações nos recursos no Programa Bolsa Família. Os dados do teste de Durbin-Watson indicam a independência dos erros das variáveis explicativas. O resultado para a variável elite confirma a hipótese de que, no Brasil, esse grupo social realmente influencia o programa. O efeito marginal da variável foi positivo, isto é, melhorias na variável geram variações positivas no montante de transferências. O que mais intriga nos resultados, no entanto, é o parâmetro associado à variável pobreza, no caso, a proporção de pobres. O sinal negativo obtido contraria diretamente o intuito do programa, demonstrando que, quanto maior for a pobreza local, menores serão as transferências. Em resumo, os resultados permitem observar que não há concentração regional dos benefícios do programa, quando se sabe que a pobreza no país é regionalmente localizada. Por outro lado, há a sinalização clara de viés na distribuição do benefício para localidades menos necessitadas.

A BAHIA

O estado baiano apresentou HH de 4,836, valor dentro da escala de concentração, mas, em comparação aos outros estados do Nordeste, é o menos concentrado. Com relação ao valor das transferências por número de pobres, também se verifica que a Bahia fica em último lugar, conforme a Tabela 4.

A Bahia possui, em relação aos outros estados do Nordeste, a maioria da população pobre, ou seja, o

Tabela 4
Indicadores para a Bahia em comparação com o Nordeste

Estado	Pobres %	Transferências %	Transferências/pobres	HH
Alagoas	4,11%	6,09%	R\$ 309,38	23,523
Bahia	35,59%	25,49%	R\$ 149,58	4,836
Ceará	21,28%	15,88%	R\$ 155,83	6,258
Maranhão	10,82%	13,92%	R\$ 268,69	14,036
Paraíba	7,97%	7,47%	R\$ 195,85	9,316
Pernambuco	10,11%	15,77%	R\$ 325,73	19,449
Piauí	3,63%	6,75%	R\$ 387,76	29,918
Rio Grande do Norte	2,44%	5,17%	R\$ 442,02	37,358
Sergipe	4,05%	3,45%	R\$ 177,89	6,807

Fonte: Elaboração própria.

Averigua-se que a Bahia possui a maioria da população pobre do Nordeste e, ao mesmo tempo, é o estado que mais recebe recursos do programa

estado abriga 35,59% dos habitantes da região que estão na linha de pobreza, o que justifica receber 25,49% das transferências do Programa Bolsa Família destinadas ao Nordeste. Apesar disso, o estado não apresenta concentração, refletindo uma distribuição eficiente dos recursos.

Entretanto, em comparação com os outros estados, a Bahia recebe um volume menor de recursos por pobres, R\$149,58, enquanto que outras unidades federativas angariam até mais de duas vezes este valor. Este fato é confirmado pelo índice HH, que representa a concentração, mostrando que, por receber um volume menor de recursos/pobre, o estado apresenta o menor valor de concentração dos recursos. Averigua-se que a Bahia possui a maioria da população pobre do Nordeste e, ao mesmo tempo, é o estado que mais recebe recursos do programa. Entretanto, a relação entre recursos/pobres é inferior à de todo o Nordeste. Logo, não apresenta concentração medida pelo índice HH.

CONCLUSÕES

O trabalho procurou analisar o Programa Bolsa Família de combate à pobreza com vistas a verificar se a descentralização da política, com a participação das três esferas de governo, gera impactos distorcidos sobre a alocação e a distribuição regional dos recursos. A análise confirmou a influência das elites locais sobre o volume de benefícios concedidos e que o percentual de pobres possui impacto negativo sobre a distribuição dos recursos. Em outras palavras, a estimativa realizada permite afirmar que os recursos são menores tanto mais pobre é a região, o que representa uma inversão total dos objetivos explícitos do

programa. Assim, torna-se necessária uma reavaliação do mecanismo de repasses do Programa Bolsa Família, com uma mudança de foco, para que seus objetivos sejam alcançados em plenitude.

Para o estado da Bahia, levanta-se o questionamento sobre o volume total de recursos recebidos em razão do número de pobres. Não se objetiva aqui afirmar que o volume de recursos para o Nordeste é exorbitante, mas sim que, para a Bahia, está abaixo da média do Nordeste. Uma possibilidade seria o aumento dos valores destinados ao estado, uma vez que a população necessitada é superior à de outros estados da mesma região. Além disso, representaria uma melhor distribuição de recursos na região.

Um fato intrigante é que, apesar de o programa possuir um teto de benefícios de R\$ 306, alguns estados recebem, em média, acima desse valor, como Alagoas, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte. O fato pode ter como justificativa a maior atração de recursos pelos governos destes estados, por serem mais influentes em suas políticas de renda e desenvolvimento.

Apesar das limitações apontadas, não se pode negar que os níveis de pobreza se reduziram no país. Mas também não se pode atribuir essa diminuição integralmente ao sucesso do modelo adotado para combater a pobreza. A política de distribuir renda é apenas uma tentativa, muitas vezes contestada, de solucionar o problema em curto prazo. Apenas com o aperfeiçoamento do desenho federativo e de seus mecanismos de transferência poder-se-á vencer a tarefa árdua de transformar o gasto de curto prazo em investimentos que retornem na forma de empregos sustentáveis.

REFERÊNCIAS

BARDHAN, Pranab; MOOKHERJEE, Dilip. *Decentralizing anti-poverty program delivery in developing countries*. [S. l.]: [s.n.], 2005.

BEGHIN, N. *Notas sobre desigualdade e pobreza no Brasil: situação atual e desafios*. Oxfam International, jun. 2008. Disponível em: <<http://www.oxfam.org.uk>>. Acesso em: 30 out. 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/FerramentasSAGI/index.php?group=1>>. Acesso em: 13 jun. 2010.

BRASIL. Controladoria Geral da União. Portal da transparência. Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br/>>. Acesso em: 5 jan. 2012a.

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de informática do SUS. Disponível em: <<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php>>. Acesso em: 5 jan. 2012b.

CARVALHO JR., P. H. *Análise do gasto da União em ações assistenciais ou focalizado na população pobre e em benefícios previdenciários de fortes impactos sociais: 1995-2004*. Brasília: IPEA, nov. 2006. (Texto para discussão, 1236). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/082/08201008.jsp?ttCD_CHAVE=2718>. Acesso em: 3 nov. 2010.

GALASSO, E; RAVALLION, M. *Distributional outcomes of a decentralized welfare program*. [S. l.]: [s.n], 2000.

GAIHA, R.; KULKARNI, V. Panchayats, communities, and the rural poor in India. *Journal of Asian and African Studies*, [S. l.], v. 37, n. 2, Apr. p. 38-82, 2002.

GOODSPEED, Timothy J. Bailouts in a Federation. *International Tax and Public Finance*, [S. l.], v. 9, n. 4, p. 409-421, Aug. 2002.

HOFFMAN, R. Transferência de renda e a redução da desigualdade no Brasil e cinco regiões entre 1997 e 2004. *Econômica*, [Brasília], v. 8, n. 1, jun. 2006. Disponível em: <<http://www.uff.br/cpgeconomia/economica.htm>>. Acesso em: 4 nov. 2010.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONOMICAS APLICADAS. *Desigualdade e pobreza no Brasil metropolitano durante a crise internacional: primeiros resultados*. Brasília: IPEA, ago. 2009. (Comunicado da Presidência, 25).

JANNUZZI, Gilberto De Martino; SANTOS, Herivelto Tiago Marcondes dos. *Análise dos investimentos do programa de eficiência energética das concessionárias de distribuição de eletricidade*. 2006. Disponível em: <<http://www.fem.unicamp.br/~jannuzzi/documents/ABAR1.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2011.

LANJOUW, P; RAVALLION, M. Benefit incidence and the timing of program capture. *World Bank Economic Review*, v. 13, n. 2, p. 257-273, May. 1999.

MARINHO, Emerson; LINHARES, Fabrício; CAMPELO, Guaracyane. *Os programas de transferências de renda do governo impactam a pobreza no Brasil?* Fortaleza: UFC/CAEN, maio 2008. (Laboratório de Estudos da Pobreza). Disponível em: <<http://www.caen.ufc.br/~lep/Ensaios/esp13.pdf>>. Acesso em: 7 nov. 2010.

MOOKHERJEE, Dilip. *Combating the crisis in government accountability: a review of recent international experience*. Boston: Institute for Economic Development, Boston University, 2001.

NOGUEIRA, F. S. F. *Modelo federativo, transferências governamentais e políticas públicas: a política educacional de ensino fundamental e médio em perspectiva*. 2007. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

RAVALLION, M. Is more targeting consistent with Less Spending? *International Tax and Public Finance*, v. 6, Issue 3, p. 411-419, Aug. 1999.

SAKURAI, Sergio Naruhiko. Transferências governamentais e despesas públicas locais: evidências para os municípios brasileiros. *Informações Fipe*, São Paulo, n. 344, maio, 2009.

SCHWARTZMAN, S. Education-oriented social programs in Brazil: the impact of Bolsa Escola. In: GLOBAL CONFERENCE ON EDUCATION RESEARCH IN DEVELOPING COUNTRIES GLOBAL DEVELOPMENT NETWORK. 2005. *Anais...* Prague: IETS, 2005. (Research for Results on Education). Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/pdf/bolsa_escola_eng.pdf>. Acesso em: 7 nov. 2010.

_____. *Redução da desigualdade, da pobreza, e os programas de transferência de renda*. Rio de Janeiro: IETS, 2006. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/2006_desig.pdf>. Acesso em: 7 nov. 2010.

SOARES, F. V. et al. *Programas de transferências de renda no Brasil: impactos sobre a desigualdade e pobreza*. Brasília: IPEA, 2006. (Texto para discussão, 1.228).

WOOLDRIDGE, Jeffrey M. *Econometric Analysis of Cross Section and Panel Data*. [S. l.]: MIT Press, 2002.

WORLD BANK. *Decentralization: what, why and where*. 2002. Disponível em: <<http://www1.worldbank.org/publicsector/decentralization/what.htm>>. Acesso em: 25 out. 2010.

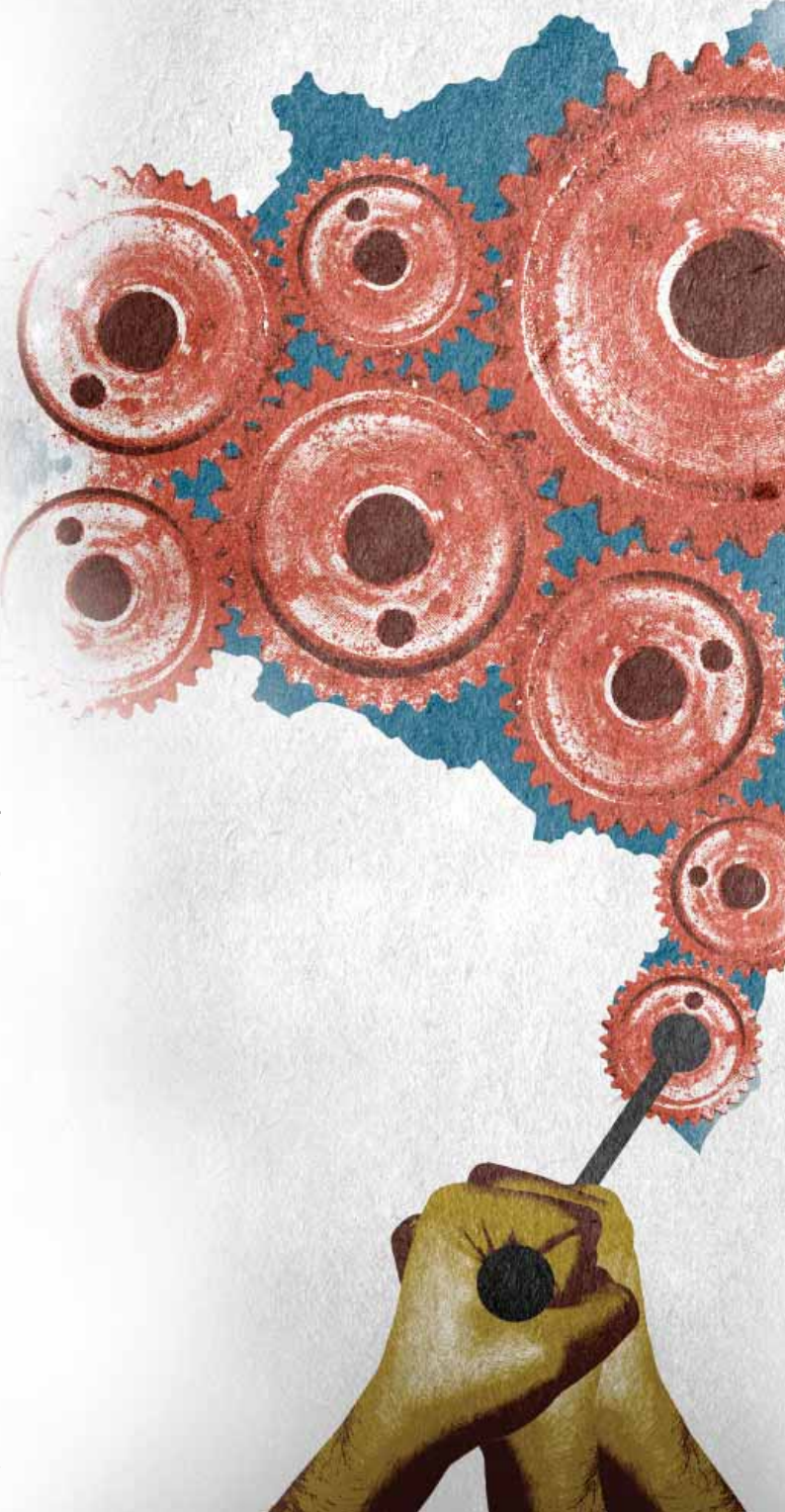
A gestão das ONGs e o seu potencial de contribuição com o desenvolvimento econômico baiano

Antonio Oliveira de Carvalho*
Élvia Mirian Cavalcanti Fadul**

As organizações não governamentais (ONGs) são criadas a partir de movimentos de mobilização social nas diversas regiões do mundo, sobretudo na América Latina, Europa e Estados Unidos. Elas representam o processo de ordenação e fortalecimento de setores da sociedade civil e apresentam disposição para se organizar na elaboração e realização de ações. Com isso, estabelecem um novo modelo de relação Estado/sociedade a partir da atuação em áreas com lacunas ou incompletudes dos serviços públicos. Além de representar um setor social atuante ao lado do Estado, de forma complementar, as ONGs também influenciam e mobilizam a sociedade e as organizações privadas em torno de causas de interesse comum, para a criação de políticas de responsabilidade social. Desta forma, representam um segmento de caráter político capaz de colher os ecos das demandas sociais e levá-los ao poder público em busca das soluções e de atuar como agente econômico e social.

* Mestre em Administração; MBA em Finanças Corporativas; graduado em Administração; docente de cursos de graduação e de pós-graduação da Unifacs, UFRB, Faculdade Ruy Barbosa, Unirb e UniJorge e pesquisador nas áreas de finanças, gestão estratégica e elaboração de estudos econômicos, projetos e planos de negócios. carvalho.consult@hotmail.com e antonio.carvalho@pro.unifacs.br

** Doutora em Urbanismo; mestre em Politique Urbaines; mestre em Administração; graduada em Administração Pública; professora titular e pesquisadora e coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Administração da Unifacs; professora colaboradora do NPGA e do CIAGS da EAUFB. elvia@unifacs.br





Durante décadas, em virtude do regime governamental vigente e da dificuldade de estruturação econômica brasileira, as ONGs se posicionaram excessivamente no campo político. Muito embora apresentassem em seu discurso a pretensão da promoção do bem-estar social, negavam uma atuação econômica por acreditarem que a promoção da igualdade e do desenvolvimento seria possível a partir da liberdade individual (democracia), sem se pensar no bem-estar material. Essa negação é considerada equivocada à luz de pensadores como Milton Friedman, que considera indissolúveis as relações entre política e economia.

Geralmente se acredita que política e economia constituem territórios separados, apresentando poucas inter-relações; que a liberdade individual é um problema político e o bem-estar material, um problema econômico; e que qualquer tipo de organização política pode ser combinado com qualquer tipo de organização econômica (FRIEDMAN, 1985, p. 8).

Para Friedman (1985), o processo de organização da economia possui importante papel na construção de uma sociedade livre. A liberdade econômica deve ser percebida como parte da liberdade em seu sentido mais amplo e também como um indispensável instrumento para o alcance da liberdade política. Friedman destaca a existência de preconceito dos intelectuais contra a consideração de fatores econômicos e uma tendência em desprezar parte importante do processo de desenvolvimento humano no que diz respeito ao material. Segundo ele, passa-se a considerar aspectos ideológicos como pressupostos de valores mais elevados e pertencentes a um plano diferente, os quais recebem especial atenção. No entanto, Friedman destaca que, para os cidadãos – ou até mesmo para os intelectuais –, a liberdade econômica, ou a economia como um todo, em seus atributos cotidianos, que impactam a vida de todos e são percebidos por todos, deve receber significação como instrumento de obtenção da liberdade política.

No que se refere às mudanças de paradigmas, que alteram a concepção de atuação política para um viés econômico, o Brasil na década de 1990, segundo Filgueiras (2000), foi marcado por uma série de reformas de ordem econômica, política e administrativa. Essas mudanças resultaram no

A liberdade econômica deve ser percebida como parte da liberdade em seu sentido mais amplo e também como um indispensável instrumento para o alcance da liberdade política

redesenho do modelo de gestão pública e de reestruturação do Estado e colocaram o país em outra perspectiva de desenvolvimento econômico, com a abertura das fronteiras geopolíticas ao capital estrangeiro e a superação da inflação. Embora economicamente relevantes, essas transformações não contribuíram de forma efetiva para a superação da pobreza e dos problemas sociais históricos, que continuaram afetando as camadas mais pobres da população, mesmo em períodos de crescimento econômico. Esse fato contribuiu para o surgimento de grupos e organizações da sociedade civil intencionados a atuar na minimização das causas dos problemas sociais, ou seja, uma saída forçada da posição apenas política para a de agente econômico, interventor e promotor de desenvolvimento.

Este período, segundo Aciloli (2008), apresentou grande crescimento do terceiro setor brasileiro, impulsionado não apenas pelas conquistas sociais e reconhecimento da sociedade civil, mas pela perspectiva de financiamento com recursos advindos de agências internacionais que reconheceram nas ONGs brasileiras potencialidade para desenvolverem projetos para redução da pobreza e atendimento de áreas prioritárias. Esse processo também foi influenciado pela adoção de uma nova postura do governo brasileiro, com a descentralização de ações sociais e econômicas. Essas ações foram confiadas às ONGs, com a transferência de recursos financeiros, resultando em um cenário novo para elas. Além de atuação política, essas organizações devem apresentar capacidade de gestão e de sistematização de resultados, de forma a mostrar e comprovar o alcance de metas prometidas e

pactuadas. Agora, já não são mais organizações apenas políticas; precisam atuar como atores econômicos e devem posicionar-se como tais.

Nas últimas décadas, uma série incontável de políticas sociais e de desenvolvimento tem sido criada pelo governo brasileiro em todas as áreas e, em quase sua totalidade, existe a previsão de participação de ONGs na sua execução. São ações que vão desde a promoção e defesa de direitos sociais e proteção ambiental, até medidas de desenvolvimento econômico baseadas nas políticas de agricultura familiar e de economia solidária. Isso exige das ONGs conhecimento, estrutura e capacidade de gestão para atender as exigências de cada programa de forma eficiente. É preciso habilidade de planejar e de executar políticas e de coordenar o uso eficiente do investimento (recursos recebidos), para gerar externalidades positivas, ou seja, retorno social e econômico sobre o investimento (CARVALHO, 2011). Do ponto de vista teórico, a gestão de uma ONG pode não apresentar diferenças em relação a uma empresa privada. Ambas possuem características e alguns problemas semelhantes quanto à busca por qualificação profissional e pela construção de metodologias para garantir a eficiência e o alcance de resultados. No entanto, a gestão das ONGs vai além dos quatro pilares básicos da administração: planejamento, organização, direção e controle (TENÓRIO, 2000). Essas organizações estão envoltas em um ambiente de natureza econômica, política e social que demanda muito além do desenvolvimento e da entrega de um produto ou serviço. Exige-se a capacidade de equacionar todos estes aspectos para a promoção de bem-estar social a partir de ações que propiciem o desenvolvimento econômico e social.

Embora guardem semelhanças entre si quanto às áreas em que atuam e militam e à forma como participam e ocupam os espaços democráticos, é notória a existência de fatores que distinguem empresas de ONGs no aspecto econômico. Assim como as organizações privadas, existem ONGs com estruturas grandes, que desenvolvem projetos extensos, possuem quadros técnicos qualificados, acessam volumes elevados de recursos públicos e privados, têm visibilidade das ações, integram redes de empresas e universidades e atendem/beneficiam grandes contingentes. Outras não alcançaram nível aceitável de desenvolvimento e

É preciso habilidade de planejar e de executar políticas e de coordenar o uso eficiente do investimento (recursos recebidos), para gerar externalidades positivas

permaneceram pequenas por décadas, sem acesso a recursos, com estruturas precárias, sem quadros técnicos qualificados, sem visibilidade e com baixa capacidade de atendimento/benefício de um número significativo de pessoas.

Este fenômeno indica a existência de fatores que geraram níveis de diferenciação entre organizações do mesmo setor. São esses aspectos que este artigo se dispôs a investigar, para buscar indícios científicos dos fatores críticos de sucesso na gestão das ONGs e de como eles potencializam o seu crescimento, sua evolução e, principalmente, a sua capacidade de gerar resultados e contribuir para o desenvolvimento. E isso a partir do financiamento com recursos públicos e privados recebidos para implementação de políticas públicas.

O presente artigo tem como objetivo central analisar a gestão das ONGs e o potencial de geração de resultados sobre os investimentos para o desenvolvimento baiano. Os objetivos específicos são investigar o histórico das ONGs pesquisadas, com ênfase no processo de profissionalização de sua gestão, para identificar os fatores que as distinguem; e analisar a capacidade das ONGs de captar recursos e de gerar impacto econômico.

METODOLOGIA

Para acessar os dados que permitissem o alcance dos objetivos deste artigo, foi desenvolvida uma pesquisa seguindo o modelo de “estudo de casos múltiplos”, utilizando como objeto de pesquisa oito ONGs sediadas na

Partiu-se do pressuposto de que a profissionalização da gestão e a estruturação administrativa contribuem para o desempenho e o alcance de sucesso na execução de projetos

Região Metropolitana de Salvador e no semiárido baiano. Elas foram escolhidas pelos seguintes critérios: ter sido fundada no início da década de 1990¹ e ter experiência na gestão de projetos financiados por fontes externas.

Partiu-se do pressuposto de que a profissionalização da gestão e a estruturação administrativa contribuem para o desempenho e o alcance de sucesso na execução de projetos. Destacaram-se alguns aspectos considerados vitais à luz do referencial teórico utilizado, que são:

Na dimensão da organização: a) tamanho e qualificação técnica² do quadro de pessoal; e b) volume de recursos captados e capacidade de mobilização de financiadores.

Na dimensão da estrutura: a) a existência de estruturação hierarquizada e especializada (departamentos); e b) a existência de setor específico para gerenciamento de projetos.

Por se tratar de uma análise comparativa e para preservar as organizações em sua imagem e informações, foram omitidos neste artigo dados que possibilitassem a sua identificação. Para distinção entre as ONGs, formaram-se dois grupos:

- Grupo A – organizações que alcançaram grande crescimento, desenvolveram grandes projetos, têm visibilidade e reconhecimento do público e dos parceiros e financiadores e possuem grandes e modernas estruturas administrativas. As organizações foram identificadas como A1, A2, A3 e A4.
- Grupo 2 – organizações que não cresceram, não desenvolveram grandes projetos, não alcançaram visibilidade e reconhecimento dos financiadores, possuem estruturas precárias e equipes limitadas. Estas foram identificadas como B1, B2, B3 e B4.

Utilizou-se o modelo de pesquisa exploratória e a metodologia fenomenológica. Os dados coletados foram de caráter descritivo e o ambiente (as organizações) foi a fonte direta de dados. Os métodos utilizados para a coleta de dados foram:

- De fontes primárias: entrevistas com ocupantes de cargos e funções-chave: a) representante legal; b) diretor financeiro ou contador; e c) coordenador ou gerente de projetos. Foi utilizado um roteiro semiestruturado, que possibilitou maior flexibilidade e fluidez nas entrevistas e liberdade ao entrevistado de expressar-se de forma oral e não oral.
- De fontes secundárias: análise documental, para corroborar ou refutar as informações das entrevistas, tais como: projetos, termos de convênios ou contratos, relatórios técnicos, livros de registro de empregados, demonstrações contábeis e prestações de contas.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para fundamentação deste trabalho foram utilizados três temas: a teoria do desenvolvimento de Schumpeter, por sua consistência na discussão do desenvolvimento econômico; as proposições de análise da gestão estratégica de Porter e outros autores, por ser considerada área da gestão contemporânea que trata as questões relacionadas à eficiência em administração; e a gestão social discutida por Fischer, Falconer, Tenório e outros, a partir de uma análise contextualizada em dois aspectos: o fenômeno da administração imposto pelas mudanças ambientais e as especificidades da gestão híbrida, que é política, econômica e social.

¹ Para que atenda o critério de ter convivido com pelo menos parte do período de transformações políticas, econômicas e sociais ocorridas na década de 1990.

² Aqui se entende "qualificação técnica" como a formação técnica ou acadêmica adequada às necessidades da organização para atender às exigências no cenário atual.

Teoria do desenvolvimento econômico

Os economistas tradicionais (clássicos e neoclássicos) analisaram as relações econômicas supondo que a estruturação comercial de um Estado a partir da propriedade privada, da divisão do trabalho e da livre concorrência é suficiente para geração do equilíbrio econômico. Considerando-se esta hipótese, as mudanças são apenas de caráter adaptativo e seguem transformações conjunturais, sejam estas oscilações ocasionais, sazonais ou de forma contínua. Esse pressuposto de um equilíbrio econômico estático concebe que a atividade econômica tem seu funcionamento de forma essencialmente circular, considerando apenas as determinantes imediatas da produção de uma economia e do processo de desenvolvimento.

Para Schumpeter (1982), é necessário compreender o desenvolvimento para além da história econômica, que constitui apenas uma parte da história universal, tratada separadamente apenas para fins de explanação. De acordo com o autor, existe uma interdependência entre o aspecto econômico e os demais aspectos da vida humana e da sociedade. Assim, não se pode explicar a ocorrência de mudança econômica observando-se somente as condições da economia. O estado econômico não é resultante somente das condições econômicas, mas do conjunto de relações sociais.

O processo social [...] é um todo indivisível. De seu grande curso, a mão classificadora do investigador extrai artificialmente os fatos econômicos. A designação destes

fatos já envolve uma abstração, a primeira entre muitas que nos são impostas pelas condições técnicas da cópia mental da realidade. Um fato nunca é puro ou exclusivamente econômico; sempre existem outros aspectos em geral mais importantes (SCHUMPETER, 1982, p. 18).

Dentre os entraves para se analisar o desenvolvimento, alguns teóricos destacam a dificuldade de se quantificar muitas características de fatores relevantes no processo de produção que fogem à lógica tradicional capitalista dos clássicos. Quando se confrontam forças sociais, políticas e econômicas que não podem ser ordenadas por uma hierarquia clara de causa e efeito, considerando que essas forças encontram-se, na prática, intrinsecamente inter-relacionadas, o aspecto econômico é o que mais se sobressai.

Para Schumpeter (1982), o processo de produção deve ser visto como a combinação de forças produtivas que reúnem elementos essencialmente materiais e outros imateriais. No primeiro caso estão os fatores originais tradicionais da produção, a terra e o trabalho, dos quais procedem todos os bens. No segundo estão os fatos técnicos e de organização social. É este conjunto de fatores que se objetivou analisar neste artigo: a capacidade das ONGs na geração de resultados e na contribuição para o desenvolvimento.

Gestão estratégica

A gestão estratégica, modelo contemporâneo baseado na eficiência gerencial e fundamentado nos princípios de geração de riquezas, maximização de lucros e desenvolvimento econômico, tem como seu pilar central o alcance de eficiência em gestão a partir de aspectos como planejamento, análise do ambiente e busca de vantagem competitiva.

A evolução dos negócios no período pós-guerra trouxe consigo o fenômeno da competitividade, pelo qual a oferta se sobrepõe à demanda e exige das empresas esforço maior para obtenção de participação de mercado. Este cenário gerou também incerteza. Cada movimento depende da movimentação de concorrentes e de outros fatores. Assim, o planejamento tornou-se indispensável

Dentre os entraves para se analisar o desenvolvimento, alguns teóricos destacam a dificuldade de se quantificar muitas características de fatores relevantes no processo de produção

para antever e elaborar movimentos futuros. Segundo Ackoff (1974), o conhecimento do futuro é limitado e pode ser dividido em certeza, incerteza e ignorância. Ou seja, há aspectos do futuro sobre os quais se pode ficar virtualmente certo; há mudanças que são inevitáveis, não se pode interferir; e há coisas que não mudarão, independem das forças à volta (ACKOFF, 1974, p. 11).

O foco no futuro tornou-se indispensável para a longevidade e o crescimento das empresas. Para Ansoff (1977), a preocupação exclusiva com os resultados próximos pode levar a organização a exaurir-se e ser descontinuada ou ficar obsoleta. A formulação de uma estratégia é, segundo Porter (1986), a essência, o desenvolvimento de uma fórmula ampla de como a organização irá competir, suas metas, políticas, além da observação do ambiente e de sua amplitude. O autor elegeu o que denomina de forças competitivas, classificadas em cinco, conforme ilustra a Figura 1.

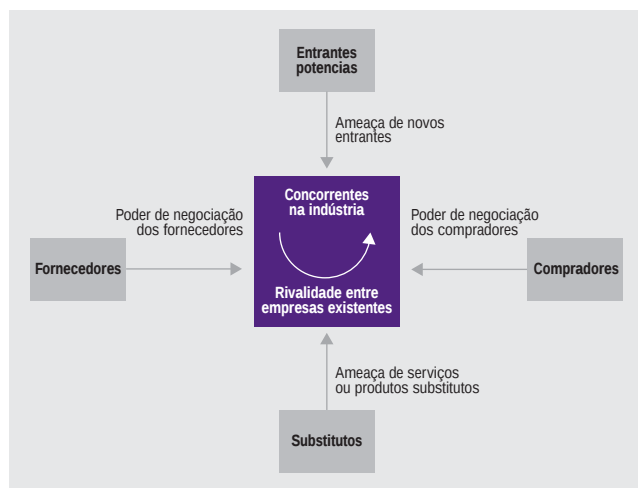


Figura 1
Matriz das 5 (cinco) Forças

Fonte: Porter, 1986, p. 23.

Na análise baseada nas cinco forças, considera-se: a rivalidade do setor e os concorrentes próximos; a ameaça de novos entrantes com maior inovação, tecnologia e eficiência; a ameaça de serviços ou produtos substitutos; o poder de negociação de fornecedores; e o poder de negociação dos compradores. Para as ONGs, basta adaptar-se fornecedores para financiadores e compradores para beneficiários. Os demais aspectos são semelhantes em qualquer setor.

A análise do ambiente sugere a identificação dos “fatores críticos de sucesso” que o setor exige e que qualificarão a organização para atuar de forma eficiente, garantindo liderança ou participação no mercado, lucratividade e longevidade. Para as ONGs, observar o ambiente político, demográfico, tecnológico e, sobretudo, as mudanças econômicas é fundamental: qual área recebe financiamento, qual região do país ou do estado concentra a pobreza, quais políticas estão sendo criadas ou ampliadas pelos governos, quais áreas estão propensas a receber mais financiamento, dentre outros aspectos.

Adotar um posicionamento é uma tarefa complexa. Assim, Porter (1986) propõe um modelo genérico possível, que ele chama de “estratégia genérica”, a partir de três parâmetros ou posições: a) diferenciação: posição de eficiência e de reconhecimento que torna a concorrência irrelevante e o comprador fiel. Para as ONGs, a eficiência é determinante para o reconhecimento de financiadores e de beneficiários; b) liderança do custo total: posição em que, sem comprometer a qualidade, utiliza-se estrutura de baixo custo e se obtém ganho de escala. Para as ONGs, é a capacidade de fazer muito com poucos recursos; e c) nicho ou foco: posição de especialização em um segmento restrito e de difícil penetração. Para as ONGs, trata-se do atendimento especializado de um público específico ou uma metodologia inovadora.

Outra proposição de Porter (1989) é a de cadeia de valores. Trata-se da desagregação de uma organização em suas atividades e a identificação da relevância e do potencial de cada uma delas, para eleger as que são estratégicas e centrar esforços na sua otimização. A cadeia de valores, segundo Porter (1989), possibilita o ordenamento das atividades em primárias – aquelas responsáveis pela produção, venda e entrega, ou seja, as atividades percebidas diretamente pelo cliente/beneficiário – e de apoio, que dão sustentação às atividades primárias.

Para Porter e Kramer (1999), embora as fundações de caridade³ tenham comprometimento social, questiona-se se a sociedade está colhendo os frutos desse comprometimento. Segundo os autores, essas organizações

³ Termo que os autores utilizam para definir as organizações humanitárias, educacionais e culturais sem fins lucrativos nos Estados Unidos.

No mundo corporativo, a estratégia de uma empresa determina como ela vai criar valor para os seus clientes, atendendo suas necessidades de forma melhor que seus concorrentes

precisam pensar estrategicamente e criar valor para a sociedade. Eles destacam que isso só será possível se mensurada e comprovada a sua *performance* na geração de resultados para o público e na satisfação dos financiadores, que desejam que o dinheiro transferido se reverta em benefícios e em desenvolvimento.

De acordo com Porter e Kramer (1999), no mundo corporativo, a estratégia de uma empresa determina como ela vai criar valor para os seus clientes, atendendo suas necessidades de forma melhor que seus concorrentes, ou produzindo um valor equivalente com o menor custo. Embora nas organizações sociais os objetivos sejam outros, para os autores, a lógica subjacente à estratégia é a mesma. Em vez de competirem por mercados, estão no negócio de contribuir para melhorias da sociedade, utilizando os recursos recebidos no potencial máximo e gerando desempenho superior. É a partir desta lógica que se utilizou neste artigo essa teoria, com o objetivo de analisar e provocar uma reflexão sobre os níveis de eficiência das ONGs, sua capacidade de geração de resultados e seus fatores de diferenciação.

Gestão social

Percebida no Brasil como um fenômeno recente, a gestão social surgiu a partir das mudanças econômicas e administrativas ocorridas na década de 1990. Essas mudanças alteraram o papel das ONGs, deslocando-as da posição basicamente política e de interlocutoras da sociedade,

para a de “parceiras do Estado” na execução das políticas públicas. Neste cenário, o caráter político dá lugar ao técnico/burocrático, jurídico, econômico e administrativo, exigindo uma práxis próxima da gestão corporativa e do modelo gerencialista proposto na reforma do Estado, com o desafio da eficiência sem a perda do caráter político. Os agrupamentos de pessoas de boa vontade, o caráter filantrópico, a carência do público já não são argumentos suficientes para convencer financiadores. As ferramentas da gestão corporativa e a burocracia do Estado se misturam e criam um ambiente que militantes históricos jamais enfrentaram. O desafio posto é a adoção de procedimentos técnico-administrativos, capacidade de execução e de geração de resultados, que incluem os econômicos, e a contribuição para a redução da pobreza.

Segundo Drucker (1998), as organizações sem fins lucrativos têm um papel importante na transformação da sociedade e dos indivíduos, pois contribuem para o equilíbrio econômico e social das nações e oportunizam acesso a bens e serviços aos desprovidos. Porém, elas precisam ser eficientes, inovadoras e competentes.

Para Hudson (1999), embora o mundo reconheça a importância das ONGs, o maior desafio a elas imposto é o da gestão sem recursos, em decorrência do não domínio das receitas para desenvolver projetos e para sua manutenção. Elas são (com raras exceções) dependentes de fontes externas, o que as deixa vulneráveis quanto à sua sustentabilidade, exigindo habilidade na captação de recursos.

Para Tenório (1998), a institucionalização do terceiro setor é fundamental no cenário social, político e econômico atual, no qual os dois primeiros setores – o público e o privado – cresceram em desarmonia com os anseios da sociedade. O recente enfraquecimento do setor público, com a proposta em curso do “Estado mínimo”, demanda da sociedade civil ações na busca do equilíbrio social. Porém, ao passo que as ONGs ganham importância, suas necessidades financeiras se ampliam, e os recursos a elas disponibilizados se tornam escassos. Ao se traçar um panorama da gestão das ONGs, percebem-se lacunas conceituais. Porém, para Tenório (2000), a utilização de um ferramental básico com as principais funções administrativas é relevante. Estabelecer métodos que

considerem os aspectos internos, as políticas, os planos e rotinas pode ser um ponto de partida para o pensamento, a discussão e a elaboração de modelos para o setor que possam evoluir para o atendimento pleno de suas especificidades.

Segundo Fischer e Falconer (1998), na realidade do Brasil, as ONGs atuam em uma faixa difusa, igualmente distante da gestão pública e da privada. Assim, conduzem suas ações em uma sucessão de tentativas e erros. Vão gerando e acumulando aprendizado e replicando conhecimentos na tentativa de atender as exigências dos financiadores. Ainda segundo Fischer e Falconer (1998), embora as ONGs exerçam deveres do Estado, como educação, saúde e assistência, e dos agentes privados, como a geração de emprego e renda, formação profissional etc., em sua maioria, elas não apresentam estrutura para desenvolver com eficiência nenhuma das duas áreas.

Para Falconer (1999), as ONGs têm diante de si o desafio de formar gestores; uma formação focada nas características do setor, considerando o seu caráter híbrido, simultaneamente econômico, político e social. Ou seja, uma formação que possa transpor o conhecimento acumulado de empresas e das organizações públicas e atender a complexidade do setor.

O objetivo na utilização deste referencial é analisar o seguinte aspecto: atuando nesta faixa difusa e com especificidades, as ONGs brasileiras já desenvolveram

capacidade de gestão ao nível de gerar resultados satisfatórios frente ao volume de recursos financeiros que recebem? Será o financiamento do desenvolvimento via ONGs eficiente e consequente?

PESQUISA DE CAMPO

Realizada no período de fevereiro a dezembro de 2011, a pesquisa de campo junto às ONGs objetivou a coleta dos seguintes dados: a) critérios de seleção da primeira diretoria e da primeira equipe técnica; b) forma de captação de recursos, parcerias firmadas e manutenção da ONG nos primeiros cinco anos; c) maior volume de recursos financeiros já captados, as potencialidades e fraquezas para captação; d) as exigências dos financiadores que consideram mais difíceis de atender; e) maior número de pessoas beneficiadas pela organização; f) estrutura técnica e a existência de setor de captação de recursos e de relacionamento com financiadores; g) principais fontes de recursos acessadas e as maiores dificuldades de acesso a recursos financeiros; e h) visão dos gestores e técnicos sobre a capacidade de gestão e de geração de impactos econômicos da organização.

Dados das organizações do Grupo A

A maioria dos entrevistados apresentou como motivação para o ingresso nas organizações, além da identificação com a causa e com a missão, a proposta de trabalho e a perspectiva de desenvolvimento e de crescimento profissional. As primeiras equipes e diretorias foram formadas por profissionais com nível superior e possuíam relacionamentos e influência em setores importantes, como governos e empresas nacionais e estrangeiras.

As organizações tiveram o privilégio de já nascerem financiadas e nos primeiros cinco anos mantiveram fontes permanentes de apoio, o que garantiu sua estruturação e maturação. Quanto à estratégia e à forma de captação de recursos nos primeiros anos (década de 1990), os fatores determinantes foram: que a entidade estivesse posicionada (atuando) em área promissora para o financiamento, estabelecesse redes virtuosas de contatos e, sobretudo, que elaborasse projetos técnicos qualificados

As ONGs têm diante de si o desafio de formar gestores; uma formação focada nas características do setor, considerando o seu caráter híbrido, simultaneamente econômico, político e social

para atender as exigências dos financiadores, conforme destaca o coordenador administrativo da organização A3.

Nossa organização era uma máquina de projetos, desenvolvíamos muitos projetos para todas as fontes financiadoras que atendessem aquelas áreas relacionadas ao nosso foco de atuação e que ao mesmo tempo atendessem ao interesse do financiador.

Essa opinião é corroborada pelo coordenador de projetos da organização A1 quando afirma:

Neste período, as organizações que tinham corpos técnicos qualificados e que conseguiram atender bem essa exigência dos financiadores, acessaram muitos recursos, cresceram muito e conseguiram criar grandes estruturas.

No que se refere ao maior volume de recursos já captado, os entrevistados da organização A1 destacaram que foi acima R\$ 2 milhões e que a organização possui atualmente um orçamento médio anual próximo deste valor⁴. As demais organizações deste grupo possuem orçamentos anuais superiores a R\$ 1 milhão.

As maiores potencialidades das organizações para a captação de recursos são: ter uma boa estrutura administrativa, reconhecimento e a diversificação das ações que permita transitar em várias áreas de interesse dos financiadores. As maiores fraquezas são: a dificuldade em adequar as propostas aos recursos escassos e contratar profissionais qualificados com experiência específica. As exigências dos financiadores mais difíceis de atender, segundo os entrevistados, são as seguintes: adequar as metas físicas aos orçamentos menores que o esperado e a noção de resultados de caráter quantitativo.

Os financiadores tanto públicos quanto privados querem cada vez mais concentrar seus financiamentos nas atividades-fim dos projetos, aquelas sobre as quais poderão medir efeitos e atribuir resultados (coordenador de captação da organização A2).

Todas as organizações possuem fontes diversificadas: recursos do governo federal e estadual, fontes privadas nacionais e estrangeiras e iniciativas de geração de receita e de autossustentação

As organizações deste grupo atendem um número superior a 2 mil famílias/ano e colhem resultados para a redução da pobreza, dentre os quais destacam-se: qualificação de produtores da agricultura familiar, profissionalização de jovens e adultos e inserção no mercado, incubação de empreendimentos, resgate de culturas tradicionais e qualificação de gestores.

Essas ONGs dispõem de um setor ou gerência de captação de recursos dirigida por um profissional de nível superior, com formação em administração ou economia, encarregada de reunir e sistematizar as informações, elaborar projetos e negociar com financiadores. Todas as organizações possuem fontes diversificadas: recursos do governo federal e estadual, fontes privadas nacionais e estrangeiras e iniciativas de geração de receita e de autossustentação através de empreendimentos próprios. Isso possibilita não apenas a não dependência de uma única fonte, mas a sustentabilidade parcial que garante a continuidade da organização.

Essas ONGs possuem influência política nos governos, reconhecimento da sociedade e da comunidade internacional e apresentaram quadros técnicos formados por profissionais de nível superior nas diversas áreas, distribuídos em funções e cargos compatíveis com a sua formação e experiência. Elas se consideram tanto estruturalmente quanto tecnicamente capazes de gerenciar projetos, em função do número de pessoas beneficiados, dos resultados alcançados e do reconhecimento obtido. Os entrevistados foram unânimes quanto à preferência dos financiadores por organizações que obtêm e comprovam sucesso em

⁴ Foram apresentadas demonstrações contábeis e relatórios financeiros que ratificam essa informação.

projetos anteriores, que geram, medem e comprovam os impactos a partir do financiamento recebido.

Alguns financiadores até que preferem apoiar organizações pequenas que estão começando, mais a maioria, público ou privado, quer saber mesmo é se ela tem história, competência comprovada (coordenadora de projetos da organização A2).

As organizações do Grupo B

A maioria dos entrevistados justificou seu ingresso nas organizações por motivos como: ser uma organização formada por amigos, identificação com a causa, paixão pela entidade e pelo trabalho ou herança da família, conforme destaca a diretora-geral da organização B2.

Fui obrigada a assumir o trabalho iniciado pelo meu pai, que a comunidade reconhecia e tinha muitas vidas dependendo da continuidade, relutei no início mas acabei aceitando, daí me contaminei, não consegui mais deixar e estou aqui até hoje mesmo com todas as dificuldades.

As primeiras equipes de trabalho das organizações deste grupo eram basicamente formadas por amigos dos fundadores, simpatizantes da causa e voluntários das diversas classes, desde graduados e universitários até pessoas analfabetas das comunidades atendidas. Nos primeiros cinco anos, as organizações tinham dificuldades até para o pagamento de despesas básicas, como energia e telefone, e muitas vezes tiveram essas despesas custeadas pelos instituidores.

Uma dificuldade desse período foi não poder pagar um contador e cumprir as obrigações junto a Receita Federal e outros órgãos o que gerou multas e inadimplência que refletiram na organização anos depois (coordenador financeiro da organização B4).

Algumas organizações só obtiveram o seu primeiro financiamento após dez anos, depois de realizarem reestruturações administrativas, contratação de consultores e elaboração de projetos. Nenhuma jamais captou recursos com valor superior a R\$ 250 mil.

As maiores potencialidades para captação estão centradas no atendimento das carências dos beneficiários e na seriedade do trabalho. As maiores fraquezas são: o subdimensionamento de equipes, que limita a elaboração e a gestão, a pequena estrutura gerencial e o fato de a organização ser pouco conhecida. As exigências dos financiadores mais difíceis de atender, segundo os entrevistados, foram: atender aos padrões estéticos (linguagens técnicas e acadêmicas), atender às várias legislações e alcançar os resultados com as métricas recomendadas.

A forma de medir resultados que os financiadores utilizam atualmente está cada vez mais quantitativa, tem-se que gerar números, estatísticas, às vezes é difícil medir uma ação social como assistência e educação com indicadores físicos (contador da organização B1).

As organizações deste grupo atendem em média 300 pessoas por ano em ações focadas nas áreas assistenciais, de educação e ações pontuais de capacitação e geração de renda. A maioria possui atuação localizada em comunidade periférica e apresenta desgastes de imagem junto ao público pela baixa capacidade de gerar resultados.

A maior parte das organizações deste grupo não dispõe de setor ou estrutura para captação de recursos e relacionamento com financiadores e possui como fonte financeira basicamente os governos (estadual e pontualmente

Algumas organizações só obtiveram o seu primeiro financiamento após dez anos, depois de realizarem reestruturações administrativas, contratação de consultores e elaboração de projetos

federal). Nenhuma das organizações pesquisadas tem fonte própria de geração de receita e autossustentação. Elas possuem pequena ou quase nenhuma influência nos governos, têm limitado reconhecimento da sociedade e são praticamente desconhecidas junto à comunidade nacional e internacional.

As maiores dificuldades na captação de recursos são: a própria escassez de recursos, que eleva barreiras de acesso, os níveis de concorrência e as exigências dos financiadores. Quanto à capacidade de gestão, os entrevistados destacam dificuldade em cumprir os objetivos pactuados, atender ao mesmo tempo às necessidades da comunidade e às exigências dos financiadores e conciliar qualificação técnica com compromisso, aspecto dificultador para as organizações que não dispõem de capital para contratação e remuneração de profissionais.

Organização profissional é a que tem equipe qualificada, essas equipes custam caro, assim [...] as pequenas entidades ficam em um hiato, captam recursos se tiverem equipes qualificadas e só conseguem equipes se tiver recurso, e agora? (presidente da organização B3).

Os quadros atuais das organizações deste grupo são formados majoritariamente por profissionais de nível médio, com baixa remuneração (muito aquém do padrão de mercado)⁵, e alguns poucos de nível superior, a maioria voluntários ou contratados para desenvolver ações pontuais em projetos, voluntários da comunidade e estagiários não remunerados. Os entrevistados são unânimes quanto à existência de relação entre o sucesso em um projeto para captação de outro apoio.

CONCLUSÕES

O terceiro setor é o conjunto de organizações que historicamente fazem parte da estrutura social para promoção do desenvolvimento econômico e social e cujas missões visam à implementação de ações que têm como objetivo a redução da pobreza e das desigualdades sociais no país. Por serem organizações que recebem parte significativa

do financiamento para o desenvolvimento, percebe-se a necessidade de avaliar e entender qual a real capacidade deste conjunto de entidades de contribuir com o desenvolvimento e quais fatores em sua estrutura determinam essa qualificação.

Ao finalizar este artigo, percebe-se que os aspectos de gestão, principalmente no que se refere à competência/qualificação técnica, e a estrutura das ONGs são determinantes para o sucesso nas suas relações políticas e sociais e para a geração de resultados sobre o investimento recebido. Conclui-se que as ONGs que já desenvolveram capacidade de gestão tornaram-se aptas a gerar resultados satisfatórios frente ao volume de recursos financeiros que recebem, de forma eficiente e consequente. Já as organizações que não desenvolveram essa competência geram impacto pouco significativo e se encontram em situação de obsolescência e risco de descontinuidade. Assim, conclui-se a necessidade de financiamento, não apenas das atividades-fim, mas das estruturas e da qualificação de gestores e equipes das ONGs, para ampliação da sua capacidade de geração de resultado e de contribuição com o desenvolvimento a partir da sua competência, conhecimento do contexto e habilidade de mobilização e integração das relações sociais e econômicas.

REFERÊNCIAS

ACIOLI, Andréa. *A explosão das ongs no mundo e no Brasil e seus reflexos no espaço rural fluminense*. ENCONTRO NACIONAL DE GRUPOS DE PESQUISA, 4., 2008, São Paulo. [Anais...] São Paulo, 2008.

ACKOFF, Russell L. *Planejamento empresarial*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1974.

ANSOFF, H. Igor. *Estratégia empresarial*. São Paulo: Mc Graw Hill do Brasil, 1977.

_____. *A nova estratégia empresarial*. São Paulo: Atlas, 1990.

CARVALHO, Antonio O. Avaliação de investimentos em projetos sociais e organizações não governamentais. In: CONGRESSO NACIONAL DE GESTÃO DE PROJETOS, 2011, Salvador. [Anais...] Salvador: CNGP, 2011.

DRUCKER, Peter F. *Administração de organizações sem fins lucrativos: princípios e práticas*. São Paulo: Thonson Learning, 1998.

⁵ Um exemplo são os professores das escolas comunitárias, que recebem salários médios de R\$ 350,00 por mês.

FALCONER, Andres P. *A promessa do terceiro setor*. Chile: ISTR – LAC, 1999.

_____. *Privado, Porém Público: o Terceiro Setor na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1984.

FISCHER, Rosa Maria; FALCONER, Andres P. *Desafios da parceria governo terceiro setor*. ENCONTRO DA REDE DE PESQUISAS SOBRE O TERCEIRO SETOR NA AMÉRICA LATINA E CARIBE – ISTR, 1., 1998, Rio de Janeiro. [Anais...] Rio de Janeiro: Escola de Serviço Social da UFRJ, abr. 1998.

FILGUEIRAS, Luis. *História do plano real*. Perdizes, SP: Boitempo Editorial, 2000.

FRIEDMAN, M. *Capitalismo e liberdade*. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985. (Os Economistas).

HUDSON, Mike. *Administrando organizações do terceiro setor: o desafio de administrar sem receita*. São Paulo: Makron Books, 1999.

PORTER, Michael E. *Estratégia competitiva: técnicas para análise de indústria e da concorrência*. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier Campos, 1986.

PORTER, Michael E. *Vantagem competitiva: criando e sustentando um desempenho superior*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

_____. *Competição: estratégias competitivas essenciais*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

PORTER, Michael; KRAMER, Mark R. Philanthropy's new agenda: creating value. *Business Review*, Harvard, v. 77, n. 6, Nov./ Dec. 1999.

TACHIZAWA, Takeshy. *Organizações não governamentais e terceiro setor: criação de ONGs e estratégia de atuação*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

TENÓRIO, Fernando G. *Gestão de ONGs*. 4. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

_____. *Gestão social: uma perspectiva conceitual*. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 5, set./out. 1998.

SCHUMPETER, Joseph A. *Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Coleção Os Economistas).





Construção civil na Bahia e região metropolitana de Salvador

Lucas Henrique Reis Figueredo*

Urandi Roberto Paiva Freitas**

É notável a expansão da atividade da construção na década de 2000 no estado da Bahia e, mais especificamente, na Região Metropolitana de Salvador (RMS). Tal fenômeno é o objeto de estudo do presente trabalho, que tem a proposta de apresentar dados relevantes dessa atividade, mostrando como a construção foi importante para a economia do estado na última década.

Segundo Teixeira e Carvalho (2010), os bens de construção detêm especificidades que os distinguem das demais formas de investimento:

[...] grandeza dimensional; alto valor agregado; indivisibilidade e imobilidade da oferta; mobilidade dos fatores de produção; produção de bens de capital e bens públicos; demanda localizada e sujeita à influência de uma série de fatores externos (históricos, políticos, sociais, culturais e econômicos) [...] (TEIXEIRA; CARVALHO, 2010, p. 52).

* Bacharel em Economia pela Universidade Salvador (Unifacs). lucas2.0_henrique@hotmail.com

** Mestre em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); professor da Unifacs e coordenador de Estatística da SEI. urandipaiva@hotmail.com

As peculiaridades da atividade construtiva fazem desse setor um importante instrumento de política econômica, principalmente pela capacidade de geração de emprego formal. Os números que elucidam como a construção civil foi importante para a economia baiana serão apresentados mais adiante.

Cerca de 6% do produto da construção civil nacional é feito na Bahia. Isso coloca o estado na quarta colocação no *ranking* do país. Porém, o peso da atividade da construção no PIB estadual é mais acentuado na Bahia do que nos estados que estão à frente neste *ranking*.

O destaque que a construção baiana obteve em nível nacional pode ser considerado o resultado do crescimento exponencial após o ano de 2000. Na comparação com os índices das demais atividades industriais do estado, a construção foi a única que apresentou regularidade no crescimento. O avanço aconteceu de forma absoluta e relativa, aumentando a sua participação no setor industrial em mais de 30%.

O número de empresas de construção cresceu na Bahia, juntamente com o número de pessoal ocupado, ambos analisados entre 2002 e 2009. Esses indicadores foram bastante oscilantes, mas obtiveram crescimento de cerca de 10% e 30%, respectivamente.

Os financiamentos imobiliários ganham destaque nessa análise pela forma exponencial da sua variação: quase 4.000% de crescimento entre 2002 e 2010. Esse dado, associado à redução da inadimplência, revela como o setor foi impulsionado pelo volume de crédito.

Na comparação com os índices das demais atividades industriais do estado, a construção foi a única que apresentou regularidade no crescimento

O crescimento da atividade na região metropolitana foi analisado sob a ótica do número de licenças concedidas para novas construções em Salvador. Observa-se que em 2008 foi liberada a construção de mais de 4,5 milhões de m², enquanto em 2003 esse número não chegou a 2 milhões. É possível afirmar também que a característica das construções na capital mudou, de modo que há mais área construída nas obras licenciadas.

Os dados sobre a mão de obra ocupada na atividade na capital e seu entorno apresentam aumento de aproximadamente 35%, impulsionados pelo crescimento em Salvador. Além disso, o rendimento médio do trabalhador da construção também variou significativamente – cerca de 40%.

O aumento do número de engenheiros civis ocorreu a taxas decrescentes. Isso quer dizer que o total de engenheiros atuando na atividade aumentou, mas a cada ano o número de novos profissionais vem se reduzindo.

Por fim, percebe-se a influência que a atividade exerceu sobre a arrecadação tributária no município de Salvador. O Imposto sobre Transmissão Intervivos (ITIV) cresceu quase 500% entre 2000 e 2010. Destaca-se a participação da construção civil nessa variação tão importante para a administração municipal.

Os dados a seguir estão em formatos gráficos ou tabelados, de modo a facilitar a assimilação do leitor. Inicialmente, destacam-se os números da atividade no estado e, em seguida, a desagregação de algumas informações na Região Metropolitana de Salvador.

PANORAMA ESTADUAL

No contexto estadual, percebe-se uma forte participação do PIB da construção civil baiano no PIB da construção nacional. A Bahia é o quarto estado com maior participação no produto da construção civil nacional. Esse dado é de suma importância quando é comparada a posição da Bahia no *ranking* do PIB nacional, pois o estado ocupa o sétimo lugar dentre as maiores economias (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010).

Tabela 1
Participação no PIB da construção civil nacional (%)
Cinco principais estados – 2004-2008

Unidade da Federação	2004	2005	2006	2007	2008
São Paulo	28,6	26,9	27,7	27,0	27,6
Rio de Janeiro	13,5	11,7	11,2	10,9	10,6
Minas Gerais	9,7	9,0	9,9	10,3	9,8
Bahia	5,6	7,1	6,4	6,0	6,0
Rio Grande do Sul	5,9	6,3	6,3	5,9	6,0

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2008).
Elaboração do autor.

Os cinco estados apresentados na Tabela 1 foram responsáveis por 60% do PIB da construção civil nacional em 2008. Evidentemente São Paulo é o estado com a maior participação, com quase 30%, seguido de Rio de Janeiro e Minas Gerais, com média de 10% cada um. A Bahia segue empatada com o Rio Grande do Sul, com 6% cada um.

Há um dado complementar a esta comparação que se refere à participação da construção civil no PIB dos estados supracitados. A Tabela 2 revela que, apesar de ter forte representação no PIB nacional da construção civil, essa atividade não tem grande participação na composição dos PIBs estaduais. No entanto, a Bahia se apresenta como o estado com a maior participação da construção civil em seu Produto Interno Bruto em comparação com os cinco estados com maior nível de atividade econômica da construção civil. Dados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) (ANUÁRIO DO EMPREGO FORMAL DA BAHIA 2010, 2011) revelam ainda que essa participação, nos anos de 2009 e 2010, evoluiu e chegou a 7,3% e 8,03%¹, respectivamente.

Os dados apresentados até o momento são relevantes no sentido de observação do peso da construção civil da Bahia em nível nacional. De fato, o estado assume papel importante dentro desta atividade. O Gráfico 1 revela a evolução do produto da construção entre os anos de 2002 e 2010. É possível observar a geração de valor para a economia baiana, saindo do patamar de R\$ 3,8 bilhões em 2002 para o valor de R\$ 11,5 bilhões em 2010 (ANUÁRIO DO EMPREGO FORMAL DA BAHIA

Tabela 2
Participação da construção civil no PIB estadual (%)
Cinco principais estados – 2004-2008

Unidades da Federação	2004	2005	2006	2007	2008
Bahia	7,0	8,2	7,4	7,0	7,2
Minas Gerais	5,3	4,8	5,1	5,4	5,1
Rio de Janeiro	6,2	5,0	4,6	4,8	4,6
Rio Grande do Sul	4,2	4,6	4,5	4,3	4,4
São Paulo	4,5	4,0	4,0	3,9	4,2

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2008).
Elaboração do autor.

2010, 2011), ou seja, uma variação de mais de 200%. Essa informação evidencia que a construção civil passou por uma fase de forte crescimento na última década, apresentando pequenas retrações apenas nos anos de 2003 e 2006, com reduções de 0,57% e 3,95%, respectivamente, quando comparados com os anos imediatamente anteriores.

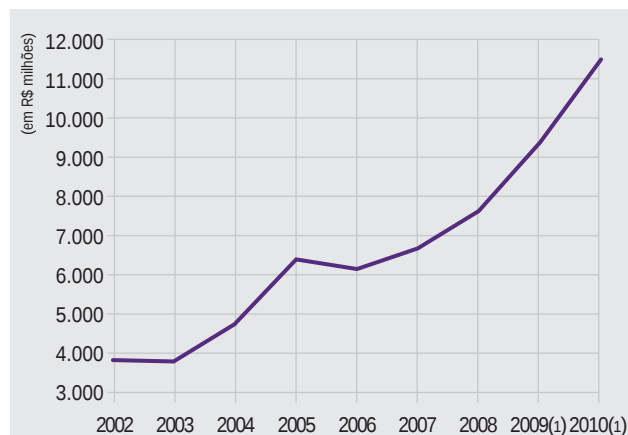


Gráfico 1
Evolução do PIB da construção civil
Bahia – 2002 a 2010

Fonte: SEI. Elaboração do autor.
(1) Dados sujeitos a retificação.

O Gráfico 2 compara os índices de crescimento do PIB das atividades que compõem o setor industrial. Fica clara a expansão da construção civil a partir do ano de 2003, sendo o setor que mais cresceu (cerca de 60%), nos oito anos analisados, dentre as atividades industriais. A atividade de produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana obteve taxas de crescimento maiores do que a construção civil, porém no ano de 2009 este setor teve uma redução de cerca de 13%

1 Os dados estão sujeitos a retificação, depois de consolidados os resultados de todas as UF's (Projeto de Contas Regionais - SEI/IBGE).

e as construções continuaram crescendo. A indústria de transformação teve crescimento nos primeiros anos da análise e permaneceu estável entre os anos de 2005 e 2008. A indústria extrativista mineral permaneceu de forma instável durante todo o período analisado.

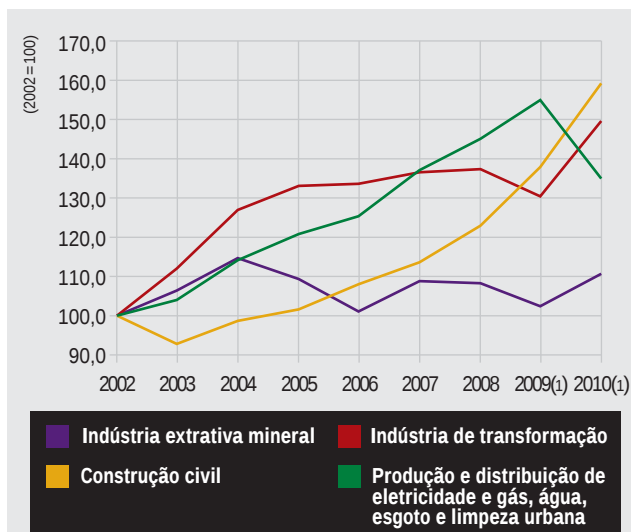


Gráfico 2
Índices do PIB das atividades industriais
Bahia – 2002-2010

Fonte: SEI. Elaboração do autor.
(1) Dados sujeitos a retificação.

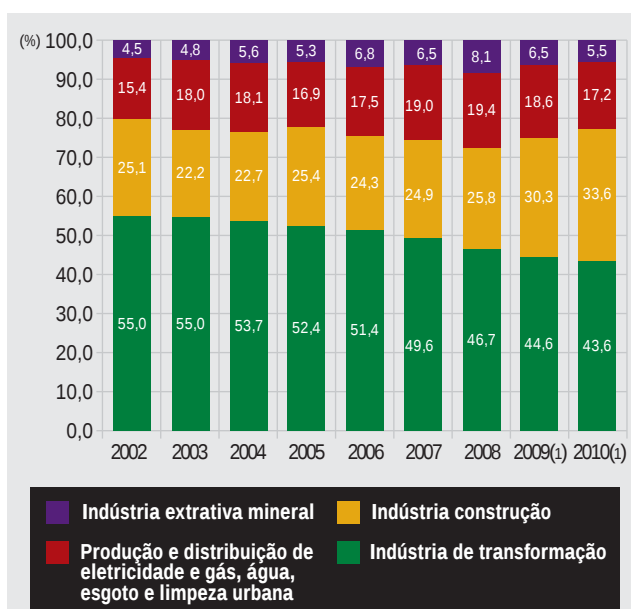


Gráfico 3
Estrutura do setor industrial – Bahia – 2002-2010

Fonte: SEI. Elaboração do autor.
(1) Dados sujeitos a retificação.

O Gráfico 3 complementa a análise comparativa da construção civil com as demais atividades industriais. É possível perceber que, além de obter crescimento do seu produto, a construção se expandiu em participação na composição do PIB industrial da Bahia, com cerca 25% em 2002 e chegando a mais de 33% no ano de 2010. Esses dados comprovam que a construção civil assumiu relevância para as atividades industriais baianas na última década.

A seguir serão apresentados dados sobre o número de empresas e pessoal ocupado na construção nos anos de 2002 a 2009, com base nos dados da Pesquisa Anual da Indústria da Construção (PAIC). O Gráfico 4 mostra o número de empresas de construção. Percebe-se que, apesar da instabilidade, há um crescimento de cerca de 10% em todo o período. Na comparação de 2009 com 2004 – ano com o menor número de empresas – o crescimento chega a 17% em cinco anos.

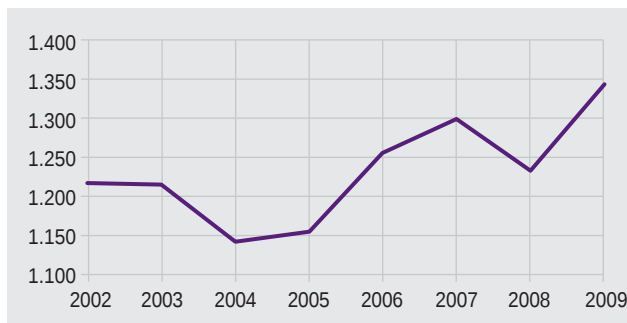


Gráfico 4
Número de empresas de construção civil
Bahia – 2002-2009

Fonte: IBGE-PAIC. Elaboração do autor.

O número de pessoas ocupadas na construção civil é mostrado no Gráfico 5. Esses dados revelam-se bastante instáveis entre os anos de 2002 e 2007, com queda de 9% em 2003, comparado com o primeiro ano da série, crescimento de 16% no ano seguinte e oscilação entre 2004 e 2007. O grande aumento aconteceu em 2009, com acréscimo de mais de 20% em comparação com o ano anterior e aproximadamente 39% em relação a 2003 – ano com o menor número de pessoas ocupadas.

Os dados examinados acima mostraram o desempenho da atividade de construção nos aspectos relacionados ao PIB, ao número de empresas e ao número de pessoas ocupadas.

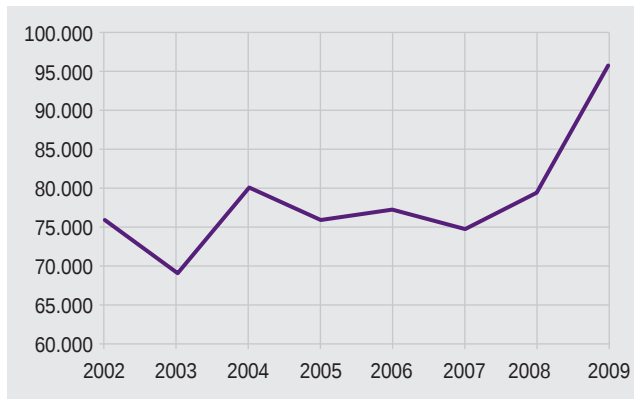


Gráfico 5
Pessoal ocupado na construção civil
Bahia – 2002-2009

Fonte: IBGE-PAIC. Elaboração do autor.

Essas informações são importantes para evidenciar o crescimento da atividade, mas não explicam o que ocasionou tal feito. A seguir, serão vistos os dados que se relacionam diretamente com a demanda do produto da construção.

O crédito imobiliário para aquisição cresceu mais de 3.700% entre os anos de 2002 e 2010. O Gráfico 6 apresenta a trajetória deste crescimento, no qual deve ser destacado o caráter exponencial a partir do ano de 2006. O grande marco do aumento do volume de crédito concedido para aquisição de imóveis é o ano de 2007, quando houve um crescimento de 216% ante 2006. A partir deste ano, as taxas oscilaram entre 40% e 65%.

O movimento de expansão do volume de crédito concedido para aquisição de imóveis não foi prerrogativa do estado da Bahia. Esse fato se deu dentro do âmbito nacional, e o estado acompanhou o ritmo do crescimento.

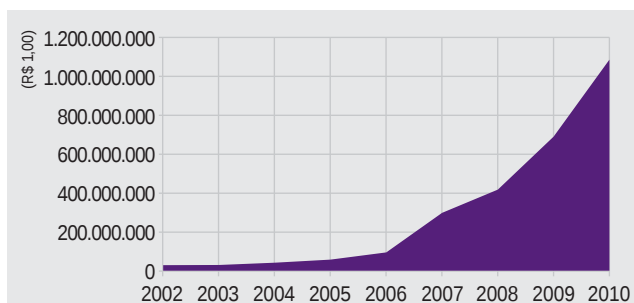


Gráfico 6
Crédito imobiliário para aquisição – Bahia – 2002-2010

Fonte: Bacen. Elaboração do autor.

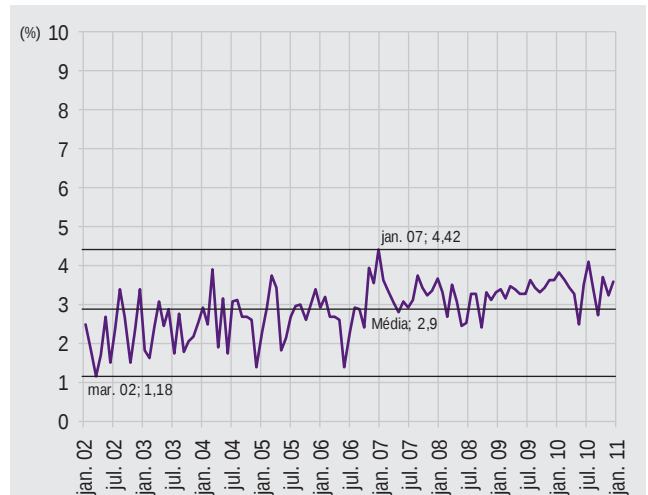


Gráfico 7
Participação no crédito imobiliário nacional
Bahia – jan. 2002-jan. 2011

Fonte: Bacen. Elaboração do autor.

A evidência desta informação está no Gráfico 7, no qual se verifica que a participação relativa da Bahia em relação ao crédito em todo o país oscilou entre 1,18% em março de 2002 e 4,42% em janeiro de 2007. A média traçada em 2,9 p.p. é utilizada para mostrar que, após o ano de 2006, a participação da Bahia vem sendo sempre acima da média, enquanto nos quatro anos anteriores a variação esteve quase sempre abaixo. Isso representa que, mesmo com grande oscilação, a Bahia ganhou participação na liberação do crédito imobiliário nacional nos últimos anos.

O crédito é uma variável associada ao risco. Por isso, ele foi analisado juntamente com a evolução da inadimplência

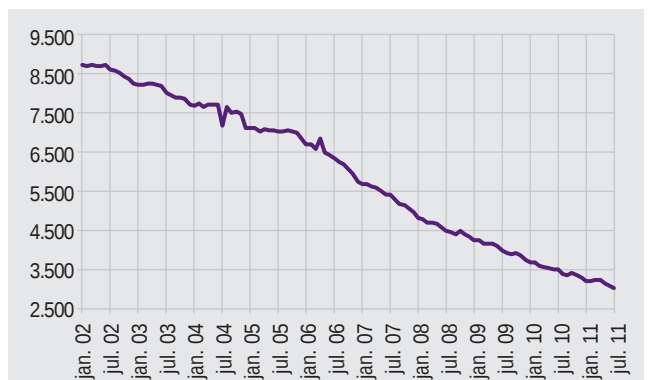


Gráfico 8
Número de contratos com mais de três meses de atraso – Bahia – jan. 2002-jul. 2011

Fonte: Bacen. Elaboração do autor.

entre janeiro de 2002 e julho de 2011. O Gráfico 8 mostra taxas decrescentes em quase todo o período, apesar de algumas oscilações. Porém, o fato que deve ser destacado é a redução de 65% durante toda a série. A queda da inadimplência indica que o crédito está sendo concedido com fundamentos sólidos e consistentes.

Os dados estaduais apresentados retrataram o panorama baiano da construção civil. A seguir, serão analisados os números de Salvador e sua região metropolitana.

A REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR

Após situar o panorama da construção civil no estado da Bahia, a análise se estreitará à Região Metropolitana de Salvador, área mais importante economicamente do estado, com a concentração de grande parte do PIB baiano. Ela é composta por dez municípios, mas serão citados os seis principais: Camaçari, Candeias, Dias D'Ávila, Lauro de Freitas, Salvador e Simões Filho.

A falta de informações desagregadas sobre o PIB da Região Metropolitana de Salvador fez com que outros dados fossem apresentados para evidenciar o crescimento do setor. Por exemplo, serão mostrados os números sobre emissão de alvarás de construção pela Prefeitura Municipal de Salvador. O Gráfico 9 apresenta as informações sobre o número de licenças concedidas às incorporadoras no período de 2003 a 2010, no qual se verifica uma redução de mais de 50% entre os anos de 2006 e 2009.

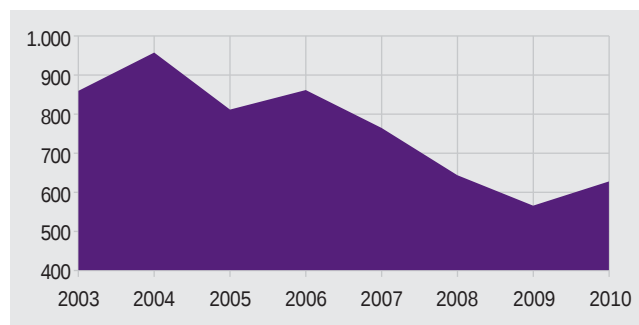


Gráfico 9
Número de alvarás de construção
Salvador – 2003-2010

Fontes: Sinduscon-BA, Sucom. Elaboração do autor.

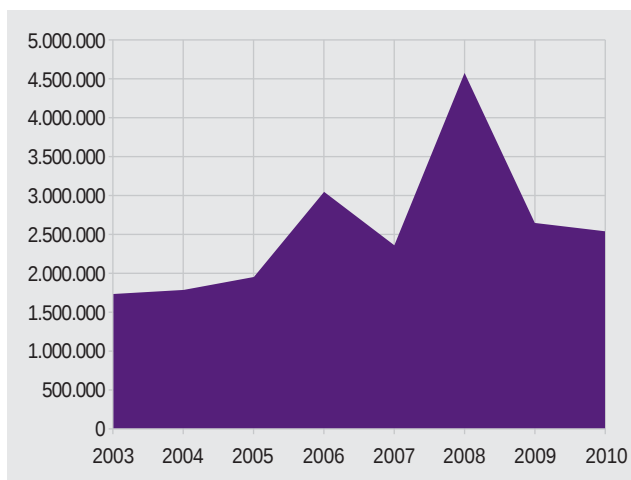


Gráfico 10
M² concedidos para construção
Salvador – 2003-2010

Fontes: Sinduscon-BA, Sucom. Elaboração do autor.

A redução no número de alvarás de construção nos sete anos apresentados no Gráfico 9 deve ser analisada juntamente com os dados do Gráfico 10, que mostra as licenças em área a ser construída (m²). A interseção das informações desses dois gráficos demonstra que houve uma mudança na característica das novas edificações concedidas entre 2003 e 2010, ou seja, foram construídos edifícios com maiores áreas. Em 2008 houve liberação de cerca de 4,5 milhões de m².

Os dados de pessoal ocupado na construção entre os anos de 2005 e 2008 são apresentados no Gráfico 11, no qual podem ser observadas as informações dos cinco principais municípios da RMS, que são responsáveis pela ocupação de mais de 98% dos empregos na construção. Percebe-se uma evolução de mais de 30% no número de pessoal ocupado na RMS, com destaque para os municípios de Salvador, Lauro de Freitas e Dias D'Ávila, com aumento de 36%, 73% e 120%, respectivamente.

O aumento da oferta de emprego na construção vem acompanhado de uma evolução no rendimento médio do trabalhador. O Gráfico 12 mostra que a atividade também proporcionou variação de aproximadamente 44%. No comparativo com outros setores, a construção deteve o terceiro maior rendimento, ficando atrás da extrativista mineral e da administração pública, com rendimentos de

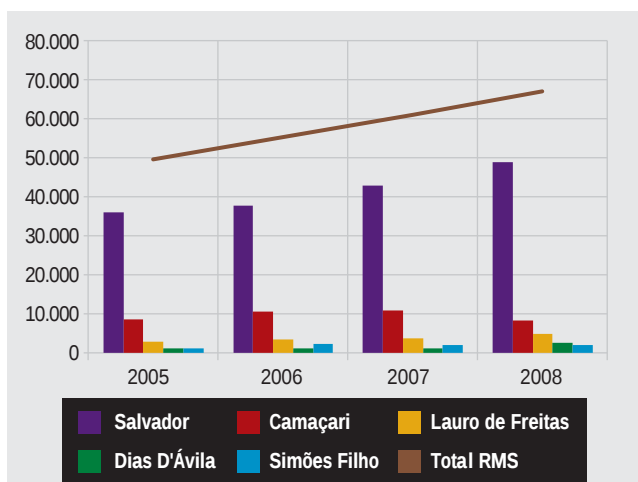


Gráfico 11
Evolução do pessoal ocupado na atividade de construção – Região Metropolitana de Salvador (cinco maiores municípios) – 2005-2008

Fonte: RAIS. Elaboração do autor.

56,2% e 52%, respectivamente. Três atividades apresentaram redução deste indicador: serviços (2,6%), indústria de transformação (10,8%) e agropecuária, extrativa vegetal, caça e pesca (34,2%).

Após análise do pessoal ocupado na construção, serão apresentados os dados sobre engenheiros civis na última década. O Gráfico 13 exibe o aumento no número de novos profissionais entre os anos de 2000 e 2010. Nesses dez anos, a quantidade de engenheiros civis mais que dobrou, com pouco mais de 4.320 em

2000 e mais de 8.650 em 2010. Mesmo com o crescimento dobrado, um dado que se destaca no Gráfico 13 é que o número de profissionais está aumentando a taxas decrescentes.

Para evidenciar isso, a Tabela 3 apresenta o número de novos profissionais formados anualmente. Percebe-se que, no início da década, a quantidade de engenheiros lançados ao mercado por ano era muito maior do que atualmente. Mesmo com crescimento do total de profissionais, o incremento está acontecendo a taxas decrescentes.

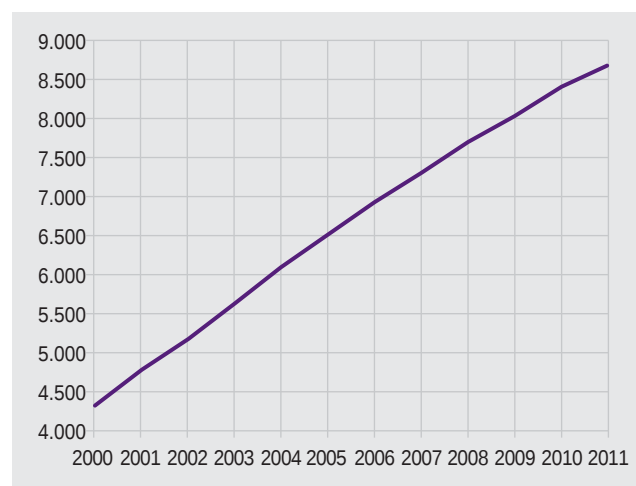


Gráfico 13
Número de engenheiros civis – Salvador – 2000-2010

Fonte: CREA-BA. Elaboração do autor.

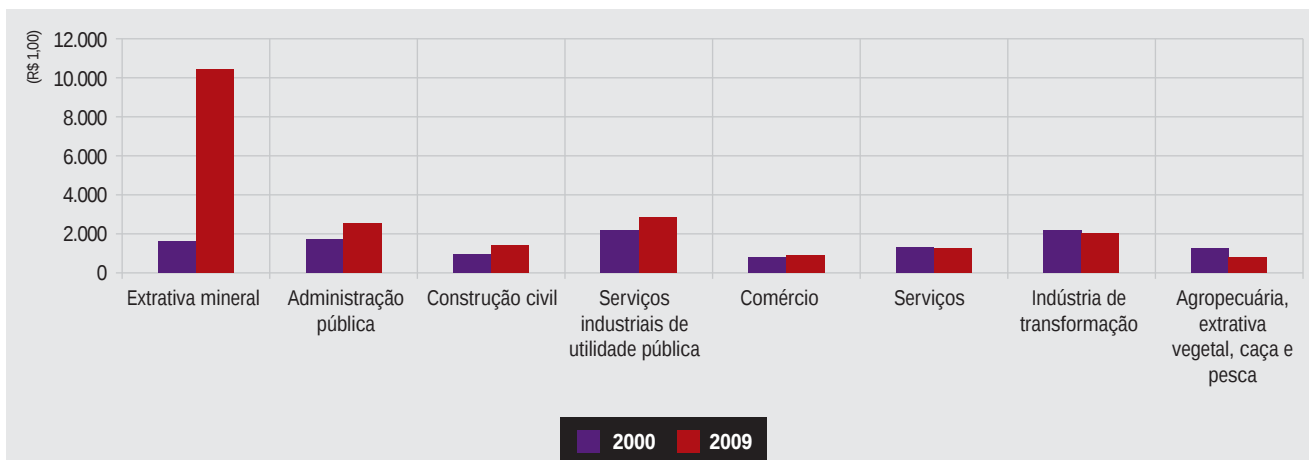


Gráfico 12
Rendimento médio do emprego formal por atividade econômica – RMS – 2000-2009

Fonte: RAIS. Elaboração do autor.

Tabela 3
Engenheiros civis formados anualmente
Salvador – 2000-2010

Ano	Total	Ano	Total
2000	451	2006	426
2001	443	2007	370
2002	412	2008	395
2003	451	2009	330
2004	459	2010	369
2005	415	2011	283

Fonte: CREA-BA. Elaboração do autor.

Os dados são importantes para mostrar o quanto cresceu o número de empregados da construção civil, principalmente no município de Salvador. Essas informações permitem inferir que a capital baiana é a grande concentradora de atividades construtivas. A seguir serão utilizados dados da arrecadação tributária proveniente do Imposto de Transmissão Intervivos (ITIV) da Prefeitura Municipal de Salvador (PMS).

O ITIV é o imposto incidente na transação de bens imóveis (SALVADOR, 2011). Isso o torna uma ferramenta de análise importante para o estudo das atividades construtivas na metrópole. O Gráfico 14 revela o aumento de mais de 470% da arrecadação deste imposto entre os anos de 2000 e 2010. A prefeitura recolhia em 2000 cerca de R\$ 22 milhões e passou a arrecadar mais de R\$ 125 milhões no ano de 2010.

A Tabela 4 complementa a análise do crescimento da arrecadação do ITIV mostrando a participação deste

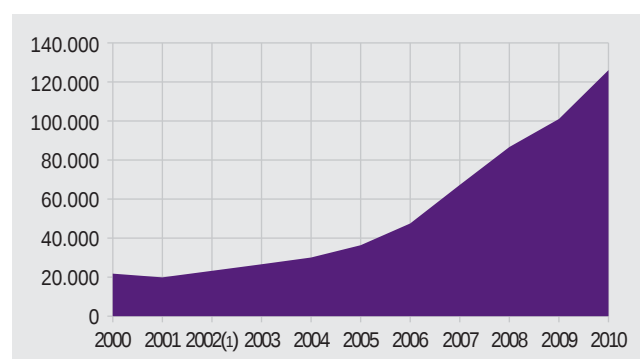


Gráfico 14
Volume de arrecadação do ITIV – Salvador – 2000-2010

Fonte: Sefaz. Elaboração do autor.

(1) Não foram encontrados dados sobre o ITIV do ano de 2002 no sítio da Sefaz. Para efeito de análise, manteve-se a linearidade do crescimento com base nos anos de 2001 e 2003.

Tabela 4
Participação do ITIV na receita tributária
Salvador – 2000-2010

Período	Arrecadação ITIV (1) (R\$ Mil)	Receita Tributária (R\$ Mil)	Part. Rel ITIV (1)	Variação ITIV (1)	Variação RT (1)
2000	21.806	320.566	6,80%	-	-
2001	19.894	360.716	5,52%	-8,77%	12,52%
2002 (2)	23.250	384.019	6,05%	16,87%	6,46%
2003	26.605	421.548	6,31%	14,43%	9,77%
2004	30.068	457.339	6,57%	13,02%	8,49%
2005	36.368	507.665	7,16%	20,95%	11,00%
2006	47.519	610.892	7,78%	30,66%	20,33%
2007	67.280	690.709	9,74%	41,59%	13,07%
2008	86.696	785.210	11,04%	28,86%	13,68%
2009	101.068	898.391	11,25%	16,58%	14,41%
2010	126.121	1.063.624	11,86%	24,79%	18,39%

Fonte: Sefaz.

Elaboração do autor.

(1) ITIV: Imposto de Transmissão Intervivos; RT: Receita tributária.

(2) Não foram encontrados dados sobre o Itiv do ano de 2002 no sítio da Sefaz. Para efeito de análise, manteve-se a linearidade do crescimento com base nos anos de 2001 e 2003.

tributo no total da arrecadação da PMS. A participação relativa do ITIV no total das receitas tributárias teve o seu menor nível em 2001, com 5,5%, e registrou taxas de crescimento sempre maiores que o total de tributos a partir de 2002. Isso fez com que, em 2010, o ITIV representasse quase 12% do total de receitas tributárias no município de Salvador. Os dados revelam a importância da atividade de construção na geração de receita em nível municipal.

CONCLUSÃO

Dentre as atividades industriais, é importante destacar que somente a construção civil obteve crescimento com característica exponencial. Isso aumentou o seu peso na indústria baiana. A análise dos dados permite inferir que a construção civil ajudou a sustentar o crescimento da economia baiana no fim da década. A indústria de transformação, por exemplo, perdeu participação de mais de 10% em dez anos, em 2009, e em 2010 acumulou decréscimos em torno de 10%. Caso a sua participação fosse a mesma, o peso dessa queda seria intenso no PIB baiano. Porém, o aumento da participação da construção fez com que o seu crescimento pesasse significativamente na conta estadual.

A capacidade de gerar emprego formal que a construção possui coloca-a numa situação de instrumento de política pública voltada para a geração de renda.

O comportamento do mercado de trabalho ganha enorme destaque nas políticas públicas das regiões periféricas que sonham alcançar o desenvolvimento econômico, pois tem decisiva participação na qualidade de vida da sociedade (MOURÃO, 2001, p. 81).

No que tange à questão do crédito imobiliário, pode-se entender que a conciliação do aumento do volume de crédito com a redução da inadimplência foi estratégica para o crescimento do setor. A Bahia passou a ter uma pequena elevação em sua participação no cenário nacional a partir de 2006, evidenciando a importância do estado no Sistema Financeiro de Habitação.

Conclui-se o estudo com o realce da relevância que a atividade teve no período analisado. A investigação realizada mostrou alguns fatores que influenciaram a construção e outros que foram incitados por ela. Acredita-se que o trabalho poderá ser instrumento para futuras análises sobre a construção civil no estado na Bahia.

REFERÊNCIAS

- ANUÁRIO DO EMPREGO FORMAL DA BAHIA 2010. Salvador: SEI, v. 1, 2011. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=869&Itemid=110>. Acesso em: 7 out. 2011.
- BAHIA EM NÚMEROS. Salvador: SEI, 2010. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=147&Itemid=234>. Acesso em: 01 out. 2011.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Estatísticas do Sistema Financeiro de Habitação*. Brasília: BACEN, 2010. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/SFHESTAT>>. Acesso em: 14 nov. 2011.
- CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DA BAHIA. *Informações sobre engenheiros civis* [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por: <lucas2.0_henrique@hotmail.com> em: 11 nov. 2011.
- ESTATÍSTICAS DOS MUNICÍPIOS BAIANOS. Salvador: SEI, 2011. Disponível em: . <http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=76&Itemid=110>. Acesso em: 2 out. 2011.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Anual da Indústria da Construção*. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/industria/paic/2009/default.shtm>>. Acesso em: 5 set. 2011.
- _____. *Contas Regionais 2008*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2008/default.shtm>>. Acesso em: 10 set. 2011.
- MOURÃO, Kleber Antonio da Costa. A evolução do trabalho e sua relação com o desenvolvimento econômico. *Revista Adcontar*. Belém, v. 2, n. 1, p. 79-82, 2001.
- SALVADOR. Secretaria Municipal da Fazenda. *Portal Transparência – Prefeitura Municipal de Salvador*. Disponível em: <<http://transparencia.sefaz.salvador.ba.gov.br/>>. Acesso em: 24 out. 2011.
- _____. *Perguntas e respostas sobre ITIV*. Salvador: SEFAZ, [2010]. Disponível em: <http://www.sefaz.salvador.ba.gov.br/sistema/chat/FAQ/fato_gerador_nao_incidencia.asp>. Acesso em: 21 nov. 2011.
- RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS _ RAIS. Pessoal ocupado na atividade da construção civil. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br>>. Acesso em: 30 out. 2010.
- SINDICATO DA INDÚSTRIA DE CONSTRUÇÃO CIVIL DA BAHIA. *Índices macroeconômicos*. Disponível em: <<http://www.sinduscon-ba.com.br/indices-macroeconomicos/>>. Acesso em: 3 nov. 2011.
- TEIXEIRA, Luciene Pires; CARVALHO, Fátima Marília Andrade. A indústria da construção e o nível desenvolvimento econômico regional: análise para o período 1990 a 2006. *Revista de Desenvolvimento Econômico*, Salvador, v. 21, p. 51-61, jul. 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/911>>. Acesso em: 30 out. 2010.





Atividade econômica baiana cresce 2,6% no segundo trimestre e acumula alta de 3,6% em 2012

Carol Araújo Vieira*

Denis Veloso da Silva**

João Paulo Caetano Santos***

Os cálculos realizados pela equipe de Contas Regionais da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), relativos à dinâmica econômica no segundo trimestre de 2012, apontam que, na comparação com o mesmo período do ano anterior, houve crescimento de 2,6% no Produto Interno Bruto a preços de mercado (PIBpm).

Ao observar os grandes setores econômicos, percebe-se que serviços, com alta de 4,5%, foi determinante para tal desempenho, tendo em vista a queda de 2,8% da agropecuária – devido à seca que afeta não só boa parte da agricultura, mas também a pecuária do estado – e o acanhado crescimento da indústria, de 0,2%.

* Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Católica de Salvador (UCSAL). carolvieira@sei.ba.gov.br

** Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Católica de Salvador (UCSAL). dveloso@sei.ba.gov.br

*** Mestrando e graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Coordenador de Contas Regionais e Finanças Públicas da SEI. joaopaulo@sei.ba.gov.br

Tabela 1
PIB trimestral
Variação do trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano anterior – Bahia – 2012

Atividades	2011/3º tri.	2011/4º tri.	2012/1º tri.	2012/2º tri.
Agropecuária	10,4	11,5	2,6	-2,8
Indústria	-1,7	-3,4	4,7	0,2
Serviços	4,3	2,0	4,1	4,5
PIB	2,6	1,4	4,8	2,6

Fontes: SEI .

Dados sujeitos a retificação.

Na comparação com o trimestre imediatamente anterior, eliminadas as influências sazonais, a economia baiana cresceu 0,4%, mesmo percentual verificado para o Brasil, segundo os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Analisando-se o desempenho da economia baiana no segundo trimestre de 2012, tomando como referencial a informação desagregada, exibida na Tabela 2, observa-se que, à exceção da *indústria de transformação*, que recuou 3,6%, todas as demais atividades que compõem o índice do PIB trimestral registraram expansão significativa. Os destaques, em termos absolutos, ficaram com as atividades que compõem o setor *serviços*, em particular *comércio* e *transporte*, com 7,9% e 6,5%, respectivamente. No que se refere ao *comércio*, a taxa revela, de um lado, o crescimento do consumo das famílias, o qual tem se baseado na oferta de crédito e na estabilidade do mercado de trabalho, e de outro, uma resposta à política de estímulo à demanda interna implementada pelo governo federal.

No segmento industrial destaca-se o crescimento do valor adicionado da *extrativa mineral* (6,4%), favorecido, sobretudo, pela expansão na produção de gás¹. A *construção civil*, com expansão de 4,4%, também se sobressaiu por manter a tendência de crescimento, ainda que em bases menores que as de trimestres anteriores. Já a *indústria de transformação*, conforme mencionado anteriormente, ao contrário do que ocorreu no primeiro trimestre, contribuiu negativamente para expansão do PIB baiano no segundo trimestre, com taxa de -3,6%.

1 Essa expansão se deu basicamente devido à baixa base de comparação, visto que, no mesmo período do ano anterior, houve queda significativa na produção de gás, conforme os dados da ANP.

No que concerne aos dados do Brasil, os cálculos realizados pelo IBGE apontam crescimento de 0,5% no segundo trimestre de 2012, na comparação com o mesmo período de 2011, e de 1,2% nos últimos 12 meses.

Contribuíram para o baixo desempenho do Brasil a queda em volume do valor adicionado da *indústria* (-5,3%). Essa retração foi determinada pela redução da produção de *materiais eletrônicos e equipamentos de comunicações*; *veículos automotores*; *artigos do vestuário e calçados*; *produtos farmacêuticos*; e *máquinas e materiais elétricos*. Por outro lado, houve expansão nas atividades de produção de *bebidas*; *madeira*; *refino*; *artigos de perfumaria*; *móveis*; e *outros equipamentos de transporte*. Também na *extrativa mineral* observou-se redução, em volume, do valor adicionado: -1,8%.

A retração na *indústria* brasileira reflete, de um lado, a crise internacional, particularmente na Europa, a qual tem impactado direta e indiretamente as exportações brasileiras, e de outro, certa estabilidade na demanda doméstica, que tem se mostrado menos propícia a novas solicitações, em particular pelo endividamento das famílias brasileiras. No entanto, as políticas de estímulo ao consumo e à produção

Tabela 2
Variação do segundo trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano anterior
Bahia e Brasil – 2012

Atividades	Variação 2º tri. 2012/ 2º tri. 2011 (%)	
	Bahia (1)	Brasil
Agropecuária	-2,8	1,7
Indústria	0,2	-2,4
Ind. transformação	-3,6	-5,3
SIUP	3,5	4,3
Extrativa mineral	6,4	-1,8
Construção civil	4,4	1,5
Serviços	4,5	1,5
Comércio	7,9	0,2
Transportes	6,5	-0,6
Alojamento e alimentação	3,5	nd
Administração pública (APU)	2,1	3,3
Valor adicionado básico	2,4	0,5
Imposto sobre o produto	3,5	0,7
PIB	2,6	0,5

Fontes: SEI, IBGE (2012).

(1) Dados sujeitos a retificação.

implementadas a partir de meados do segundo trimestre tendem a se refletir já no terceiro trimestre.

No que se refere ao *imposto sobre produto*, o estado observou-se alta de 3,5% na comparação com o segundo trimestre do ano anterior. Esse resultado foi determinado basicamente pelo crescimento de 5,0% no recolhimento do ICMS, o qual totalizou R\$ 6 bilhões no primeiro semestre do ano.

A Tabela 3 exibe informações do desempenho das atividades econômicas no primeiro semestre de 2012 para o Brasil e para a Bahia. Os dados revelam o desempenho negativo da agropecuária, que, conforme mencionado, foi determinado, em grande parte, pela seca que atingiu a Bahia. Destaque positivo para as atividades do *comércio* (7,2%) e *transportes* (7,7%). Na indústria, a *construção civil*, com volume de 8,1%, teve a maior evidência dentre as atividades que compõem o setor, demonstrando o bom momento do segmento. Nota-se também que a *indústria de transformação*, mesmo com queda de 3,6% no segundo trimestre, acumula alta de 0,3% no período de janeiro a junho. Essa alta reflete ainda o bom desempenho do primeiro trimestre, quando o segmento teve crescimento bastante expressivo.

Tabela 3 Variação acumulada no primeiro semestre Bahia e Brasil – 2012		
Atividades	Variação no acumulado do ano em comparação ao ano anterior	
	Bahia (1)	Brasil
Agropecuária	-1,6	-3,0
Indústria	4,0	-1,2
Ind. transformação	0,3	-4,0
SIUP	3,8	4,0
Extrativa mineral	3,9	0,1
Construção civil	8,1	2,4
Serviços	4,7	1,5
Comércio	7,2	0,9
Transportes	7,7	0,3
Alojamento e alimentação	3,6	nd
Administração pública (APU)	2,8	3,1
PIB	3,6	0,6

Fonte: SEI, IBGE (Contas Nacionais Trimestrais 2012).

(1) Dados sujeitos a retificação.

O Brasil, segundo os dados do IBGE, no período de janeiro a junho, acumulou uma variação de 0,6% no PIB, comparado com o mesmo período de 2011. O setor da *agropecuária* registrou queda de 3,0%, devido à sua taxa de crescimento do primeiro trimestre ter caído 8,5%. O setor industrial teve retração de 1,2%, mais uma vez prejudicado pelo fraco desempenho da *indústria de transformação*, que apresentou queda nos dois primeiros trimestres do ano: -2,6% e -4,0%, respectivamente. O setor de *serviços* apresentou crescimento de 1,5%, fortemente influenciado pelo bom desempenho da *administração pública* (3,1%) e pela atividade de *comércio*, com alta de 0,9%.

ANÁLISE SETORIAL, SEGUNDO AS PESQUISAS REFERENTES A CADA SETOR DE ATIVIDADE

Agropecuária

A sexta avaliação do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) do IBGE demonstrou variação negativa de 1,2% na produção baiana de grãos em relação à safra do ano anterior, sendo estimada em 7,4 milhões de toneladas. Além disso, observa-se redução de 13,1% na área a ser plantada em 2012 e de 8,9% na área colhida, na comparação com 2011.

Na safra de grãos, o destaque fica por conta da cultura do *algodão* – crescimento de 1,6% – e do *milho*

A sexta avaliação do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) do IBGE demonstrou variação negativa de 1,2% na produção baiana de grãos em relação à safra do ano anterior

– crescimento de 5,3%. No que se refere ao algodão, destaca-se que a Bahia é o segundo maior produtor do Brasil, tendo em São Desidério o município com a maior safra, responsável por 16% da produção brasileira e por 47% do que é colhido no estado. O crescimento da safra de algodão ocorreu devido a dois fatores: o primeiro foi pelo aumento da área plantada, que respondeu aos bons preços da *commodity* no mercado internacional; o segundo refere-se à estabilidade climática durante o desenvolvimento da cultura e na época da colheita. O aumento da safra de milho também foi determinado pela expansão da área plantada e pela estabilidade do clima, no que se refere à primeira safra, que é a de maior peso. Já a segunda foi fortemente afetada pelo fator climático – seca na Bahia –, o que provocou uma queda significativa. No entanto, como a primeira safra é a mais importante, no cômputo geral, registrou-se a elevação na produção da cultura.

Além dos bons desempenhos do *algodão* e do *milho*, o estado obteve ganho em volume na sua produção física com o *café* (8,9%) e com a *mandioca* (3,1%). Mesmo apresentando um recuo significativo em sua área plantada, de -38,5%, a *mandioca* conseguiu manter-se estável quanto à sua área colhida, proporcionando um rendimento superior de quase 3% em relação à colheita de 2011.

Em contrapartida à expansão das culturas citadas acima, cinco apresentaram queda. Dentre elas cabe destacar a retração do *feijão* (41,8%) e do *cacau* (10%). Tanto um quanto o outro apresentaram perdas em sua área plantada e colhida. A queda do *feijão* foi registrada em toda a Região Nordeste, acarretando perda de posição para a Região Centro-Oeste, do terceiro para o quarto lugar, com participação hoje de 13,7% em âmbito nacional.

A cultura da *soja* também teve retração na safra (-1,9%) em relação a 2011. Essa queda foi determinada pelo período de seca, que se agravou justamente na época do plantio e desenvolvimento das sementes, comprometendo, assim, o crescimento da planta.

Apesar do cenário de queda em parte das principais culturas cultivadas em solo baiano, é importante expor que, a despeito das intempéries climáticas, essas estimativas foram realizadas tomando com base o ano de 2011, quando se verificou recorde de produtividade para três das principais culturas do estado: soja, algodão e milho. Nesse sentido, cabe mencionar que a utilização de avançadas tecnologias dentro do processo de plantio tende a amenizar os efeitos negativos do clima desfavorável.

Tabela 4
Estimativas de produção física, áreas plantada e colhida e rendimento dos principais produtos agrícolas
Bahia – abr.-jun. 2012/abr.-jun. 2011

Produtos/safras	Produção física (t)			Área plantada (ha)			Área colhida (ha)			Rendimento (kg/ha)		
	2011 (1)	2012 (2)	Var. (%)	2011 (1)	2012 (2)	Var. (%)	2011 (1)	2012 (2)	Var. (%)	2011 (3)	2012 (3)	Var. (%)
Mandioca	2.977.190	3.068.694	3,1	505.536	310.990	-38,5	252.770	253.203	0,2	11.778	12.120	2,9
Cana-de-açúcar	6.981.289	6.913.209	-1,0	121.854	116.982	-4,0	115.868	114.587	-1,1	60.252	60.332	0,1
Cacau	156.289	140.667	-10,0	546.780	542.550	-0,8	533.315	524.877	-1,6	293	268	-8,5
Café	151.742	165.238	8,9	163.107	167.268	2,6	153.804	154.729	0,6	987	1.068	8,2
Grãos	7.525.850	7.434.748	-1,2	2.921.779	2.540.066	-13,1	2.593.993	2.362.645	-8,9	2.901	3.147	8,5
Algodão	1.574.841	1.600.656	1,6	415.806	437.203	5,1	415.700	436.939	5,1	3.788	3.663	-3,3
Feijão	223.075	129.822	-41,8	551.237	291.462	-47,1	397.969	218.687	-45,0	561	594	5,9
Milho	2.052.379	2.161.181	5,3	799.428	606.871	-24,1	625.363	504.718	-19,3	3.282	4.282	30,5
Soja	3.512.568	3.447.101	-1,9	1.045.240	1.113.685	6,5	1.045.240	1.113.685	6,5	3.361	3.095	-7,9
Sorgo	162.987	95.988	-41,1	110.068	90.845	-17,5	109.721	88.616	-19,2	1.485	1.083	-27,1
Total	-	-	-	4.674.862	4.115.059	-12,0	4.065.450	3.846.980	-5,4	-	-	-

Fonte: IBGE - LSPA.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) IBGE-PAM 2010.

(2) IBGE-LSPA previsão de safra 2012 (junho/2012).

(3) Rendimento = produção física/área colhida.

Para isso, a Agência de Fomento do Estado da Bahia (Desenbahia) conseguiu, no total de créditos aprovados, superar, pela quarta vez consecutiva, o volume investido, desta vez em 16,4% em relação ao registrado na safra do ano anterior. Esse foi o melhor desempenho do órgão nos últimos quatro anos. Esse financiamento é destinado, em especial, à aquisição de máquinas agrícolas, projetos para ampliação de empreendimentos, custeio agropecuário e agricultura familiar.

Cabe frisar que, mesmo com essa pequena queda de 1,2% observada na produção dos grãos neste ano, os preços dos produtos, em especial da soja, estão com alta expressiva no mercado internacional, o que sinaliza uma excelente safra no período 2012/2013.

Indústria

Já a *indústria de transformação*, conforme mencionado anteriormente, ao contrário do que ocorreu no primeiro trimestre, contribuiu negativamente para o PIB baiano no segundo trimestre, com taxa de -3,6%. A retração foi determinada pela queda na produção de *refino de petróleo e álcool* (-3,5%), *produtos químicos* (-1,4%), *metalurgia básica* (-19,0%) e *veículos automotores* (-13,2%).

Conforme os dados da Pesquisa Industrial Mensal Regional (PIM-PF), realizada pelo IBGE, a produção

industrial baiana registrou, no acumulado do ano (jan./jun.), expansão de 3,1%, com resultados positivos em cinco das nove atividades pesquisadas. Segundo a pesquisa, a principal influência negativa no acumulado do ano de 2012 em relação ao mesmo período de 2011 veio da atividade de *veículos automotores*, com retração de -11,3%, e da *metalurgia básica* (-10,4%) – esta última explicada especialmente pelo recuo na produção de barras, perfis e vergalhões de cobre e vergalhões de aço ao carbono. Cabe ainda comentar o impacto negativo oriundo do *refino de petróleo e álcool* (-4,4%), decorrente da redução na fabricação de óleo diesel e de naftas para petroquímica. A principal influência positiva veio do setor de *produtos químicos*, com expansão de 21,6%, recuperando as perdas do ano anterior.

O Gráfico 1 exibe as variações dos segmentos de transformação no primeiro semestre de 2012. As maiores contribuições positivas vieram de *borracha e plástico* (8,3%) e de *alimentos e bebidas* (4,9%), impulsionados, respectivamente, pela maior produção de garrações, garrafas e frascos de plástico, e de cervejas e chope, farinhas e *pellets* da extração do óleo de soja, óleo de soja em bruto e manteiga, gordura e óleo de cacau. Para o Brasil, os principais destaques de crescimento foram nos segmentos de *refino de petróleo* (3,6%), *madeira* (6,2%) e *equipamentos de transporte* (7,0%).

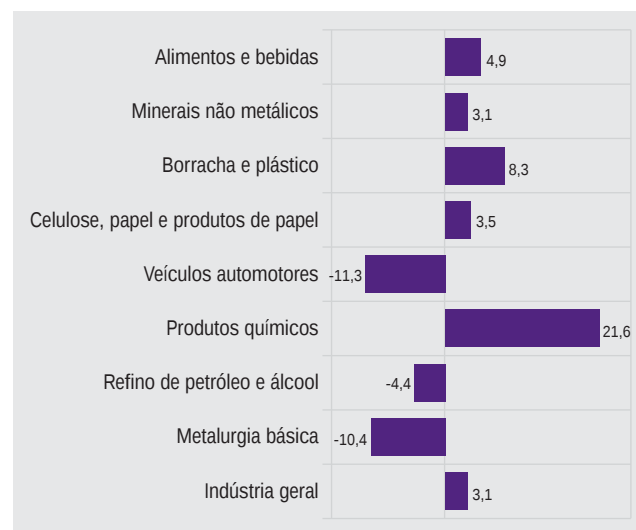


Gráfico 1
Produção física – evolução da indústria de transformação – Bahia – jan.-jun. 2012/jan.-jun. 2011

Fonte: PIM-PF/IBGE (Produção Industrial Mensal 2012).

Conforme os dados da Pesquisa Industrial Mensal Regional [...] a produção industrial baiana registrou, no acumulado do ano (jan./jun.), expansão de 3,1%, com resultados positivos em cinco das nove atividades pesquisadas

A evolução da *indústria de transformação* no segundo trimestre de 2012 em relação ao mesmo período do ano anterior evidencia queda de 1,4%, puxada principalmente por retrações nos gêneros da *metalurgia básica* e *veículos automotores*, -19,1% e -13,2%, respectivamente. Os destaques positivos ficam por conta de *celulose, papel e produtos de papel*, com ganho de 11,9%, e *borracha e plástico* (11,4%).

No que concerne aos dados da *indústria de transformação* apresentados pela PIM-PF, observa-se mais um vetor que propicia o distanciamento entre a taxa de crescimento do PIB baiano e a do Brasil. Tanto no segundo trimestre quanto no acumulado do ano as taxas de crescimento são divergentes. Enquanto a Bahia registrou retração de -1,4% no segundo trimestre, o país teve queda de -4,5%. No acumulado do ano, a Bahia obteve expansão de 3,1%, e o Brasil retração de -3,8%. Isso se refletiu no PIB do segmento. Nesse caso, a Bahia registrou aumento de 0,3% no primeiro semestre, enquanto que no Brasil observou-se retração de 4,0%.

O segmento extrativo mineral baiano registrou crescimento no período, favorecido, sobretudo, pela expansão de mais de 40,0% na produção de gás natural no segundo trimestre. Essa forte elevação foi determinada basicamente por fatores estatísticos, dado que, no mesmo período do ano anterior, houve retração de 25,0%. Por outro lado, a produção de petróleo teve queda de 2,3%.

Finalmente, cabe destacar a expansão da atividade da *construção civil*, a qual tem sido, há vários trimestres, um dos principais segmentos propulsores do crescimento econômico baiano. Essa elevação pode ser associada, em parte, à continuidade dos investimentos públicos iniciados em anos anteriores e ao lançamento de unidades habitacionais por parte da iniciativa privada, ainda que em níveis inferiores aos do período 2009/2011.

Serviços

Os indicadores de desempenho do *comércio varejista*, segundo grupo de atividade, divulgados recentemente pela Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) do IBGE, mostram que o volume das vendas no segmento no estado cresceu 10,4% no primeiro semestre do ano,

Os indicadores de desempenho do comércio varejista [...] mostram que o volume das vendas no segmento no estado cresceu 10,4% no primeiro semestre do ano, evidenciando o fortalecimento do mercado interno

evidenciando o fortalecimento do mercado interno. Fatores como saldo positivo do número de postos de trabalho, queda da taxa Selic de 8,0% para 7,5% – o nono corte consecutivo desde agosto de 2011 – e expansão do crédito explicam o crescimento desse setor.

Os maiores incrementos ocorreram nas atividades de *equipamentos e materiais para escritório* (24,8%); *móveis e eletrodomésticos* (14,0%) – resultado que reflete a política do governo de incentivo ao consumo –; *combustíveis e lubrificantes* (13,0%) – devido à estabilização nos preços dos combustíveis para a Bahia –; e *outros artigos de uso pessoal e doméstico* (10,6%).

A redução do IPI, medida adotada pelo governo no final de maio, começou a surtir efeito e impulsionou o volume de vendas no acumulado do ano, com um crescimento de 8,9% na atividade de *veículos e motos, partes e peças*. Em sentido contrário, a única atividade que apresentou retração em volume de vendas no acumulado de janeiro a junho foi *livros, jornais, revistas e papelaria* (-12,6%).

Ainda dentro de *serviços*, cabe destacar a expansão verificada no segmento de transporte, em particular no modal aquaviário. No segundo trimestre, houve crescimento de 9,3% no transporte de passageiros e cargas terrestres e de 7,6% nos embarques dos portos baianos. Finalmente, a *administração pública* também apresentou expressiva elevação, favorecida pelas políticas de estímulo à economia adotadas pelos órgãos da administração.

Tabela 5
Indicadores de desempenho do comércio varejista baiano, segundo grupos de atividades
Bahia – jan.-jun. 2012

Atividades	Acumulado no ano de 2012 (1) Volume de vendas (2)
Comércio varejista (3)	10,4
1 - Combustíveis e lubrificantes	13,0
2 - Hipermercados, supermercados, prods. aliment., bebidas e fumo	8,0
2.1 - Hipermercado e supermercado	6,4
3 - Tecidos, vestuário e calçados	7,0
4 - Móveis e eletrodomésticos	14,0
5 - Art. farm.med.ort.e de perfum.	6,8
6 - Equip. mat. p/ esc.inf. comunicação	24,8
7 - Livros, jornais, rev. e papelaria	-12,6
8 - Outros art. de uso pess. e domest.	10,6
9 - Veículos e motos, partes e peças	8,9
10 - Material de construção	6,8

Fonte: IBGE–Pesquisa Mensal do Comércio (2012).

(1) Compara a variação acumulada do período de referência com igual período do ano anterior.

(2) Resulta do deflacionamento dos valores nominais de vendas por índices de preços específicos para cada grupo de atividade.

(3) O indicador do comércio varejista é composto pelos resultados das ativ. numeradas de 1 a 8.

Conforme as informações do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), no acumulado dos seis primeiros meses de 2012, a Bahia contabilizou um saldo superior a 30 mil postos de trabalho com carteira assinada (Tabela 6). O saldo é resultado da diferença entre o total de empregados admitidos (427.539 vagas) e de empregados desligados (397.205 vagas). Diante desse resultado, a Bahia se mantém em primeiro lugar em relação ao Nordeste e em nono no ranking entre as unidades da Federação (UF), no que se refere ao saldo de empregos. Neste período, o estado apresentou uma variação percentual do estoque de empregos de 1,8%.

Quanto ao comportamento do emprego formal por setor de atividade econômica, *serviços* apresentou o maior saldo no acumulado do ano (jan.-jun. de 2012), com aproximadamente 11 mil vagas, seguido pela *agropecuária*, com 9 mil, e pela *construção civil*, com quase 6 mil vagas de emprego.

A *indústria de transformação* apurou um resultado de 3.597 postos de trabalho, consequência do ótimo desempenho

Tabela 6
Comportamento do emprego formal por setor de atividade econômica – Bahia – jan.-jun. 2012

Atividade econômica	Admitidos	Desligados	Saldo	Variação (%)
Serviços	156.329	145.511	10.818,00	1,56
Agropecuária	50.556	41.554	9002,00	8,87
Construção civil	79.473	73.867	5.606,00	3,30
Indústria de transformação	50.091	46.494	3597,00	1,54
Comércio	85.875	84.634	1.241,00	0,31
Extrativa mineral	1.628	1.295	333,00	2,72
Administração pública	1.391	1.272	119,00	0,28
Serviços ind. de utilid. pública	2.196	2.578	-382,00	-2,49
Total	427.539	397.205	30.334	1,82

Fonte: MTE–Caged. Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes.

Nota: A variação no estoque de empregos é obtida mediante a divisão da variação absoluta sobre o estoque do primeiro dia do mês. No acumulado do ano, a variação é medida para o conjunto de meses, comparando o estoque no início do período com o estoque final.

do subsetor *indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico*. Já o setor de *comércio* contabilizou um saldo de 1.241 vagas de emprego.

O saldo negativo ficou por conta, somente, de *serviços industriais de utilidade pública (SIUP)*, com -382 postos de trabalho. Os demais setores apresentaram saldos positivos, porém menos significativos – *extrativa mineral*, com 333, e *administração pública*, com 119 postos de trabalho gerados no primeiro semestre do ano de 2012.

Comércio exterior

No primeiro semestre de 2012, o comércio exterior baiano apresentou um saldo de US\$ 1,18 bilhão, inferior em relação ao do ano de 2011 em 4,4%. As exportações somaram US\$ 5,13 bilhões e apresentaram crescimento de 4,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. Já as compras externas acumularam um incremento de 7,7%, com US\$ 3,95 bilhões.

As exportações baianas foram afetadas pela redução da demanda em seus principais mercados. O menor crescimento global, o forte clima de incerteza provocado pela crise na zona do euro e a desaceleração econômica do Mercosul foram fatores determinantes para a perda de fôlego das exportações do estado. Os três principais

destinos das vendas externas baianas – EUA, Argentina e China – registraram forte redução nas compras.

De acordo com a Tabela 8, os quatro principais segmentos das exportações baianas – *petróleo e derivados, químicos e petroquímicos, papel e celulose e soja e derivados* – tiveram participação superior a 65% do total das vendas.

Tabela 7

Balança comercial – Bahia – jan.-jun. 2011/2012
(Valores em US\$ 1000 FOB)

Discriminação	2011	2012	Var. %
Exportações	4.905.776	5.134.760	4,7
Importações	3.670.565	3.953.354	7,7
Saldo	1.235.211	1.181.406	-4,4
Corrente de comércio	8.576.341	9.088.114	6,0

Fonte: MDIC/Secex. Dados coletados em 5/7/2012.

Elaboração: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI).

Obs.: Importações efetivas, dados preliminares.

Tabela 8

Exportações baianas – Principais segmentos
Bahia – jan.-jun. 2011/2012

Segmentos	Valores (US\$ 1000 FOB)		Var. %	Part. % 2012
	2011	2012		
Petróleo e derivados	902.889	1.018.483	12,8	19,8
Químicos e petroquímicos	839.041	849.882	1,3	16,6
Papel e celulose	909.971	817.582	-10,2	15,9
Soja e derivados	483.174	664.968	37,6	13,0
Metalúrgicos	459.608	312.617	-32,0	6,1
Automotivo	259.643	255.194	-1,7	5,0
Metais preciosos	223.458	236.310	5,8	4,6
Algodão e seus subprodutos	45.315	180.803	299,0	3,5
Borracha e suas obras	136.404	175.830	28,9	3,4
Cacau e derivados	144.155	127.521	-11,5	2,5
Minerais	57.502	86.392	50,2	1,7
Café e especiarias	92.164	71.019	-22,9	1,4
Couros e peles	66.690	69.525	4,3	1,4
Sisal e derivados	43.707	44.671	2,2	0,9
Máqs., apars. e mat. elétricos	35.973	37.492	4,2	0,7
Calçados e suas partes	40.277	32.647	-18,9	0,6
Frutas e suas preparações	34.031	30.866	-9,3	0,6
Fumo e derivados	13.629	19.776	45,1	0,4
Móveis e semelhantes	7.239	5.287	-27,0	0,1
Demais segmentos	110.906	97.897	-11,7	1,9
Total	4.905.776	5.134.760	4,7	100,00

Fonte: MDIC/Secex. (BRASIL, 2012)

Elaboração: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI).

O segmento *metalúrgicos* teve desempenho negativo, com queda na variação em relação ao ano anterior de 32%.

O destaque quanto às variações no primeiro semestre de 2012 em relação ao ano anterior fica para o segmento de *algodão e seus subprodutos*, cujo ganho foi de 299%. O algodão obteve uma elevação no ano anterior beneficiado, principalmente, pelo preço praticado no mercado internacional e por seu volume exportado. A queda de 10% na área de plantio na Índia também resultou positivamente no preço do produto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo com a desaceleração da economia nacional, a turbulência no cenário externo e o complicado desempenho das principais culturas agrícolas em decorrência dos fatores climatológicos, a atividade econômica baiana, em especial o setor de *serviços*, apresentou resultados positivos ao longo do primeiro semestre de 2012, assim como no acumulado dos últimos 12 meses. Pode-se afirmar que o indicador de volume das vendas do *comércio varejista* e o bom desempenho da *construção civil* e de outras atividades, como *alojamento e alimentação* e *SIUP (eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana)*, garantirão bons frutos para a economia do estado, tendo em vista um estímulo mais acentuado do setor público no que concerne à infraestrutura.

Assim, diante de um cenário econômico com um padrão de crescimento sustentável e com as modestas taxas evidenciadas no terceiro e quarto trimestres de 2011 – 2,6% e 1,4%, respectivamente –, a projeção elaborada pela equipe da SEI para o fechamento do ano é que a Bahia tenha um incremento de 3,7% no PIB.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO. *Dados estatísticos mensais*. Disponível em: <<http://www.anp.gov.br>>. Acesso em: 2 ago. 2012.

BOLETIM DO CAGED. Salvador: SEI, 2012. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/caged/rele_CAGED_set11.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2012.

BOLETIM DO COMÉRCIO EXTERIOR DA BAHIA. Salvador: SEI, jan./set. 2011. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/bce/bce_set_2011.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2012.

BOLETIM REGIONAL DO BANCO CENTRAL DO BRASIL. Brasília: BCB, jul. 2012. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/boletimregional/port/2012/07/br201207c2p.pdf>>. Acesso em: 16 ago. 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Brasília: MDIC/Secex. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br>>. Acesso em: 5 jul. 2012.

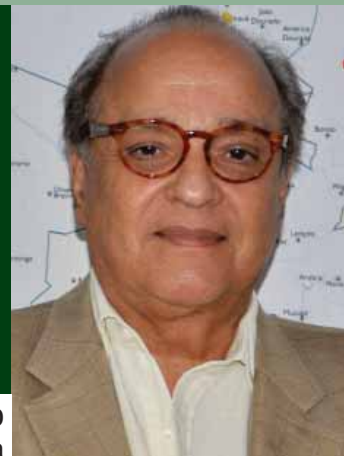
LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 5 jul. 2012.

CONTAS NACIONAIS TRIMESTRAIS. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 31 ago. 2012.

PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL PRODUÇÃO FÍSICA – REGIONAL. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 7 ago. 2012.

PESQUISA MENSAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 16 ago. 2012.

A educação do homem do campo



Geraldo Machado
Superintendente do Senar – Bahia

O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) está completando 21 anos de rica trajetória e excelentes serviços prestados ao processo de fortalecimento da agricultura brasileira. Não só cumpriu plenamente a missão para a qual fora criado, como sua própria atuação foi estabelecendo patamares cada vez mais elevados para a instituição.

Ao longo dessas duas décadas, o Senar desenvolveu expertise original, sendo pioneiro na criação de uma metodologia própria de capacitação direcionada à área rural, denominada “Aprender a fazer fazendo”. Essa metodologia tem como princípio o ensino-aprendizagem e privilegia as situações reais de trabalho e a incorporação dos novos saberes à experiência tácita dos alunos, a capacitação de milhares de instrutores e a elaboração de cartilhas e material instrucional apropriados aos diferentes contextos. Os cursos de formação inicial e continuada, que abrangem cerca de 170 diferentes profissões mais frequentes no meio rural, têm a especificidade de ser realizados nas propriedades rurais e ambientes de produção. O planejamento de trabalho de 2013 prevê a realização de mais 2 mil cursos de formação profissional e promoção social na Bahia.

O Senar Bahia criou inúmeras iniciativas e programas pioneiros, alguns deles adotados nacionalmente, como o Formação de Empreendedores (FEM), o Sindicato Forte e o mais recente, o Viver Bem no Semiárido. Nos últimos três anos, 170 mil pessoas foram treinadas no estado para as mais variadas profissões do campo, em 307 municípios, um dado expressivo para que se compreenda o alcance dessas políticas e práticas.

O avanço do Senar acompanha a agricultura brasileira, que deu um salto absolutamente extraordinário nos últimos 30 anos, tanto do ponto de vista qualitativo como quantitativo, graças à rede acadêmica, institutos de pesquisa e, sobretudo, à Embrapa. De tradicional país importador de alimentos, o Brasil hoje ocupa a invejável posição de ser o segundo maior exportador mundial. O país dispõe de uma das agriculturas mais competitivas do mundo, os índices de produtividade são excepcionais e se igualam aos melhores do planeta – quando

não os superam – e há um intenso e crescente esforço empreendedor dos empresários para consolidar mais e mais essa posição. Em 2011, o PIB da Bahia cresceu 2%, graças principalmente ao impressionante crescimento da agricultura, que chegou a 9,7%. Por essas e outras razões, com a perspectiva muito favorável do crescimento das vendas internacionais, empreende-se o esforço no sentido de ampliar mais ainda a capacidade produtiva agrícola do Brasil e, conseqüentemente, da Bahia.

Vive-se num contexto internacional e nacional extremamente desafiador, que, por um lado, entusiasma e confirma os acertos e êxitos das políticas até aqui executadas e, por outro, desafia a repensar as estratégias para a capacitação do setor agropecuário. As perspectivas de futuro mostram-se amplamente favoráveis ao Brasil. O país está no meio de uma corrida internacional por produtividade e competitividade. As descobertas científicas e tecnológicas se aceleram. Daí a razão de o Sistema Senar/CNA/ICNA estar plenamente engajado numa ampla revisão conceitual, reavaliando estrategicamente seu papel futuro no campo da formação profissional.

Um aspecto relevante a ser considerado diz respeito à crescente migração de jovens para as cidades. É bem verdade que isso corresponde a um fenômeno mundial. As cidades concentram atualmente, em média, quase 80% das populações. A Bahia ainda é uma exceção, pois 35% da sua população ainda vive em zonas rurais. Os jovens se sentem altamente desestimulados a continuar no campo, diante das opções e atrativos que a cidade supostamente oferece. Isso tem trazido sérios problemas à agricultura, a exemplo do apagão de mão de obra, da desestruturação da produção, da interrupção na sucessão familiar das propriedades, além de um envelhecimento crescente da população rural.

Trabalhar com os jovens se converteu em absoluta prioridade. Nesse sentido, o Senar vem desenvolvendo algumas iniciativas e atividades, a exemplo do programa Jovem Aprendiz, cujos cursos, rateados com as empresas, têm carga horária de 800 horas. Seu grande diferencial é que

os jovens aprendem em um contexto de teoria e prática empresarial. A segunda iniciativa importante oferecida aos jovens é o Pronatec, em parceria com a Secretaria estadual de Educação, um programa educacional que ora se inicia na Bahia. O Pronatec, no âmbito da bolsa de formação estudante trabalhador, é o despertar da vida profissional, pois oferece cursos de formação inicial, com carga horária mínima de 160 horas, voltados à área rural. A intenção é permitir a iniciação profissional aos jovens, na tentativa de inspirá-los e dar suporte a seus sonhos e projetos de vida.

Estudo recente da Embrapa revela que a incorporação de tecnologia é o principal fator que permite o crescimento de produção e, consequentemente, da renda do produtor. Em média, 68% dos resultados alcançados dependem diretamente do uso de tecnologias. Pelo referido estudo, o valor do trabalho representa aproximadamente 22%, e o fator terra, apenas 10%. Esses dados clarificam a importância vital da disseminação e incorporação de tecnologias como o principal vetor para assegurar a intensificação do desenvolvimento agropecuário do Brasil, qualquer que seja o tamanho da propriedade, inclusive do ponto de vista da agricultura familiar.

A capacitação profissional dos pequenos e médios produtores e, sobretudo, dos jovens terá que ser de muito melhor qualidade do que a oferecida hoje. O nível de formação requerido para lidar com essas tecnologias vai ser cada vez mais elevado, mais exigente. Outra grande tendência na Bahia é priorizar, daqui para frente, as cadeias produtivas, verticalizando a produção e buscando associar a agricultura familiar e a pequena produção rural às unidades agroindustriais.

Um compromisso muito claro em torno da necessidade de se criar uma nova classe média rural norteia as ações da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), das federações da Agricultura e do Senar no acompanhamento das diretrizes do governo federal. Trabalha-se arduamente para que um contingente de pelo menos 15% das classes D e E migrem para a classe C, e que igual percentual da classe C migre para a classe B. Várias mudanças já foram decididas e implementadas, como a absorção de duas novas categorias – a dos trabalhadores desempregados e a dos jovens – que, até então, não faziam parte da clientela habitual da instituição na maioria das ações de formação profissional. Isso ocorria pelas imposições da legislação que regula os ambientes de trabalho, circunscrita aos trabalhadores empregados e pequenos produtores.

Alguns estudiosos acreditam, inclusive, que essa nova configuração de trabalho mais cognitivo vai ajudar a inverter parte do fluxo migratório, trazendo jovens das cidades para o campo, atraídos pelas oportunidades de emprego, qualificação especializada e melhoria salarial. Eles afirmam que, uma vez que exista oferta de melhores empregos, com boa

remuneração, a situação no campo se inverterá naturalmente. A ideia central é possibilitar que cada produtor ou trabalhador rural, jovem ou não, estabeleça seu próprio itinerário e que, no seu ritmo, consiga avançar de forma continuada no seu nível de preparação técnica.

A melhor forma de cobrir o vasto território brasileiro, oferecendo capacitação a uma maior parcela da população rural, está sendo executada através de cursos de ensino à distância (EAD). Já existe no canal do produtor, no site da CNA, uma variedade de cursos voltados para gestão, empreendedorismo, inclusão digital etc. E haverá também uma nova oferta, com o primeiro curso exclusivamente para jovens destinado à formação de técnicos agrícolas. Esses novos cursos virtuais provavelmente serão disponibilizados a partir de 2013.

Nesse sentido, a CNA tem realizado um intenso trabalho para disseminar técnicas, tecnologias e políticas, várias delas criadas em parceria com a Embrapa, a exemplo dos programas Agricultura de Baixo Carbono, Agricultura de Precisão e do Projeto Biomas, entre outros. São campos avançados do conhecimento, que estão a exigir um tipo absolutamente novo de capacitação profissional.

Em um nível superior de agronegócio, as pessoas empregadas têm que dispor de sólidos fundamentos no uso do GPS, em mecânica avançada, utilização de satélite, conhecimentos em informática, idiomas. São requisitos fundamentais para se conseguir manipular essas máquinas e interpretar corretamente os dados. No futuro, isso tende, em parte, a ser disseminado para o produtor de médio porte. Sabe-se que o setor agroindustrial de ponta é poupador de mão de obra, mas também que nem todo segmento ou atividade agrícola pode ser mecanizado.

Finalizando, o Senar se encontra hoje em pleno processo de planejamento estratégico para os próximos 20 anos, reformando sua grade de cursos e fazendo as adaptações necessárias aos novos e desafiadores cenários econômicos e sociais, sempre na busca de melhores soluções para o campo. Enfim, a instituição se posiciona atualmente como um grande disseminador de conhecimentos e de tecnologias. Esse é, certamente, o grande foco atual do Senar, consciente da sua missão educativa, juntamente com sua rede de parceiros institucionais, e do seu papel relevante na transformação do setor rural. Isso principalmente no caso da Bahia, que, embora disponha de três diferentes biomas e inúmeras pujantes ilhas de prosperidade, ainda ostenta indicadores sociais vergonhosos e baixíssimo desenvolvimento na maioria dos seus municípios, especialmente nos 70% que representam o território do semiárido. E não há dúvida de que a educação profissional é uma das chaves mais importantes para a reversão desse quadro.

O estado da Bahia deverá atrair cerca de **R\$ 50 bilhões em investimentos industriais até 2015**

Fabiana Karine Santos de Andrade*

Os investimentos industriais previstos para o estado da Bahia até o ano de 2015 devem concretizar R\$ 49,9 bilhões. Espera-se que sejam implantadas e/ou ampliadas cerca de 398 empresas de diversos setores, que deverão gerar aproximadamente 72.837 empregos diretos.

O maior volume de investimentos será alocado no Território Metropolitana de Salvador, com inversões que chegam a R\$ 11,6 bilhões, para implantação ou ampliação de 172 empresas. Destaca-se também o Território Sertão do São Francisco, para o qual estão previstos investimentos de aproximadamente R\$ 9,5 bilhões. Vale ressaltar ainda o Território Sertão Produtivo, que deverá receber um volume de R\$ 7,7 bilhões, alocados em 11 projetos.

Por complexo de atividade, destaca-se *Outros*, com inversões previstas que chegam a R\$ 28,1 bilhões, em 46 projetos de empresas com a intenção de se instalar no estado. Será contemplada a área de energia eólica e gás natural, parte do projeto de criação de parques eólicos no estado, espalhados por diversos municípios.

O complexo *Químico-Petroquímico* deverá receber um volume de R\$ 7,9 bilhões, envolvendo a intenção de 105 empreendimentos de se implantarem no estado até

2015. No complexo *Atividade Mineral e Beneficiamento*, o volume previsto, também expressivo, chega a R\$ 5,4 bilhões, montante referente a nove projetos de empresas com decisão de investimento na área de mineração.

No complexo *Metal-Mecânico*, os investimentos devem alcançar R\$ 5,2 bilhões, direcionados a 49 projetos. Neste complexo, destaca-se a previsão de ampliação da produção de uma grande empresa do setor e a implantação da fabricante de veículos automotores Jac Motors, que irá investir cerca de R\$ 1,4 bilhão na construção de uma unidade industrial no município de Camaçari para produção de carros. A empresa já anunciou a construção da sua fábrica.

O Governo do Estado da Bahia, através do Programa Desenvolve, vem implementando uma política de atração de investimentos industriais, via concessão de incentivos fiscais, que possibilita a vinda de empresas de diversos segmentos. Essa política traz uma nova dinâmica para o setor industrial baiano, com a diversificação da sua matriz industrial, promovendo benefícios para a economia. Essa ação governamental vem ocorrendo desde 2002, com a implementação de programas de incentivos especiais.

* Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Técnica da Superintendência de Indústria da Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração (SICM). fabianakarine.pacheco@gmail.com



Tabela 1
Investimentos Industriais Previstos para a Bahia
Volume de Investimento e Número de Empresas por
Complexo de Atividade – Bahia – 2012-2015

Complexo	Volume (R\$ 1,00)	Nº projetos	Volume (%)	Projeto (%)
Agroalimentar	2.486.647.049	85	5,0%	21%
Atividade mineral e beneficiamento	5.401.650.000	9	10,8%	2%
Calçados/têxtil/confecções	140.361.896	36	0,3%	9%
Complexo madeireiro	91.682.800	15	0,2%	4%
Eletroeletrônico	171.093.955	27	0,3%	7%
Metal-mecânico	5.188.810.000	49	10,4%	12%
Químico-petroquímico	7.888.786.000	105	15,8%	26%
Reciclagem	7.800.000	2	0,0%	1%
Transformação petroquímica	431.500.000	24	0,9%	6%
Outros	28.135.500.000	46	56,3%	12%
Total	49.943.831.700	398	100%	100%

Fonte: SICM.

Elaboração: SICM/Coinc.

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 31/7/2012.

Tabela 2
Investimentos Industriais Previstos para a Bahia
Volume de Investimento e Número de Empresas por
Território de Identidade – Bahia – 2012-2015

Território	Volume (R\$ 1,00)	Nº projetos	Volume (%)	Projeto (%)
A definir	1.659.946.000	13	3%	3%
Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte	2.145.200.000	11	4%	3%
Bacia do Jacuípe	1.000.000	1	0%	0%
Bacia do Rio Corrente	6.000.000	1	0%	0%
Baixo Sul	920.000.000	2	2%	1%
Chapada Diamantina	3.420.000.000	3	7%	1%
Extremo Sul	1.298.055.000	18	3%	5%
Irecê	5.000.000	1	0%	0%
Itaparica	12.000.000	2	0%	1%
Itapetinga	16.500.000	2	0%	1%
Litoral Norte e Agreste Baiano	430.000.000	3	1%	1%
Litoral sul	3.083.548.955	23	6%	6%
Médio Rio das Contas	100.107.270	11	0%	3%
Metropolitana de Salvador	11.619.689.475	172	23%	43%
Oeste Baiano	1.393.035.000	21	3%	5%
Piemonte da Diamantina	870.000.000	1	2%	0%
Piemonte do Paraguaçu	3.000.000	2	0%	1%
Piemonte Norte do Itapicuru	2.000.000.000	1	4%	0%
Portal do Sertão	216.000.000	31	0%	8%
Recôncavo	1.913.360.000	23	4%	6%
Semi-Árido Nordeste II	6.000.000	1	0%	0%
Sertão do São Francisco	9.538.000.000	16	19%	4%
Sertão Produtivo	7.718.100.000	11	15%	3%
Sisal	334.740.000	5	1%	1%
Vale do Jiquiriçá	273.800.000	4	1%	1%
Velho Chico	900.000.000	2	2%	1%
Vitória da Conquista	60.750.000	17	0%	4%
Total	49.943.831.700	398	100%	100%

Fonte: SICM.

Elaboração: SICM/Coinc.

Nota: Dados preliminares sujeitos a alterações. Coletados até 31/7/2012.

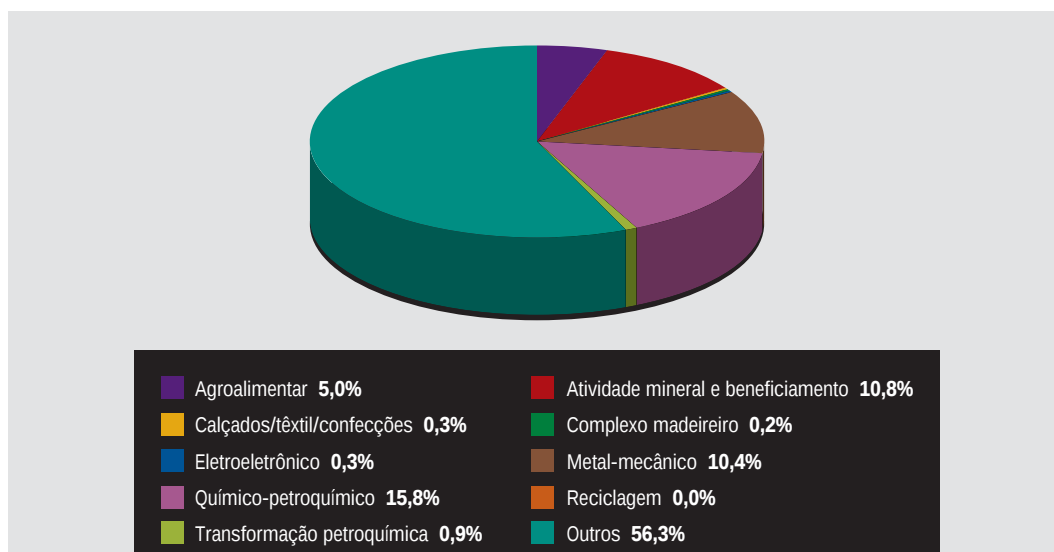


Gráfico 1
Investimentos industriais previstos por complexo de atividade – 2011-2015

Fonte: SICM.

Elaboração: SICM/Coinc.

Nota: Dados preliminares sujeitos a alterações. Coletados até 31/7/2012.

METODOLOGIA DA PESQUISA DE INVESTIMENTOS INDUSTRIAIS PREVISTOS

A política de atração de investimentos industriais vem ocorrendo desde 1991, com a implantação de programas de incentivos fiscais, como o Probahia. Estes programas se intensificaram, a partir de meados da década de 1995, com os incentivos especiais para o setor de informática; em 1997, com o Procomex, para o setor de calçados e seus componentes; em 1998, com o Bahiaplast, para o setor de transformação plástica; além do Procobre e Profibra. A partir de 2002, o Programa Desenvolve substituiu os anteriores. Assim, a metodologia utilizada pela Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração (SICM), desenvolvida inicialmente pela Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (Seplan), consiste em coletar informações primárias sobre os investimentos industriais previstos para os próximos três anos na Bahia a partir da listagem dos protocolos de intenções assinados com o governo do estado e dos projetos econômico-financeiros entregues à secretaria para o requerimento de incentivos fiscais através do Programa Desenvolve. Após a verificação dos dados coletados e a confirmação das empresas a serem implantadas no estado, identifica-se a existência de dupla contagem dos dados. Depois de consistidas, as principais informações são apresentadas sob a forma de tabelas e gráficos.

O MAIOR PLANO DE SAÚDE DA BAHIA

Nos últimos anos, o Planserv mudou muito e para melhor. Hoje o plano cuida de 465 mil baianos e tem cada vez mais a confiança de médicos e hospitais em todo o estado.

0800 56 6066

SECRETARIA DA
ADMINISTRAÇÃO



WWW.PLANSERV.BA.GOV.BR





DICAS DE ENSINO – TRADUÇÃO DA 13ª EDIÇÃO NORTE- AMERICANA

O ensino eficaz exige mais do que simples aquisição de competências. Para se adaptar às necessidades educacionais, imprevisíveis e mutantes, o professor precisa entender a teoria básica da aprendizagem e do ensino, a fim de aprimorar sua prática. Assim, *Dicas de Ensino*, escrito por Marilla Svinicki e Wilbert J. McKeachie, promove reflexões sobre as pesquisas e teorias relevantes para o exercício da docência. A habilidade de ensinar não é algo a ser aprendido e simplesmente repetido. O que torna essa profissão interessante é que sempre existe espaço para o crescimento, para a criação e para o desenvolvimento de novas didáticas.



COMO VENCER A CONCORRÊNCIA DE FORMA LUCRATIVA

O livro *Como Vencer a Concorrência de Forma Lucrativa*, coordenado por Eduardo Vasconcellos, analisa o sucesso de várias empresas que enfrentaram o desafio de vencer a concorrência utilizando adequadamente estratégias e modelos organizacionais e, ao mesmo tempo, gerando resultados de forma sustentável. Dentre as empresas estudadas está o Google, que pertence a um pequeno clube de empresas que apresentam o maior crescimento em tamanho e valor em relação ao prazo para chegar a esses resultados; a SAP, que ensina como equacionar a decisão sobre a escolha do país para a criação de uma unidade de P&D; e a Cielo, que mostra como foi idealizado e implementado um centro de serviços compartilhados, modelo que vem sendo usado de forma crescente pelas empresas. O caso é discutido desde o diagnóstico até a análise dos resultados obtidos após um ano de operação.



CARREIRAS SEM FRONTEIRAS E TRANSIÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

O livro *Carreiras sem Fronteiras e Transição Profissional no Brasil: Desafios e Oportunidades para Pessoas e Organizações*, escrito por Elza Fátima Veloso, foi inspirado na reflexão sobre o cenário atual das carreiras, tanto no campo prático quanto no conceitual. Inicialmente, a autora faz uma organização da discussão contemporânea sobre carreira no Brasil e no mundo nas últimas décadas, desde os anos 1970. Definida essa discussão, o texto se concentra na abordagem desses fenômenos e na sistematização da evolução das formas de analisar as carreiras. Foram estudadas as características da transição profissional e a composição da relação entre as novas formas de estudar as carreiras e a realidade brasileira.



CORRUPÇÃO, ÉTICA E ECONOMIA

O livro *Corrupção, Ética e Economia – Reflexões Sobre a Ética Concorrencial em Economias de Mercado*, de André Franco Montoro Filho, reúne 33 textos produzidos pelo autor entre 2006 e 2011, período em que se dedicou ao estudo das vantagens do comportamento ético e dos prejuízos sociais das transgressões. Esta obra evidencia a importância da ética em uma economia conturbada e os enormes prejuízos causados pela percepção generalizada da corrupção nas instituições. O autor abrange assuntos como ética concorrencial, o papel do direito, os desvios da corrupção e a insatisfação das soluções meramente legislativas. Através de textos breves e reflexões perspicazes, André Franco Montoro Filho demonstra uma série de fatores que comprovam uma cisão entre ética, política e direito.



DESENVOLVIMENTO HUMANO, “INDÚSTRIAS CRIATIVAS”, FAVELAS E “OS ESTATUTOS DO HOMEM”

O livro *Desenvolvimento Humano, “Indústrias Criativas”, Favelas e “Os Estatutos do Homem”*, organizado por João Paulo dos Reis Veloso, é a segunda publicação relativa ao XXIV Fórum Nacional, realizado em maio de 2012. O livro considera que, para o Brasil tornar-se um país desenvolvido, precisa alcançar alto conteúdo de desenvolvimento humano. E este objetivo poderá ser viabilizado, de um lado, impulsionando a educação de qualidade e o emprego, e, de outro, transformando várias indústrias criativas (culturais) em grandes indústrias. O primeiro livro, já publicado, intitulado *Rumo ao Brasil Desenvolvido (Em duas, três décadas)*, aponta novos caminhos para o desenvolvimento do país com o propósito de converter a atual crise global em oportunidade de progresso.



REFLEXÕES DE ECONOMISTAS BAIANOS

O livro *Reflexões de Economistas Baianos* tem sido um instrumento de grande valor para a ampliação do conhecimento no estado. Desde 2001, o Corecon-BA vem publicando textos de economistas baianos, que, além de subsidiarem trabalhos acadêmicos nas mais diversas áreas do conhecimento, acabam ampliando a discussão de temas polêmicos e necessários para o desenvolvimento da Bahia e do país. Nos últimos 10 anos, todos os textos foram organizados pelos economistas Fernando Pedrão, Lívio Andrade, Francisca Santos de Aragão e Osmar Sepúlveda (in memoriam), este último atuando na quase totalidade das edições e contribuindo, de forma decisiva, para o fortalecimento do projeto. Este livro, de 2011, está organizado em três volumes, um dos quais é dedicado a Osmar Sepúlveda, que faleceu no dia 29 de maio de 2011.

Conjuntura Econômica Baiana



Os resultados dos principais indicadores conjunturais no acumulado do ano (janeiro - julho), quando comparados ao mesmo período do ano anterior, apontaram aceleração na atividade industrial, na exportação e no comércio varejista. Em contrapartida, observou-se persistência no arrefecimento apresentado pelo emprego industrial e pelo rendimento médio real ao longo do ano, além disso, o índice de inflação e a taxa de desemprego na RMS mantém-se a trajetória de ascensão.

De acordo com os resultados da Pesquisa Industrial Mensal, realizada pelo IBGE, a produção industrial baiana (de transformação e extrativa mineral) acumulou, entre janeiro e julho de 2012, acréscimo de 2,9% na comparação com o mesmo período do ano anterior. Essa trajetória também foi observada na indústria de transformação que apontou expansão de 3,2% no mesmo período em questão. Cinco dos oito segmentos da indústria de transformação influenciaram o resultado no período, com destaque para produtos químicos (12,2%), alimentos e bebidas (4,3%), celulose e papel (2,7%), borracha e plástico (9,2%) e minerais não metálicos (3,8%). Negativamente, destacaram-se metalurgia (-13,7%), resultado da queda na produção de barras, perfis e vergalhões de cobre

e ferrossilício; refino de petróleo e produção de álcool (-1,8%), pressionado, sobretudo pela redução na produção de óleo diesel, óleo combustível e naftas para petroquímica; e veículos (-15,0%).

Seguindo a mesma análise, segundo os dados divulgados na Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salários (PIMES) do IBGE o nível de pessoal ocupado da indústria baiana, acumulou decréscimos de 2,7% na indústria geral e 3,1% na indústria de transformação. Em contrapartida, a indústria extrativa mineral apresentou expansão de 4,6%. Os segmentos que mais pressionaram o indicador no acumulado do ano na indústria de transformação foram: *Fabricação de outros produtos da indústria de transformação* (-18,8%), *Calçados e couro* (-11,8%), *Fumo* (-8,0%), *Madeira* (-7,2%), *Têxtil* (-6,9%) e *Alimentos e bebidas* (-4,6%). Por outro lado, os segmentos que mais cresceram foram: *Coque, refino de petróleo, combustíveis nucleares e álcool* (12,9%), *Produtos químicos* (8,6%) e *Borracha e plástico* (5,0%).

A balança comercial baiana apontou expansão tanto para as exportações (4,8%), como para as importações (4,7%). As exportações somaram US\$ 6,2 bilhões nesse



período, e as importações, US\$ 4,5 bilhões, proporcionando superávit de US\$ 1,7 bilhão, de acordo os dados disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). O desempenho das exportações no período em questão decorreu principalmente, do crescimento nas vendas dos segmentos de Petróleo e derivados (16,3%), Soja e derivados (41,4%) e metais preciosos (11,2%). Juntos esses setores foram responsáveis por aproximadamente 40% das receitas de exportação no período. Vale destacar que Camaçari (9,9%) e São Francisco do Conde (11,7%) foram os municípios que mais contribuíram para a exportação baiana no período, o que corresponde a 54,4% das exportações baiana.

Os dados observados na Pesquisa Mensal de Comércio (PMC/IBGE) demonstraram que o comércio varejista acumulou taxa de 10,1%. Os segmentos que evidenciaram as maiores contribuições positivas no período em análise foram: *Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação* (28,0%), *Outros artigos de uso pessoal e doméstico* (13,3%), *Móveis e eletrodomésticos* (12,8%), *Combustíveis e lubrificantes* (12,1%), Hipermercados e supermercados (7,0%). Em sentido

oposto, apenas o segmento que registrou retração foi *Livros, jornais, revistas e papelaria* (-8,6%). As vendas de *Veículos, motos e peças* e *Material para construção* registraram crescimento de 10,3% e 6,4%, respectivamente, no mesmo período.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC-SEI) calculado pela SEI acumulou acréscimo de 3,64%, impulsionado pelos grupos *Despesas pessoal* (8,25%), *Alimentos e bebidas* (4,84%) e *Habitação e encargos* (5,9%). Os grupos apresentaram retração no ano foram: *Recreação e fumo* (12,37%) e *Alimentação fora do domicílio* (5,09%).

Conforme dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED-SEI/Dieese/Seade), a taxa média de desemprego entre janeiro e julho de 2012 fechou em 17,0% da população economicamente ativa. Com base na mesma pesquisa, o rendimento médio real dos trabalhadores ocupados caiu 8,6% no primeiro semestre.

Com base neste cenário, que se inicia a seção dos principais resultados da conjuntura baiana nas análises do indicador mensal e acumulados dos últimos doze meses referentes ao ano de 2012.

O Índice de Movimentação Econômica (Imec), que mede a atividade econômica no município de Salvador, apresentou, em julho de 2012, expansão de 1,7% na comparação com o mesmo mês de 2011. O índice registrou, ao longo do ano de 2012, tanto variações positivas como negativas, culminando em desaceleração da atividade no acumulado dos últimos 12 meses.

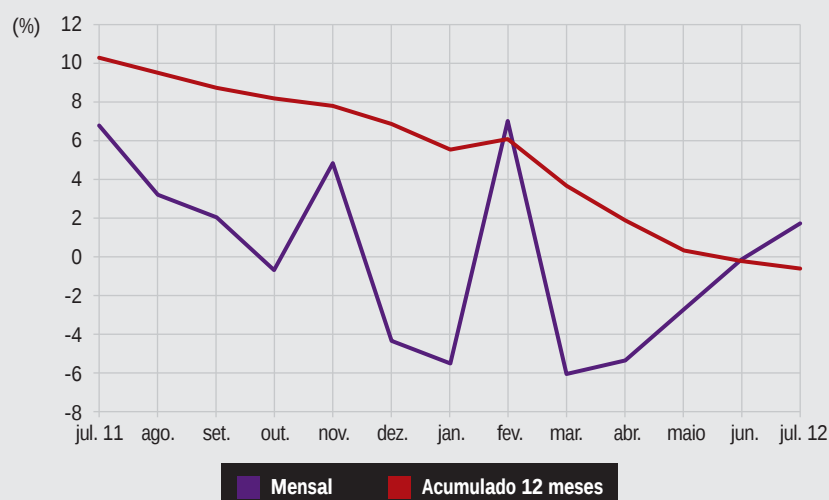


Gráfico 1
Índice de Movimentação Econômica (Imec)
Salvador – jul. 2011-jul. 2012

Fonte: SEI.
Elaboração: SEI/CAC.

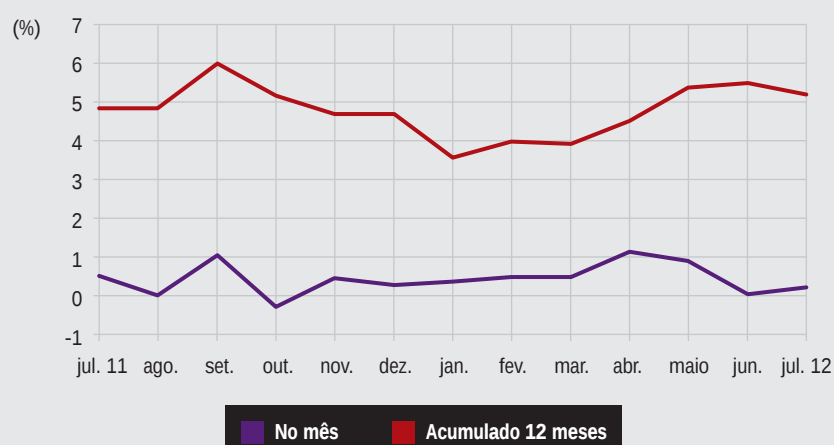
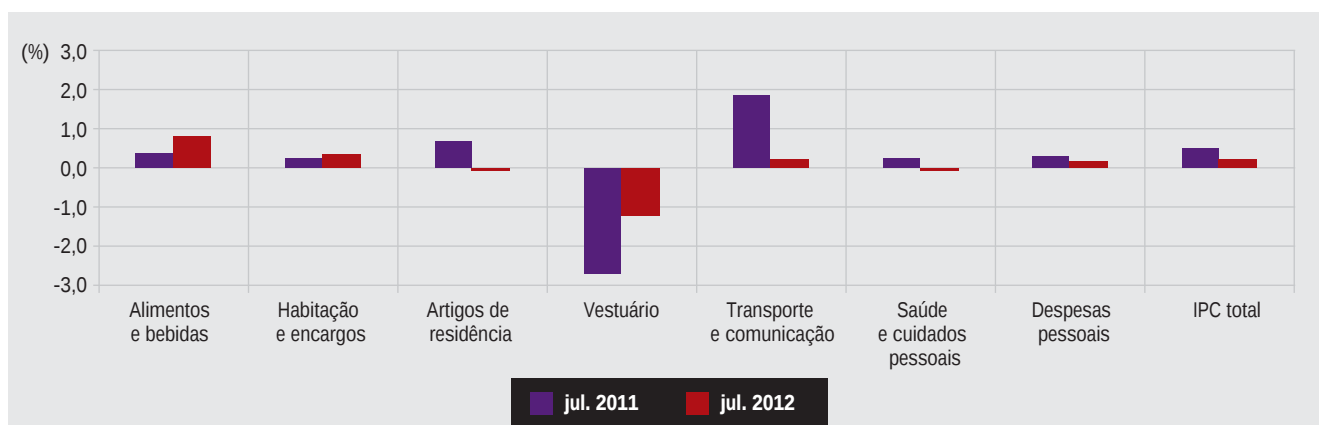


Gráfico 2
Taxa de variação do IPC-SEI – Salvador – jul. 2011-jul. 2012

Fonte: SEI.
Elaboração: SEI/CAC.

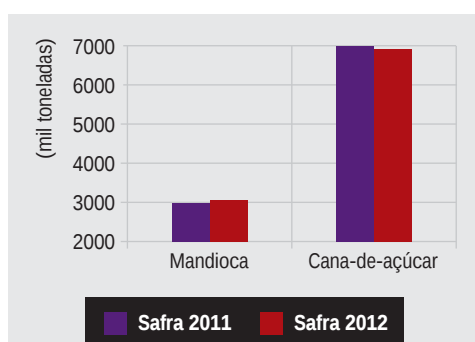
O Índice de Preços ao Consumidor (IPC), calculado pela SEI, registrou inflação de 0,21% em julho de 2012. Ressalte-se que, dos 375 produtos/serviços pesquisados mensalmente, 177 tiveram alta nos preços, 92 não sofreram alterações e 106 apresentaram queda. Dentre aqueles que exibiram as maiores contribuições positivas para a formação do índice destacam-se *automóvel novo* (2,22%), *passagem aérea* (28,00%), *tomate* (45,42%), *pão francês* (3,34%), *aparelho de som* (8,19%), *aluguel residencial* (1,18%), *passagem de ônibus interestadual* (3,41%), *refeição a peso* (1,28%), *pacote turístico* (1,39%) e *lingerie* (8,24%). Em sentido oposto, os produtos que exerceram maiores contribuições negativas foram *gasolina* (4,49%), *camiseta*, *blusa e blusão femininos* (12,18%), *móvel para sala* (3,24%), *etanol* (3,18%), *vasodilatador/pressão arterial* (5,01%), *televisor* (4,91%), *frango congelado* (2,22%), *calça comprida feminina* (2,13%), *vestido feminino* (7,22%) e *perfume* (0,81%). No acumulado dos últimos 12 meses, o índice apresentou variação positiva de 5,19%.

**Gráfico 3****Taxa de variação do IPC-SEI: grupos selecionados – Salvador – jul. 2011-jul. 2012**

Fonte: SEI.

Elaboração: SEI/CAC.

Alimentos e bebidas (0,81%) e Transporte e comunicação (0,22%) foram os grupos que apresentaram, no mês de julho, as maiores contribuições para a inflação em Salvador. Os subgrupos que evidenciaram os maiores acréscimos de preço no período foram Alimentação no domicílio (1,04%) e Transporte (0,27%).

**Gráfico 4****Estimativa da produção agrícola:
mandioca e cana-de-açúcar
Bahia – 2011/2012**

Fonte: IBGE-LSPA.

Elaboração: SEI/CAC.

Segundo informações do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) do IBGE, em julho de 2012, das colheitas em andamento no estado, retraiu-se a produção de cana-de-açúcar (-1,0%), ao passo que foi identificado um acréscimo de 3,1% na mandioca. O comportamento registrado na cultura de cana-de-açúcar foi oriundo da retração observada na área plantada (-4,0%) e na área colhida (-1,1%). A cultura de mandioca apresentou diminuição na área plantada (-38,5%), com estabilidade relativa na área colhida (0,2%), culminando na expansão de 2,9% no rendimento médio.

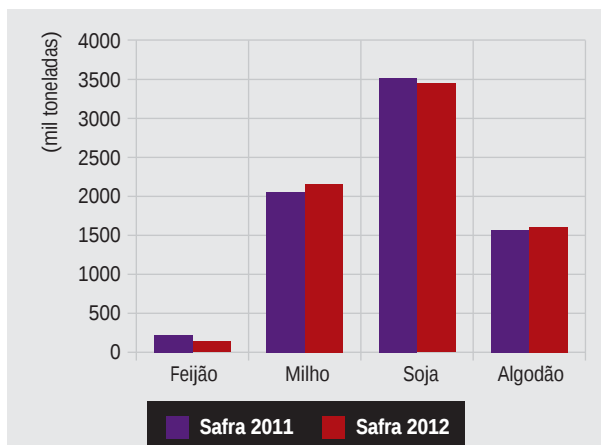


Gráfico 5
Estimativa da produção agrícola: feijão, milho, soja e algodão – Bahia – 2011/2012

Fonte: IBGE–LSPA.
Elaboração: SEI/CAC.

O LSPA apresentou estimativa de retração na cultura de feijão em relação à safra de 2011, com taxa negativa de 41,8%, enquanto que, para a safra de milho, houve um aumento de 5,3%, na comparação com o mesmo período. Já a estimativa de produção da cultura de soja foi negativa, com decréscimo de 1,9%. Para a cultura de algodão, foi identificado incremento de 1,6% na produção. As estimativas de área plantada e área colhida para o feijão decresceram 47,1% e 45,0%, respectivamente, porém o rendimento médio apresentou um acréscimo de 5,9%. Já a cultura de milho apontou decréscimo na área plantada (-24,1%) e na área colhida (-19,3%), porém com a ampliação no rendimento médio de 30,5%. A soja apontou a mesma variação positiva para a área plantada e colhida (6,5%), com retração no rendimento médio de 7,9%. Seguindo uma trajetória expansiva, o algodão apontou idênticos incrementos para a área cultivada e colhida (5,1%), mas com rendimento negativo de 3,3%.

As estimativas de produção das tradicionais *commodities* da agricultura baiana – cacau e café – apresentam os seguintes resultados. Referente ao cacau, em fase de colheita, constatou-se retração na produção (-10,0%), na área plantada (-0,8%) e na área colhida (-1,6%), culminando em contração no rendimento médio (-8,5%). Referente ao café, em fase de colheita, as estimativas apontam expansão da produção do grão (8,9%), na área plantada (2,6%), na área colhida (0,6%) e no rendimento médio (8,2%).

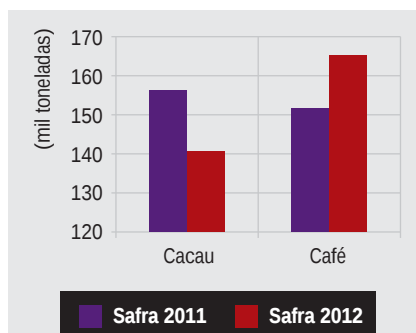


Gráfico 6
Estimativa da produção agrícola: cacau e café – Bahia – 2011/2012

Fonte: IBGE–LSPA.
Elaboração: SEI/CAC.

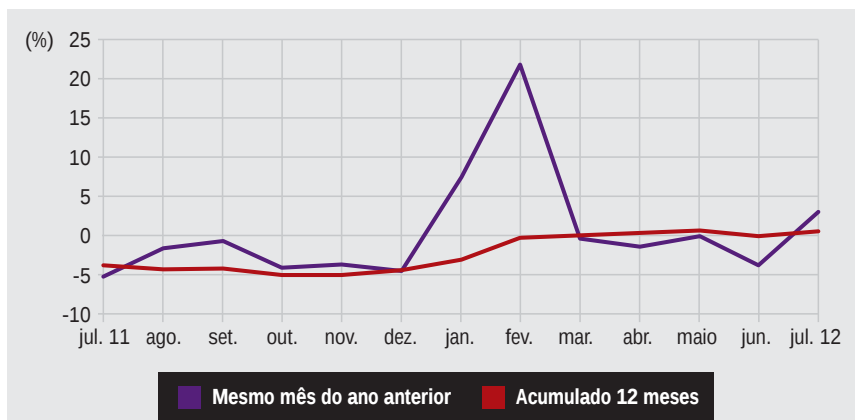


Gráfico 7
Taxa de variação da produção física da indústria de transformação
Bahia – jul. 2011-jul. 2012

Fonte: IBGE.
Elaboração: SEI/CAC.

Segundo os dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do IBGE, a indústria de transformação baiana apontou expansão de 3,0% no mês de julho em comparação com o mesmo mês do ano anterior. Os segmentos que mais influenciaram positivamente o resultado mensal foram *Refino de petróleo* (18,8%), *Celulose e papel* (15,3%) e *Alimentos e bebidas* (3,0%). *Borracha e plástico* (8,8%) e *Minerais não metálicos* (6,1%) também contribuíram para o desempenho do setor. Por outro lado, as contribuições negativas vieram de *Metalurgia básica* (-39,7%), *Veículos automotores* (-35,3%) e *Produtos químicos* (-1,4%). No acumulado dos últimos 12 meses, o indicador teve acréscimo de 0,6%.

A análise mostra que a indústria de transformação, em julho de 2012, eliminando influências sazonais, cresceu 0,6% na comparação com o mês de junho do mesmo ano. Esse resultado foi influenciado, sobretudo, pela expansão de 5,8% registrada em *Refino de petróleo*. Os segmentos que apresentaram as maiores variações positivas foram *Produtos químicos* (3,6%) e *Borracha e plástico* (2,6%). A indústria geral e a extrativa mineral tiveram variações de 0,4% e -1,3%, respectivamente.

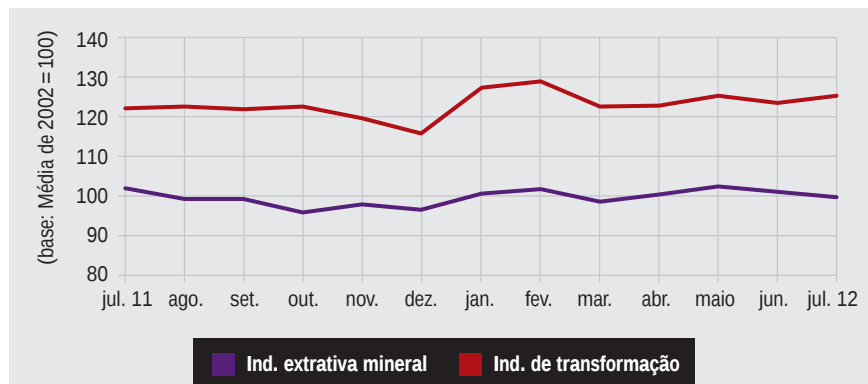


Gráfico 8
Índice Dessazonalizado de produção física da indústria
de transformação e extrativa mineral – Bahia – jul. 2011-jul. 2012

Fonte: IBGE.
Elaboração: SEI/CAC.

A indústria baiana de transformação apresentou retração de 1,7% no nível de emprego no mês de julho de 2012, quando comparado ao mesmo mês de 2011. Os segmentos que exerceram pressão significativa para o resultado do indicador mensal foram *Calçados e couro* (-7,6%), *Alimentos e bebidas* (-6,9%) e *Máquinas e equipamentos* (-6,2%). Por outro lado, entre os que apresentaram contribuições positivas no número de pessoas ocupadas nesse período sobressaíram-se *Produtos químicos* (10,2%), *Vestuário* (4,3%) e *Metalurgia básica* (5,4%). No acumulado dos últimos 12 meses, o indicador recuou 2,0%.

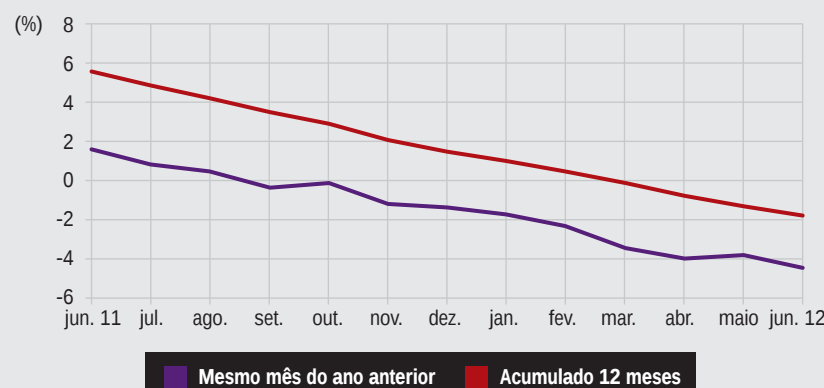


Gráfico 9
Taxa de variação do pessoal ocupado – indústria de transformação
Bahia – jun. 2011-jun. 2012

Fonte: IBGE.
Elaboração: SEI/CAC.

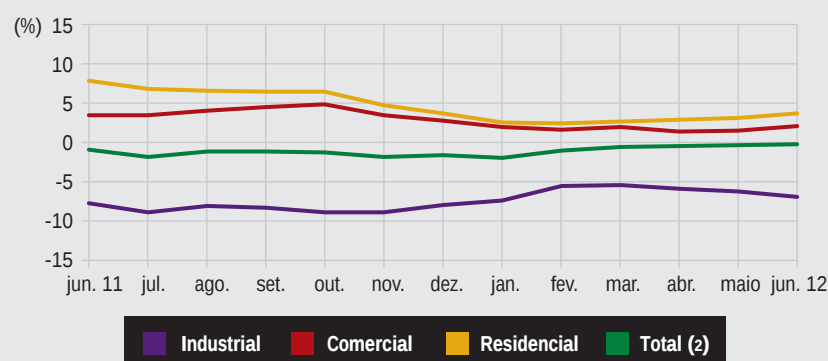


Gráfico 10
Taxa de variação do consumo de energia elétrica (1)
Bahia – jun. 2011-jun. 2012

Fonte: Coelba/GMCH.
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Acumulado 12 meses.
(2) Total = Rural + Irrigação + Resid. + Indust. + Comercial + Util. pública + S. público + Concessionária.
O consumo industrial corresponde a Coelba e Chesf.

O consumo total de eletricidade no estado da Bahia mostrou, no mês de junho de 2012, relativa estabilidade em relação ao mesmo mês de 2011. Considerando-se as classes de consumo residencial e comercial, observa-se expansão para ambas, com variações de 5,2% e 4,3%, respectivamente. O consumo na indústria apresentou decréscimo de 17,8% na mesma análise. No acumulado dos últimos 12 meses, o consumo total caiu 0,2%, o residencial aumentou 3,7%, e o comercial ampliou 2,1%. Apenas o setor industrial (-6,9%) vem, ao longo de 2012, apresentando contração em suas variações.

De acordo com a Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) do IBGE, no mês de junho de 2012, o comércio varejista baiano teve crescimento das vendas, com taxa de 13,9%, considerando igual mês do ano passado. O comportamento, verificado ao longo de todo o ano, contribuiu para o setor varejista acumular, nos últimos 12 meses, taxa de 8,0%. Na mesma análise, o segmento de *Veículos, motos e peças* teve expansão de 1,3%.

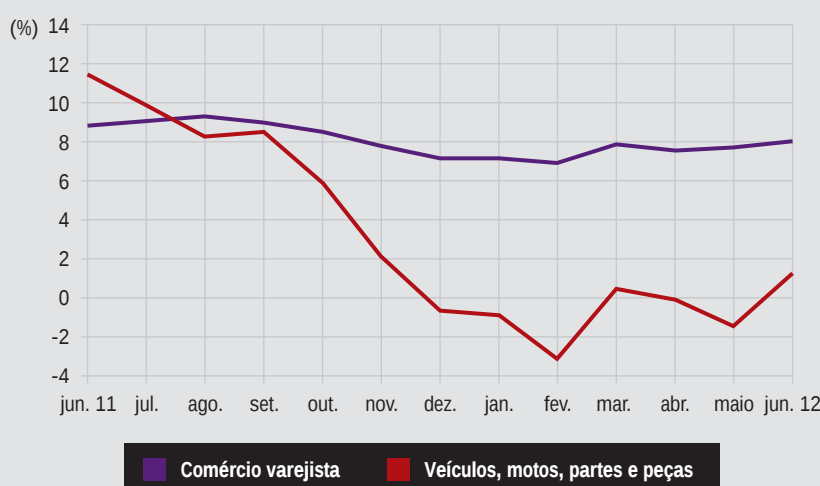


Gráfico 11
Taxa de variação de volume de vendas no varejo (1)
Bahia – jun. 2011-jun. 2012

Fonte: IBGE–PMC.
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Acumulado nos últimos 12 meses.

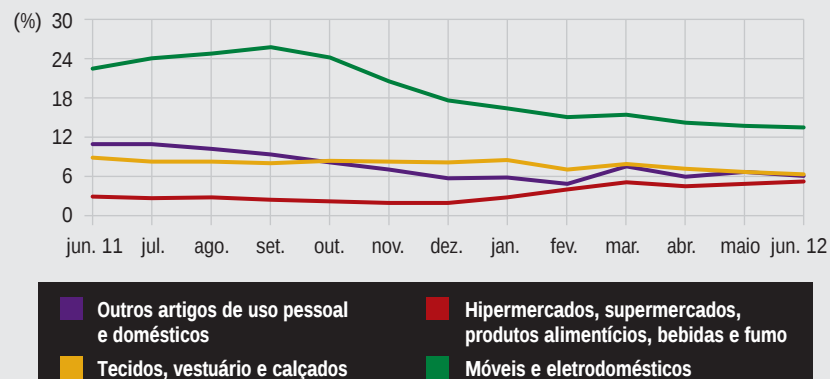


Gráfico 12
Taxa de variação de volume de vendas no varejo (1)
principais segmentos – Bahia – jun. 2011-jun. 2012

Fonte: IBGE–PMC.
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Acumulado nos últimos 12 meses.

No acumulado dos últimos 12 meses, os segmentos de maior destaque nas contribuições positivas no comércio varejista foram *Móveis e eletrodomésticos* (13,5%), *Combustíveis e lubrificantes* (9,3%), *Artigos farmacêuticos e cosméticos* (7,9%), *Outros artigos de uso pessoal e doméstico* (6,1%), *Tecidos e vestuários* (6,3%) e *Hipermercados e supermercados* (5,2%). Entre todos os segmentos, apenas *Equipamentos e materiais de escritório e informática* registrou arrefecimento nas vendas, com variação negativa de 4,3%.

Segundo o Banco Central (Bacen), em julho de 2012, foram emitidos 215 mil cheques sem fundos na Bahia, retração de 4,2% em comparação com o mesmo mês de 2011. Seguindo trajetória decrescente, o indicador dos últimos 12 meses apontou variação negativa de 4,7%.

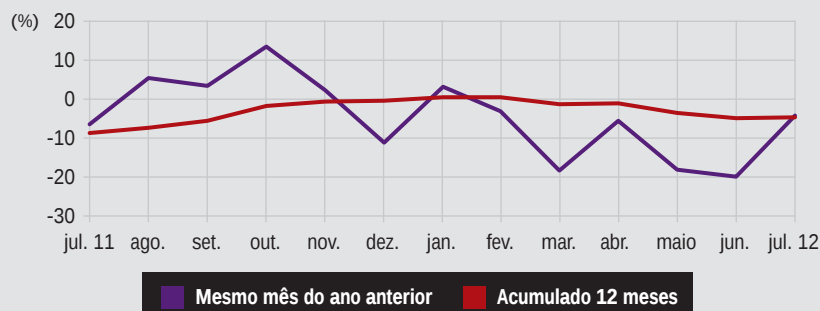


Gráfico 13
Quantidade de cheques sem fundos – Bahia – jul. 2011-jul. 2012

Fonte: Bacen.
Elaboração: SEI/CAC.

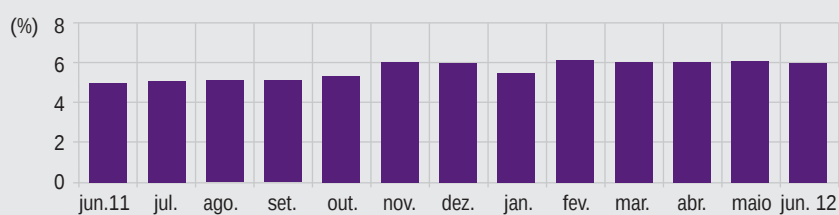


Gráfico 14
Taxa de inadimplência – Bahia – jun. 2011-jun. 2012

Fonte: Bacen.
Elaboração: SEI/CAC.

Conforme dispõem os dados divulgados pelo Bacen, em junho de 2012, a taxa de inadimplência das operações de crédito do sistema financeiro nacional para as pessoas físicas na Bahia ficou em 6,0%, ante os 5,0% em junho de 2011, seguindo uma trajetória média em torno de 6,0% ao longo do ano.

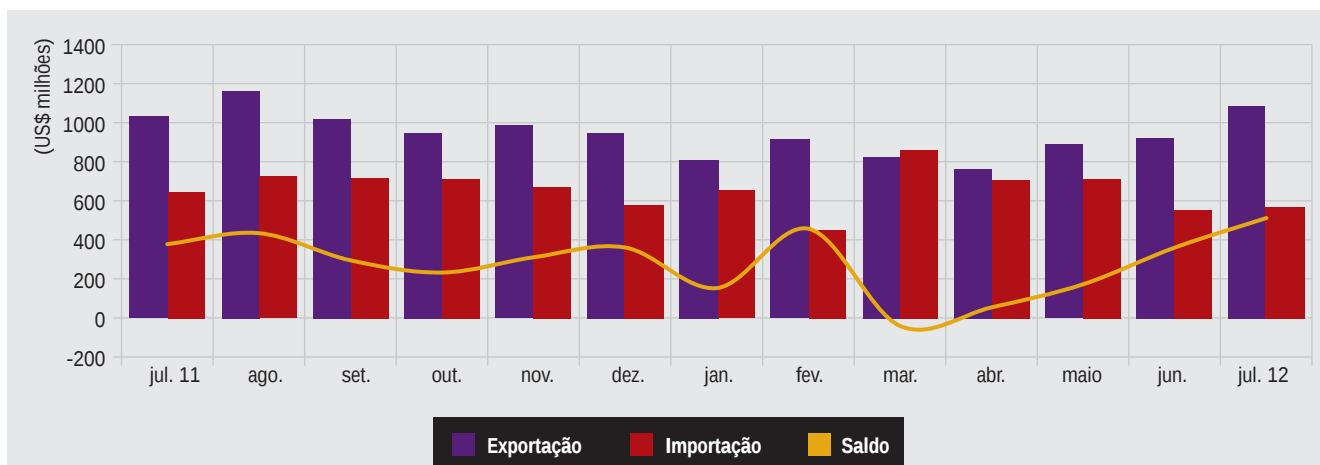
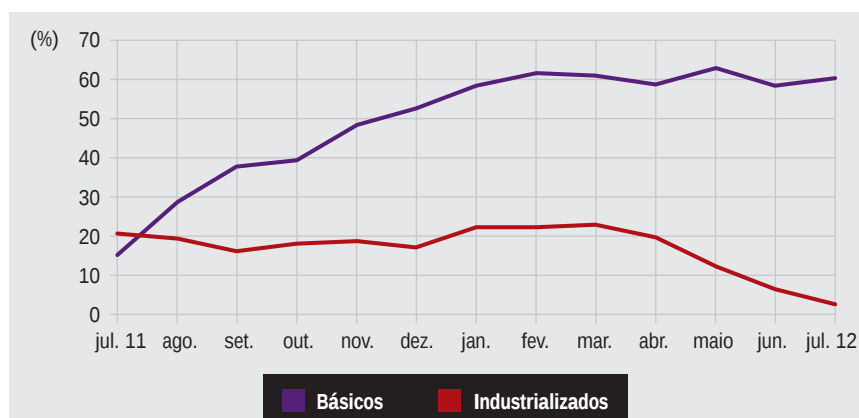


Gráfico 15
Balança comercial – Bahia – jul. 2011-jul. 2012

Fonte: MDIC/Secex.
Elaboração: SEI/CAC.

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), em julho de 2012, as exportações baianas somaram US\$ 1,1 bilhão, e as importações, US\$ 570 milhões, resultando em um superávit de US\$ 515 milhões. Confrontando julho de 2012 com o mesmo mês do ano anterior, as exportações apontaram expansão, com variação de 5,2%, e as importações, no referido mês, registraram queda de 12,2%.



As exportações por fator agregado, na comparação entre julho de 2012 e julho de 2011, registraram expansão nas vendas de produtos básicos (47,6%) e retração nos produtos industrializados (-7,9%). No acumulado dos 12 meses, as exportações dos básicos e industrializados tiveram ampliação de 60,3% e 2,4%, respectivamente.

Gráfico 16
Taxa de variação das exportações baianas, por fator agregado (1)
Bahia – jul. 2011-jul. 2012

Fonte: MDIC/Secex.
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Acumulado 12 meses.

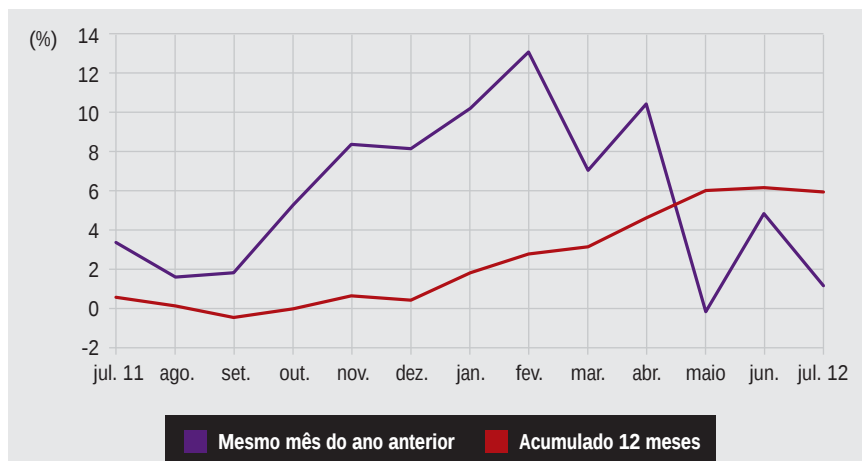


Gráfico 17
Taxa de variação real da arrecadação de ICMS a preços constantes
Bahia – jul. 2011-jul. 2012

Fonte: Sefaz/SAF/Dicop.
Elaboração: SEI/CAC.
Deflator IGP-DI.

Segundo a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz), a arrecadação de ICMS no estado da Bahia, em julho de 2012, apontou expansão de 1,1% na comparação com o mesmo mês de 2011. Nos últimos 12 meses, houve ampliação real de 6,0%, ou seja, 5,4 p.p., ante o registrado no mesmo período anterior. O principal tributo de arrecadação do estado, o ICMS, totalizou, em julho, aproximadamente R\$ 1,0 bilhão. A arrecadação total – ICMS e outros tributos – somou R\$ 1,28 bilhão no período, proporcionando crescimento de 4,6% em relação a igual mês do ano anterior.

Conforme dados divulgados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), em julho de 2012, o saldo total de empregos com carteira de trabalho assinada na Bahia apresentou ampliação de 2.209 postos de trabalho. Esse resultado emanou, sobretudo, do aumento de postos nos setores da indústria de transformação (1.410), construção civil (1.213) e serviços (661). Com isso, o saldo apresentou variação de 0,13% em relação ao estoque de assalariados com carteira assinada do mês anterior.

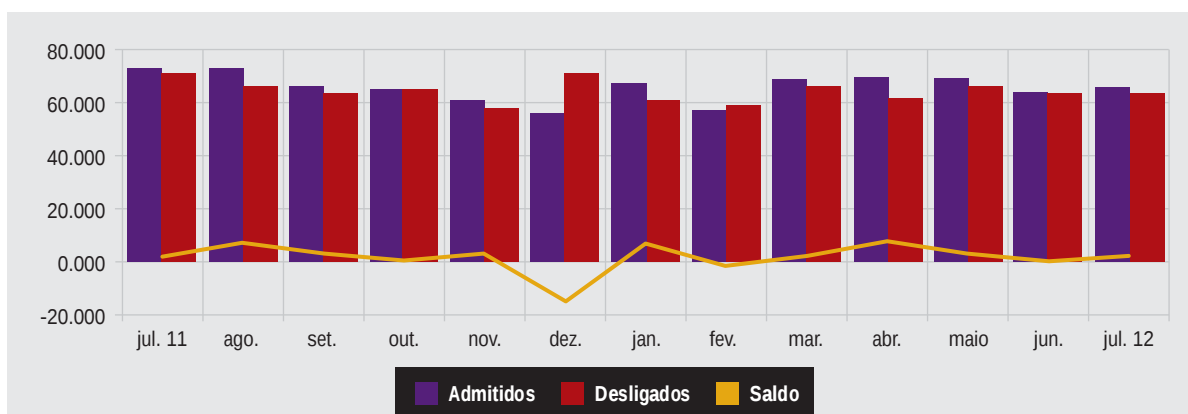
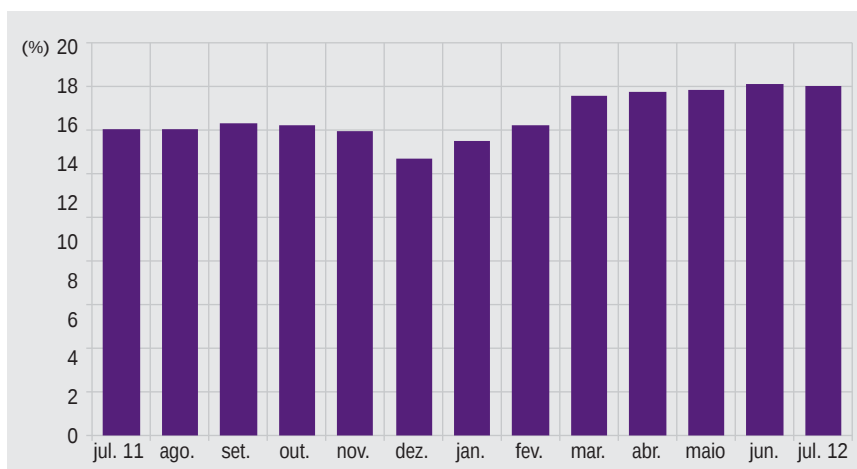


Gráfico 18
Geração de empregos celetistas (1) – Bahia – jul. 2011-jul. 2012

Fonte: Caged.
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Saldo de empregos (admissões – demissões).
Notas: Incluem todos os setores. Dados preliminares.

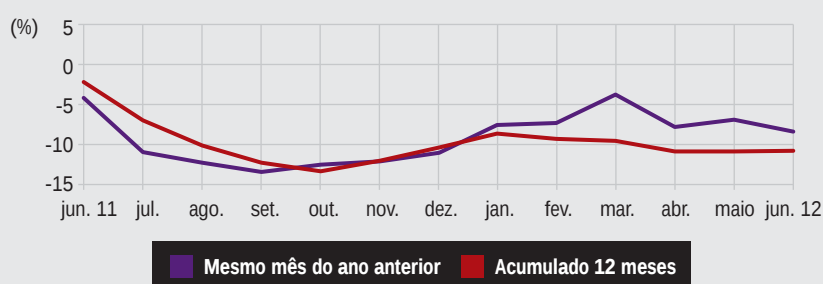
Este saldo não levou em consideração a incorporação de 45.565 empregos, provenientes das declarações entregues fora do prazo e dos acertos de declarações, referentes ao período de janeiro a agosto de 2011. O MTE realizou esta mudança metodológica nos dados do Caged, passando a divulgá-lo a partir de janeiro de 2011.

**Gráfico 19****Taxa de desemprego total – RMS – Bahia – jul. 2011-jul. 2012**

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, UFBA).
Elaboração: SEI/CAC.

Com base nos dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) para a Região Metropolitana de Salvador, notou-se que, em julho de 2011, 291 mil pessoas estavam desempregadas, ou seja, 15,6% da população economicamente ativa (PEA). Em relação aos desempregados, cotejando-se com julho de 2012, verificou-se acréscimo de 24,7%, e com relação a junho de 2012, acréscimo de 0,6%. Já em relação ao total de ocupados, ocorreu acréscimo de 6,4% e 1,2%, respectivamente, na mesma análise. Entre os ocupados por setores de atividade econômica, em termos relativos, houve acréscimo em todos os setores analisados: construção civil (22,7%), comércio (7,0%), serviços (4,9%) e indústria de transformação (2,1%), em relação ao mesmo mês do ano passado.

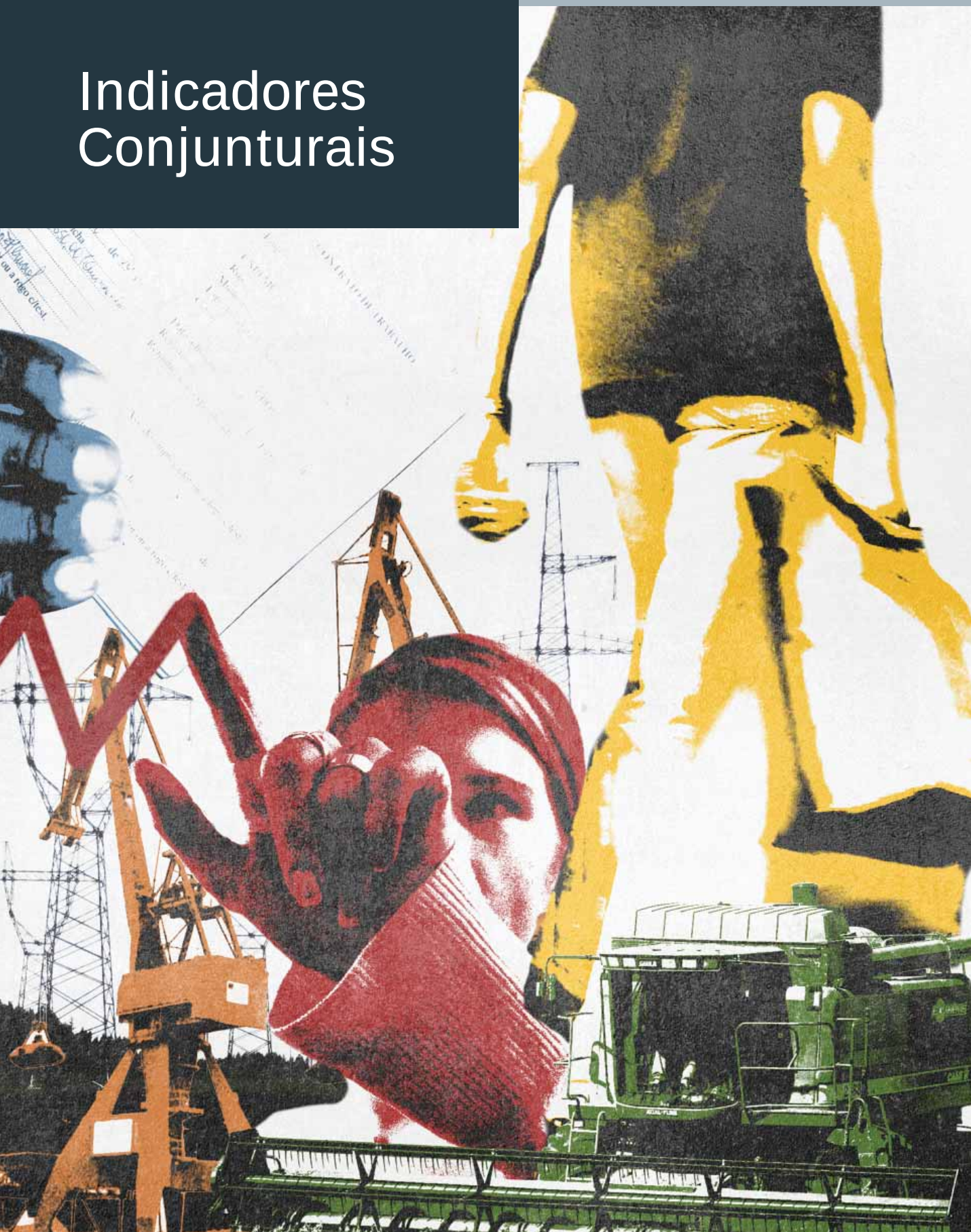
O rendimento médio real dos ocupados no mês de junho de 2012 (R\$ 1.027), em comparação ao mês de junho de 2011 (R\$ 1.109), apresentou retração de 7,4%, conforme a Pesquisa de Emprego e Desemprego para a Região Metropolitana de Salvador (PEDRMS), culminando em um acumulado de -2,3% nos últimos 12 meses. Quanto à massa de rendimento médio real dos ocupados, verificou-se acréscimo de 1,9%, exibindo, nos últimos 12 meses, decréscimo de 1,9% em relação ao mesmo período do ano anterior.

**Gráfico 20****Taxa de variação do rendimento médio real (1) – RMS
Bahia – jun. 2011-jun. 2012**

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, UFBA).
Elaboração: SEI/CAC.

(1) Ocupados no trabalho principal.

Indicadores Conjunturais



INDICADORES ECONÔMICOS

Índice de preços

Tabela 1
Índice de Preços ao Consumidor (IPC) (1) – Salvador – jul. 2012

Grandes grupos	Variações do mês (%)		Variações acumuladas (%)		Índice acumulado	
	jul. 2011	jul. 2012	No ano (2)	12 meses (3)	Jun. 2007=100	Jun. 1994=100
Alimentos e bebidas	0,39	0,81	4,84	7,56	143,71	351,89
Habitação e encargos	0,24	0,36	6,26	7,95	137,60	943,53
Artigos de residência	0,68	-0,08	-2,56	-2,61	88,25	203,10
Vestuário	-2,71	-1,22	-1,02	-2,35	105,08	188,38
Transporte e comunicação	1,85	0,22	0,10	-1,02	110,30	790,91
Saúde e cuidados pessoais	0,24	-0,07	5,14	10,97	129,42	433,75
Despesas pessoais	0,28	0,17	8,25	11,12	139,78	551,39
Geral	0,50	0,21	3,64	5,19	125,74	422,78

Fonte: SEI.

(1) O IPC de Salvador representa a média de 15.000 cotações de uma cesta de consumo de 375 bens e serviços pesquisados em 634 estabelecimentos e domicílios, para famílias com rendimentos de 1-40 salários mínimos.

(2) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Tabela 2
Pesquisa Nacional da Cesta Básica
Custo e variação da cesta básica – capitais brasileiras – ago. 2012

Capitais	Valor da cesta (R\$)	Variação no mês (1) (%)	Variação acumulada (%)		Porcentagem do salário mínimo
			No ano (2)	12 meses (3)	
Aracaju	212,99	2,33	16,89	13,46	37,22
Belém	262,33	0,94	7,62	11,32	45,84
Belo Horizonte	286,35	-0,66	8,46	14,78	50,04
Brasília	284,50	3,24	14,77	16,48	49,72
Curitiba	280,57	4,69	12,85	14,99	49,03
Florianópolis	295,48	10,92	12,59	13,65	51,64
Fortaleza	245,75	2,06	14,19	19,22	42,95
Goiânia	263,90	2,03	6,97	16,15	46,12
João Pessoa	233,36	0,05	14,27	15,26	40,78
Manaus	280,81	0,63	9,78	13,18	49,07
Natal	241,14	-1,64	13,55	9,85	42,14
Porto Alegre	308,27	2,77	11,34	13,65	53,87
Recife	240,79	1,32	11,48	14,07	42,08
Salvador	225,23	2,95	7,86	7,59	39,36
São Paulo	306,02	2,21	10,37	14,72	53,48
Rio de Janeiro	302,52	4,09	15,07	19,53	52,87
Vitória	298,60	2,68	8,43	19,64	52,18

Fonte: DIEESE.

(1) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior.

(2) Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Agricultura

Tabela 3
Produção física e área plantada dos principais produtos – Bahia – 2011/2012

Lavouras	Produção física (t)			Área plantada (ha)		
	2011	2012 (2)	Variação (%)	2011 (1)	2012 (2)	Variação (%)
Temporárias						
Abacaxi (3)	140.244	141.648	1,0	11.148	10.200	-8,5
Algodão herbáceo	1.574.841	1.600.656	1,6	415.806	437.203	5,1
Alho	9.394	6.146	-34,6	886	826	-6,8
Amendoim	9.054	4.476	-50,6	8.739	3.836	-56,1
Arroz total	34.608	28.414	-17,9	17.729	15.000	-15,4
Batata-inglesa	341.778	51.000	-85,1	9.656	1.400	-85,5
Cana-de-açúcar	6.981.289	6.913.209	-1,0	121.854	116.982	-4,0
Cebola	189.996	182.496	-3,9	8.868	6.116	-31,0
Feijão total	223.075	129.822	-41,8	551.237	291.462	-47,1
Feijão 1ª safra	115.581	67.075	-42,0	242.064	198.878	-17,8
Feijão 2ª safra	107.494	62.747	-41,6	309.173	92.584	-70,1
Fumo	3.971	2.483	-37,5	4.067	2.738	-32,7
Mamona	88.968	35.377	-60,2	141.182	82.569	-41,5
Mandioca	2.977.190	3.068.694	3,1	505.536	310.990	-38,5
Milho total	2.052.379	2.161.181	5,3	799.428	606.871	-24,1
Milho 1ª safra	1.742.982	1.793.553	2,9	455.485	422.510	-7,2
Milho 2ª safra	309.397	367.628	18,8	343.943	184.361	-46,4
Soja	3.512.568	3.447.101	-1,9	1.045.240	1.113.685	6,5
Sorgo granífero	162.987	95.988	-41,1	110.068	90.845	-17,5
Tomate	339.532	300.857	-11,4	7.964	6.917	-13,1
Pernamentes						
Banana (4)	1.221.246	1.085.861	-11,1	75.970	72.349	-4,8
Cacau	156.289	140.667	-10,0	546.780	542.550	-0,8
Café total	151.742	165.238	8,9	163.107	167.268	2,6
Café arábica	110.300	120.892	9,6	125.483	127.379	1,5
Café cenephora	41.442	44.346	7,0	37.624	39.889	6,0
Castanha-de-cajú	1.747	5.485	214,0	26.309	26.707	1,5
Coco-da-baía (3)	529.489	521.135	-1,6	80.302	79.424	-1,1
Guaraná	3.026	2.540	-16,1	6.978	7.054	1,1
Laranja (4)	1.033.917	1.025.092	-0,9	78.105	77.296	-1,0
Pimenta-do-reino	4.011	4.260	6,2	1.922	1.965	2,2
Sisal	274.086	240.322	-12,3	277.792	265.089	-4,6
Uva	65.172	60.289	-7,5	2.730	2.450	-10,3

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola 2011.

(2) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), julho de 2012 (dados sujeitos a retificação).

(3) Produção física em mil frutos.

(4) Produção física em tonelada.

Tabela 4
Área colhida e rendimento médio dos principais produtos – Bahia – 2011/2012

Lavouras	Área colhida (ha)			Rendimento médio (kg/ha)		
	2011 (1)	2012 (2)	Variação (%)	2011 (1)	2012 (2)	Variação (%)
Temporárias						
Abacaxi (3)	5.841	5.603	-4,1	24.010	25.281	5,3
Algodão herbáceo	415.700	436.939	5,1	3.788	3.663	-3,3
Alho	886	826	-6,8	10.603	7.441	-29,8
Amendoim	8.739	3.833	-56,1	1.036	1.168	12,7
Arroz total	17.729	15.000	-15,4	1.952	1.894	-3,0
Batata-inglesa	9.656	1.400	-85,5	35.395	36.429	2,9
Cana-de-açúcar	115.868	114.587	-1,1	60.252	60.332	0,1
Cebola	8.868	6.096	-31,3	21.425	29.937	39,7
Feijão total	397.969	218.687	-45,0	561	594	5,9
Feijão 1ª safra	208.495	126.103	-39,5	554	532	-4,1
Feijão 2ª safra	189.474	92.584	-51,1	567	678	19,5
Fumo	4.067	2.718	-33,2	976	914	-6,4
Mamona	138.782	68.299	-50,8	641	518	-19,2
Mandioca	252.770	253.203	0,2	11.778	12.120	2,9
Milho total	625.363	504.718	-19,3	3.282	4.282	30,5
Milho 1ª safra	395.019	320.357	-18,9	4.412	5.599	26,9
Milho 2ª safra	230.344	184.361	-20,0	1.343	1.994	48,5
Soja	1.045.240	1.113.685	6,5	3.361	3.095	-7,9
Sorgo granífero	109.721	88.616	-19,2	1.485	1.083	-27,1
Tomate	7.964	6.917	-13,1	42.633	43.495	2,0
Pernamentes						
Banana (4)	73.508	68.983	-6,2	16.614	15.741	-5,3
Cacau	533.315	524.877	-1,6	293	268	-8,5
Café total	153.804	154.729	0,6	987	1.068	8,2
Café arábica	120.373	121.431	0,9	916	996	8,6
Café cenephora	33.431	33.298	-0,4	1.240	1.332	7,4
Castanha-de-cajú	25.677	26.305	2,4	68	209	206,5
Coco-da-baía (3)	76.730	77.209	0,6	6.901	6.750	-2,2
Guaraná	6.799	6.749	-0,7	445	376	-15,4
Laranja (4)	63.351	61.230	-3,3	16.320	16.742	2,6
Pimenta-do-reino	1.814	1.819	0,3	2.211	2.342	5,9
Sisal	274.302	253.059	-7,7	999	950	-5,0
Uva	2.718	2.436	-10,4	23.978	24.749	3,2

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola 2011.

(2) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), julho de 2012 (dados sujeitos a retificação).

(3) Produção física em mil frutos.

(4) Produção física em tonelada.

Indústria

Tabela 5
Produção física da indústria e dos principais gêneros – Bahia – jul. 2012

(%)

Classes e gêneros	Mensal (1)	Acumulado no ano (2)	12 meses (3)
Indústria Geral	2,7	2,8	0,3
Extrativa Mineral	-2,0	-3,4	-5,7
Indústria de Transformação	3,0	3,2	0,6
Alimentos e bebidas	3,0	4,3	5,5
Celulose, papel e produtos de papel	15,3	2,7	3,3
Refino de petróleo e álcool	18,8	-1,8	-7,2
Produtos químicos	-1,4	12,2	7,5
Borracha e plástico	8,8	9,2	6,4
Minerais não metálicos	6,1	3,8	2,1
Metalurgia básica	-39,7	-13,7	-11,6
Veículos automotores	-35,3	-15,0	-19,9

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(2) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Tabela 6
Variação mensal do índice da indústria de transformação – Bahia – jul. 2011-jul. 2012

(%)

Períodos	Mensal (1)	Acumulado no ano (2)	12 meses (3)
Julho	-5,2	-5,6	-3,8
Agosto	-1,6	-5,1	-4,3
Setembro	-0,7	-4,6	-4,3
Outubro	-4,1	-4,5	-5,0
Novembro	-3,7	-4,5	-5,1
Dezembro	-4,5	-4,5	-4,5
Janeiro/2012	7,5	7,5	-3,1
Fevereiro	21,8	14,0	-0,3
Março	-0,4	8,8	0,0
Abril	-1,4	6,2	0,3
Maio	0,0	4,8	0,6
Junho	-3,8	3,2	-0,1
Julho	3,0	3,2	0,6

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(2) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Energia

Tabela 7
Variação percentual do consumo de energia elétrica por classe – Bahia – jun. 2012

(%)

Classes	No mês (3)	Mensal (4)	Acumulado no ano (5)	12 meses (6)
Rural/Irrigação	0,9	11,9	35,9	21,0
Residencial	-8,6	5,2	4,7	3,7
Industrial (1)	-8,7	-17,8	-8,4	-6,9
Comercial	-8,4	4,3	1,7	2,1
Utilidades públicas (2)	6,3	9,1	3,7	4,5
Setor público	-25,9	4,8	7,2	3,6
Concessionária	-10,4	10,6	7,0	3,6
Total	-8,5	-4,4	0,1	-0,2

Fonte: Chesf, Coelba/GMCH.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Consumo industrial corresponde à COELBA e CHESF.

(2) Corresponde a Iluminação Pública, Água, Esgoto e Saneamento e Tração elétrica.

(3) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior.

(4) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(5) Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(6) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Serviços

Tabela 8
Variação no volume de vendas no varejo (1) – Bahia – jun. 2012

(%)

Classes e Gêneros	Mensal (2)	No ano (3)	12 meses (4)
Comércio Varejista	13,9	10,4	8,0
Combustíveis e lubrificantes	11,7	13,0	9,3
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	8,0	8,0	5,2
Hipermercados e supermercados	7,3	6,4	4,1
Tecidos, vestuário e calçados	8,9	7,0	6,3
Móveis e eletrodomésticos	17,2	14,0	13,5
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	10,7	6,8	7,9
Livros, jornais, revistas e papelaria	32,2	-12,6	0,1
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	59,2	24,8	-4,3
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	6,4	10,6	6,1
Veículos, motos e peças	39,0	8,9	1,3
Material de construção	4,8	6,8	4,3

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Dados deflacionados pelo IPCA.

(2) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(4) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Tabela 9
Total de cheques compensados – Bahia – jul. 2011-jul. 2012

(%)

Períodos	Quantidade				Valor (R\$)		
	No mês (1)	Mensal (2)	Acum. ano (3)	12 meses (4)	Mensal (2)	Acum. ano (3)	12 meses (4)
Julho	-1,5	-12,1	-7,9	-7,3	-3,1	5,5	6,0
Agosto	16,0	-3,7	-7,3	-7,2	4,6	5,4	5,5
Setembro	-10,5	-8,9	-7,5	-7,4	-1,7	4,6	4,7
Outubro	2,2	-4,9	-7,3	-6,8	0,3	4,1	4,7
Novembro	-5,4	-16,1	-8,1	-8,0	-7,6	3,0	3,2
Dezembro	0,2	-15,7	-8,7	-8,7	-8,0	1,9	1,9
Janeiro 2012	3,6	-6,7	-6,7	-9,1	0,7	0,7	1,3
Fevereiro	-13,0	-13,6	-10,0	-10,1	-8,9	-4,0	0,1
Março	7,1	-12,8	-11,0	-9,9	-5,3	-4,4	-1,6
Abril	-4,5	-7,2	-10,1	-9,6	-2,4	-4,0	-1,7
Maio	-5,2	-23,4	-12,9	-11,4	-17,8	-6,9	-4,1
Junho	-9,1	-21,4	-14,3	-12,2	-16,3	-8,5	-5,5
Julho	13,3	-9,7	-13,6	-12,0	-5,2	-8,0	-5,7

Fonte: Banco Central do Brasil.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior.

(2) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(4) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Tabela 10
Exportações, principais segmento – Bahia – jan.-jul. 2011/2012

Segmentos	Valores (US\$ 1000 FOB)		Var. (%)	Part. (%)
	2011	2012		
Petróleo e derivados	1.101.224	1.280.318	16,26	20,58
Químicos e petroquímicos	1.051.142	993.475	-5,49	15,97
Papel e celulose	1.054.306	983.086	-6,76	15,80
Soja e derivados	654.704	925.984	41,44	14,89
Metalúrgicos	545.647	335.276	-38,55	5,39
Metais preciosos	245.276	272.700	11,18	4,38
Automotivo	289.204	266.402	-7,88	4,28
Algodão e seus subprodutos	89.114	231.781	160,09	3,73
Borracha e suas obras	162.291	201.283	24,03	3,24
Cacau e derivados	170.373	149.347	-12,34	2,40
Minerais	64.182	87.421	36,21	1,41
Café e especiarias	105.108	84.227	-19,87	1,35
Couros e peles	74.263	78.339	5,49	1,26
Sisal e derivados	48.805	48.800	-0,01	0,78
Calçados e suas partes	46.266	44.516	-3,78	0,72
Máqs., apars. e mat. elétricos	44.167	42.572	-3,61	0,68
Frutas e suas preparações	39.582	37.114	-6,23	0,60
Fumo e derivados	16.242	20.937	28,91	0,34
Móveis e semelhantes	8.795	5.420	-38,38	0,09
Demais segmentos	126.971	131.487	3,56	2,11
Total	5.937.663	6.220.488	4,76	100,00

Fonte: MDIC/Secex, dados coletados em 07/8/2012.

Elaboração: SEI/CAC.

Tabela 11
Exportações, principais países – Bahia – jan.-jul. 2011/2012

Países	Peso (Ton.)		Var. (%)	(US\$ 1000 FOB)		Var. (%)	Part. (%)
	2011	2012		2011	2012		
Estados Unidos	686.377	739.063	7,68	840.083	834.288	-0,69	13,41
China	872.710	1.143.733	31,06	667.576	786.461	17,81	12,64
Antilhas Holandesas	769.296	1.127.965	46,62	449.849	741.740	64,89	11,92
Argentina	717.616	316.473	-55,90	922.625	683.752	-25,89	10,99
Países Baixos (Holanda)	348.540	598.006	71,57	430.513	470.869	9,37	7,57
Alemanha	641.864	534.280	-16,76	390.373	320.992	-17,77	5,16
Itália	183.748	261.269	42,19	274.963	179.976	-34,55	2,89
Bélgica	255.661	263.705	3,15	186.805	175.986	-5,79	2,83
Suíça	193	810	320,31	83.153	128.243	54,23	2,06
Espanha	115.625	179.458	55,21	87.072	125.018	43,58	2,01
Demais países	1.495.139	1.670.434	11,72	1.604.651	1.773.164	10,50	28,51
Total	6.086.770	6.835.196	12,30	5.937.663	6.220.488	4,76	100,00

Fonte: MDIC/Secex, dados coletados em 07/8/2012.

Elaboração: SEI/CAC.

INDICADORES SOCIAIS

Emprego

Tabela 12

Estimativa da população total e economicamente ativa e dos inativos maiores de 10 anos, taxas globais de participação e de desemprego total
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2011-jul. 2012

(%)

Períodos	População Economicamente Ativa (PEA)						Inativos maiores de 10 Anos		Taxas		População total (1)
	Total		Ocupados		Desempregados						
	Números absolutos (1)	Índice (2)	Números absolutos (1)	Índice (2)	Números absolutos (1)	Índice (2)	Números absolutos (1)	Índice (2)	Participação (PEA/PIA)	Desemprego total (DES/PEA)	
Janeiro 2010	1.849	123,5	1.522	138,5	327	82,2	1.333	139,1	58,1	17,7	3.656
Fevereiro	1.866	124,6	1.515	137,9	351	88,2	1.324	138,2	58,5	18,8	3.663
Março	1.867	124,7	1.495	136,0	372	93,5	1.330	138,8	58,4	19,9	3.669
Abril	1.871	125,0	1.516	137,9	355	89,2	1.333	139,1	58,4	19,0	3.676
Maiο	1.853	123,8	1.516	137,9	337	84,7	1.358	141,8	57,7	18,2	3.682
Junho	1.873	125,1	1.560	141,9	313	78,6	1.345	140,4	58,2	16,7	3.688
Julho	1.867	124,7	1.551	141,1	316	79,4	1.358	141,8	57,9	16,9	3.695
Agosto	1.901	127,0	1.591	144,8	310	77,9	1.332	139,0	58,8	16,3	3.701
Setembro	1.882	125,7	1.577	143,5	305	76,6	1.357	141,6	58,1	16,2	3.708
Janeiro 2011	1.889	126,2	1.632	148,5	257	64,6	1.379	143,9	57,8	13,6	3.734
Fevereiro	1.874	125,2	1.606	146,1	268	67,3	1.402	146,3	57,2	14,3	3.740
Março	1.845	123,2	1.555	141,5	290	72,9	1.438	150,1	56,2	15,7	3.747
Abril	1.833	122,4	1.545	140,6	288	72,4	1.458	152,2	55,7	15,7	3.753
Maiο	1.834	122,5	1.548	140,9	286	71,9	1.464	152,8	55,6	15,6	3.760
Junho	1.844	123,2	1.558	141,8	286	71,9	1.461	152,5	55,8	15,5	3.767
Julho	1.865	124,6	1.574	143,2	291	73,1	1.448	151,1	56,3	15,6	3.773
Agosto	1.889	126,2	1.594	145,0	295	74,1	1.431	149,4	56,9	15,6	3.780
Setembro	1.897	126,7	1.597	145,3	300	75,4	1.431	149,4	57,0	15,8	3.786
Outubro	1.891	126,3	1.590	144,7	301	75,6	1.444	150,7	56,7	15,9	3.793
Novembro	1.882	125,7	1.590	144,7	292	73,4	1.460	152,4	56,3	15,5	3.800
Dezembro	1.896	126,7	1.629	148,2	267	67,1	1.454	151,8	56,6	14,1	3.806
Janeiro 2012	1.940	129,6	1.649	150,0	291	73,1	1.417	147,9	57,8	15,0	3.813
Fevereiro	1.972	131,7	1.660	151,0	312	78,4	1.393	145,4	58,6	15,8	3.820
Março	1.973	131,8	1.632	148,5	341	85,7	1.399	146,0	58,5	17,3	3.826
Abril	1.963	131,1	1.619	147,3	344	86,4	1.416	147,8	58,1	17,5	3.833
Maiο	1.992	133,1	1.641	149,3	351	88,2	1.395	145,6	58,8	17,6	3.840
Junho	2.016	134,7	1.655	150,6	361	90,7	1.378	143,8	59,4	17,9	3.847
Julho 2012	2.038	136,1	1.675	152,4	363	91,2	1.364	142,4	59,9	17,8	3.853
Variação mensal (%)											
Jul. 2012/jun. 2012		1,1		1,2		0,6		-1,0	0,8	-0,6	
Variação no ano (%)											
Jul. 2012/dez. 2011		7,5		2,8		36,0		-6,2	5,8	26,2	
Variação anual (%)											
Jul. 2012/jul. 2011		9,3		6,4		24,7		-5,8	6,4	14,1	

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Em 1.000 pessoas. A partir de janeiro/2007 as projeções da população total e da população em idade ativa foram ajustadas com base nos resultados definitivos do Censo 2000.

(2) Base: média de 2000 = 100.

Tabela 13

Taxas de desemprego, por tipo de desemprego

Região Metropolitana de Salvador, município de Salvador e demais municípios da Região Metropolitana de Salvador – jan. 2011-jul. 2012

(%)

Trimestres	Taxas de Desemprego, por tipo										
	Região Metropolitana de Salvador – RMS					Município de Salvador			Demais municípios da Região Metropolitana		
	Total	Aberto	Oculto			Total	Aberto	Oculto	Total	Aberto	Oculto
			Total	Precário	Desalento						
Janeiro 2011	13,6	9,4	4,2	2,8	1,4	12,7	8,8	3,9	17,2	11,8	(1)
Fevereiro	14,3	9,6	4,7	3,2	1,5	14,1	9,3	4,8	15,2	10,7	(1)
Março	15,7	10,0	5,7	3,6	2,0	15,3	9,5	5,8	17,3	12,0	(1)
Abril	15,7	10,2	5,5	3,6	1,9	15,1	9,6	5,5	18,0	12,7	(1)
Maio	15,6	10,2	5,4	3,6	1,8	14,8	9,4	5,3	19,1	13,4	(1)
Junho	15,5	10,4	5,1	3,6	1,5	14,6	9,7	5,0	18,9	13,2	(1)
Julho	15,6	10,6	5,0	3,5	1,5	14,8	10,0	4,7	18,9	13,0	(1)
Agosto	15,6	11,0	4,6	3,4	(1)	15,0	10,6	4,5	17,6	12,5	(1)
Setembro	15,8	11,3	4,5	3,3	(1)	15,2	10,8	4,4	18,0	13,0	(1)
Outubro	15,9	11,2	4,8	3,6	(1)	15,3	10,5	4,8	18,2	13,5	(1)
Novembro	15,5	10,6	5,0	3,6	1,3	14,6	9,7	4,9	18,8	13,6	(1)
Dezembro	14,1	9,8	4,3	3,2	(1)	13,4	9,1	4,3	16,8	12,3	(1)
Janeiro 2012	15,0	10,3	4,7	3,4	1,3	14,5	9,9	4,7	17,0	12,1	(1)
Fevereiro	15,8	10,9	4,9	3,6	1,3	15,3	10,5	4,9	17,5	12,5	(1)
Março	17,3	11,7	5,6	4,3	1,3	17,2	11,3	5,9	17,6	13,1	(1)
Abril	17,5	11,8	5,7	4,4	1,3	17,1	11,1	6,1	18,7	14,4	(1)
Maio	17,6	12,0	5,6	4,2	1,4	17,1	11,3	5,9	19,1	14,5	(1)
Junho	17,9	12,2	5,7	4,2	1,5	17,1	11,4	5,7	20,5	14,8	5,7
Julho 2012	17,8	12,4	5,5	4,1	1,4	17,1	11,8	5,3	20,4	14,5	6,0
Variação Mensal											
Jul-2012/Jun-2012	-0,6	1,6	-3,5	-2,4	-6,7	0,0	3,5	-7,0	-0,5	-2,0	5,3
Variação no Ano											
Jul-2012/Dez-2011	26,2	26,5	27,9	28,1	–	27,6	29,7	23,3	21,4	17,9	–
Variação Anual											
Jul-2012/Jul-2011	14,1	17,0	10,0	17,1	-6,7	15,5	18,0	12,8	7,9	11,5	–

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela 14
Distribuição dos Ocupados, por Setor e CNAE 2.0 Domiciliar
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2011-jul. 2012

(%)

Períodos	Total geral (1)	Distribuição dos ocupados, por setor e CNAE 2.0 domiciliar						
		Indústria de transformação (2)	Construção (3)	Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas (4)	Serviços			
					Total (5)	Administração pública, defesa e seguridade social; educação, saúde humana e serviços sociais (6)	Alojamento e alimentação; outras atividades de serviços; artes, cultura, esporte e recreação (7)	Serviços domésticos (8)
Janeiro 2011	100,0	9,0	8,7	18,8	60,5	20,6	12,9	7,0
Fevereiro	100,0	8,8	9,1	18,9	60,6	20,5	13,4	7,7
Março	100,0	9,0	9,1	18,4	60,8	20,7	14,2	7,9
Abril	100,0	8,9	9,0	18,3	61,0	20,3	13,9	8,0
Maio	100,0	9,1	8,8	18,3	60,6	19,8	13,5	8,0
Junho	100,0	9,3	8,9	18,4	60,1	19,5	12,6	7,9
Julho	100,0	9,1	8,4	19,1	60,4	19,4	13,2	8,1
Agosto	100,0	9,1	8,6	19,3	60,1	18,7	13,3	8,2
Setembro	100,0	8,5	9,2	19,7	60,1	18,1	13,9	8,5
Outubro	100,0	8,7	9,3	20,0	59,5	17,6	13,5	8,6
Novembro	100,0	9,0	9,5	19,9	59,2	17,8	13,3	8,6
Dezembro	100,0	9,2	9,5	19,8	58,9	17,6	13,4	8,6
Janeiro 2011	100,0	8,7	10,0	19,6	59,3	17,7	13,8	8,9
Fevereiro	100,0	8,5	10,0	19,4	59,5	18,1	13,6	8,8
Março	100,0	8,3	9,9	19,1	59,8	18,4	13,4	8,7
Abril	100,0	8,7	10,0	18,9	59,4	18,6	13,2	8,5
Maio	100,0	8,8	9,7	19,2	59,7	17,9	13,8	8,4
Junho	100,0	9,0	9,8	19,2	59,3	17,7	14,0	8,5
Julho 2012	100,0	8,7	9,7	19,2	59,6	17,4	14,2	8,6

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Inclui agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (Seção A); indústrias extrativas (Seção B); eletricidade e gás (Seção D); água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (Seção E); organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais (Seção U); atividades mal definidas (Seção V). As seções mencionadas referem-se à CNAE 2.0 domiciliar.

(2) Seção C da CNAE 2.0 domiciliar.

(3) Seção F da CNAE 2.0 domiciliar.

(4) Seção G da CNAE 2.0 domiciliar.

(5) Inclui atividades imobiliárias (Seção L da CNAE 2.0 domiciliar). Serviços de Transporte, armazenagem e Correio (Seção H da CNAE 2.0 domiciliar). Informação e comunicação; atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados; atividades profissionais científicas e técnicas (Seções J,K,M da CNAE 2.0 domiciliar). Atividades administrativas e serviços complementares (Seção N da CNAE 2.0 domiciliar).

(6) Seções O,P,Q da CNAE 2.0 domiciliar.

(7) Seções I,S,R da CNAE 2.0 domiciliar.

(8) Seção T da CNAE 2.0 domiciliar.

Nota: Vide nota técnica nº 01/2012.

Tabela 15
Distribuição dos ocupados, por posição na ocupação
Região Metropolitana de Salvador - jan.2011-jul. 2012

(%)

Períodos	Posição na ocupação									
	Assalariados				Autônomos			Empregador	Domésticos	Outros (2)
	Total (1)	Assalariado priv. c/carteira assin.	Assalariado priv. s/carteira	Assalariado público	Total	Autônomo trab. p/público	Autônomo trab. p/empresa			
Janeiro 2011	67,5	45,2	8,6	13,5	20,9	18,5	2,3	2,9	7,0	1,7
Fevereiro	66,9	45,3	8,2	13,3	21,1	18,9	2,2	2,6	7,7	1,7
Março	66,6	45,3	8,3	12,9	21,0	18,6	2,3	2,9	7,9	1,6
Abril	67,2	46,6	8,0	12,5	20,5	18,0	2,5	2,9	8,0	(3)
Maio	68,0	47,9	8,0	12,0	19,6	17,2	2,4	2,8	8,0	(3)
Junho	68,5	48,2	8,0	12,2	19,8	17,5	2,3	2,4	7,9	(3)
Julho	67,7	47,5	7,8	12,4	20,5	17,8	2,7	2,3	8,1	(3)
Agosto	66,8	47,0	7,9	11,9	21,1	18,4	2,7	2,4	8,2	(3)
Setembro	66,0	46,8	7,9	11,3	21,6	19,1	2,5	2,4	8,5	(3)
Outubro	66,1	47,5	8,1	10,5	21,2	19,2	2,0	2,5	8,6	1,6
Novembro	66,7	48,2	8,3	10,3	20,6	18,9	1,7	2,5	8,6	1,6
Dezembro	66,2	47,8	8,2	10,2	20,8	19,0	1,8	2,8	8,6	1,6
Janeiro 2012	65,5	46,8	8,4	10,4	21,4	19,6	1,8	2,6	8,9	1,6
Fevereiro	65,9	46,8	8,4	10,7	21,2	19,6	1,7	2,5	8,8	1,6
Março	67,0	48,1	8,3	10,4	20,6	19,1	1,5	2,4	8,7	1,3
Abril	67,9	49,6	8,2	10,1	20,0	18,4	1,7	2,3	8,5	(3)
Maio	68,3	50,5	8,0	9,7	19,7	18,0	1,7	2,2	8,4	1,4
Junho	67,7	50,1	8,0	9,5	20,3	18,5	1,9	2,1	8,5	1,4
Julho 2012	67,3	49,3	8,1	9,9	20,5	18,8	1,7	2,2	8,6	1,4

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Incluem os que não informaram o segmento em que trabalham.

(2) Incluem Trabalhadores familiares e Donos de negócios familiares.

(3) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela 16
Rendimento médio real trimestral dos ocupados, assalariados e autônomos no trabalho principal
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2011-jun. 2012

(R\$)

Trimestres	Rendimento médio real					
	Ocupados (1)		Assalariados (2)		Autônomos	
	Valor absoluto (3)	Índice (4)	Valor absoluto (3)	Índice (4)	Valor absoluto (3)	Índice (4)
Janeiro 2011	1.162	107,9	1.268	106,5	849	116,5
Fevereiro	1.156	107,4	1.257	105,6	807	110,7
Março	1.100	102,1	1.202	100,9	794	109,0
Abril	1.122	104,2	1.228	103,1	799	109,7
Maio	1.105	102,7	1.210	101,6	794	109,0
Junho	1.109	103,1	1.219	102,4	820	112,5
Julho	1.077	100,0	1.177	98,8	840	115,3
Agosto	1.053	97,8	1.155	97,0	803	110,2
Setembro	1.039	96,6	1.149	96,5	765	105,0
Outubro	1.039	96,5	1.151	96,6	730	100,2
Novembro	1.039	96,5	1.161	97,5	749	102,8
Dezembro	1.051	97,7	1.173	98,5	765	105,0
Janeiro 2012	1.059	98,4	1.174	98,6	769	105,6
Fevereiro	1.054	97,9	1.158	97,3	771	105,8
Março	1.042	96,8	1.145	96,1	746	102,4
Abril	1.025	95,2	1.127	94,6	754	103,5
Maio	1.016	94,4	1.123	94,3	749	102,8
Junho 2012	1.027	95,4	1.122	94,2	802	110,0
Variação mensal (%)						
Jun. 2012/maio 2012		1,1		-0,1		7,0
Variação no ano (%)						
Jun. 2012/dez. 2011		-2,3		-4,3		4,9
Variação anual (%)						
Jun. 2012/jun. 2011		-7,4		-8,0		-2,2

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT.)

(1) Exclusive os Assalariados e os Empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os Trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(2) Exclusive os Assalariados que não tiveram remuneração no mês.

(3) Inflator utilizado – Índice de Preços ao Consumidor – SEI. Valores em reais de Junho – 2012.

(4) Base: Média de 2000 = 100

Tabela 17
Rendimento médio real trimestral dos ocupados, por grau de instrução (1)
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2011-jun. 2012

(R\$)

Períodos	Total (2)	Rendimento médio real trimestral dos ocupados				
		Analfabetos	1º grau incompleto	1º grau completo/ 2º incompleto	2º grau completo/ 3º incompleto	3º grau completo
Janeiro 2011	1.162	(3)	640	782	1.142	2.653
Fevereiro	1.156	(3)	659	744	1.112	2.705
Março	1.100	(3)	654	744	1.060	2.586
Abril	1.122	(3)	676	738	1.071	2.666
Maio	1.105	(3)	650	752	1.069	2.769
Junho	1.109	(3)	643	723	1.076	2.844
Julho	1.077	(3)	669	749	1.046	2.763
Agosto	1.053	(3)	669	755	1.052	2.604
Setembro	1.039	(3)	663	751	1.048	2.538
Outubro	1.039	(3)	653	734	1.052	2.562
Novembro	1.039	(3)	663	733	1.035	2.540
Dezembro	1.051	(3)	670	743	1.052	2.602
Janeiro 2012	1.059	(3)	665	750	1.074	2.577
Fevereiro	1.054	(3)	677	768	1.078	2.517
Março	1.042	(3)	691	774	1.047	2.553
Abril	1.025	(3)	687	778	1.017	2.456
Maio	1.016	509,1	671	755	1.028	2.515
Junho 2012	1.027	501,8	677	765	1.055	2.485
Variação Mensal (%)						
Jun-2012/Maio-2012	1,1	-1,4	0,9	1,4	2,6	-1,2
Variação no Ano (%)						
Jun-2012/Dez-2011	-2,3	–	1,0	3,0	0,2	-4,5
Variação Anual (%)						
Jun-2012/Jun-2011	-7,4	–	5,3	5,8	-2,0	-12,6

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Inflator utilizado: IPC - SEI; valores em reais de Junho – 2012.

(2) Excluem os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(3) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela 18

Rendimento médio real trimestral dos assalariados no setor público e privado, por setor de atividade econômica e carteira de trabalho assinada e não-assinada pelo atual empregador (1)
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2011-jun. 2012

Trimestres	Total geral (2)	Assalariados no setor privado						Assalariados do setor público (6)
		Total	Setor de atividade			Carteira de trabalho		
			Indústria de transformação (3)	Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas (4)	Serviços (5)	Assinada	Não- assinada	
Janeiro 2011	1.268	1.089	1.469	861	1.049	1.163	665	2.005
Fevereiro	1.257	1.084	1.369	879	1.057	1.156	671	2.011
Março	1.202	1.035	1.285	846	1.022	1.093	679	1.956
Abril	1.228	1.053	1.267	891	1.033	1.109	696	2.083
Maio	1.210	1.048	1.304	858	1.024	1.102	706	1.995
Junho	1.219	1.041	1.311	856	1.009	1.100	670	2.051
Julho	1.177	1.021	1.288	831	998	1.089	613	1.929
Agosto	1.155	1.019	1.237	860	997	1.082	622	1.857
Setembro	1.149	1.025	1.290	877	994	1.093	606	1.859
Outubro	1.151	1.027	1.339	878	992	1.091	627	1.892
Novembro	1.161	1.029	1.370	881	985	1.093	635	1.939
Dezembro	1.173	1.032	1.318	864	1.002	1.095	662	1.971
Janeiro 2012	1.174	1.031	1.268	865	995	1.098	640	1.972
Fevereiro	1.158	1.026	1.266	851	992	1.091	640	1.944
Março	1.145	1.028	1.318	850	977	1.086	671	1.882
Abril	1.127	1.021	1.313	859	987	1.078	673	1.834
Maio	1.123	1.015	1.419	857	964	1.076	644	1.867
Junho 2012	1.122	1.010	1.381	874	965	1.077	608	1.869
Variação mensal (%)								
Jun. 2012/maio 2012	-0,1	-0,5	-2,7	2,0	0,2	0,1	-5,6	0,1
Variação no ano (%)								
Jun. 2012/dez. 2011	-4,3	-2,2	4,8	1,2	-3,7	-1,7	-8,1	-5,2
Variação anual (%)								
Jun. 2012/jun. 2011	-8,0	-2,9	5,3	2,2	-4,3	-2,1	-9,2	-8,9

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Excluem os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os empregados domésticos. Inflator utilizado: IPC - SEI; valores em reais de junho de 2012.

(2) Incluem os que não sabem a que setor pertence a empresa em que trabalham.

(3) Seção C da CNAE 2.0 domiciliar.

(4) Seção G da CNAE 2.0 domiciliar.

(5) Seções H a S da CNAE 2.0 domiciliar e excluem os serviços domésticos.

(6) Incluem os estatutários e celetistas que trabalham em instituições públicas (governos municipal, estadual, federal, empresa de economia mista, autarquia, fundação, etc.).

Tabela 19
Rendimento real trimestral máximo e mínimo dos ocupados e dos assalariados no trabalho principal (1)
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2011-jun. 2012

(R\$)

Períodos	Rendimento médio real trimestral									
	Ocupados (2)					Assalariados (3)				
	10% Mais pobres ganham até	25% Mais pobres ganham até	50% Mais pobres ganham até	25% Mais ricos ganham acima de	10% Mais ricos ganham acima de	10% Mais pobres ganham até	25% Mais pobres ganham até	50% Mais pobres ganham até	25% Mais ricos ganham acima de	10% Mais ricos ganham acima de
Janeiro 2011	324	552	747	1.299	2.367	552	576	854	1.393	2.502
Fevereiro	320	551	747	1.280	2.296	551	581	853	1.386	2.469
Março	319	575	743	1.273	2.134	575	581	816	1.280	2.140
Abril	320	575	739	1.266	2.132	575	580	844	1.289	2.227
Maio	316	574	738	1.265	2.121	574	578	822	1.272	2.216
Junho	315	575	723	1.160	2.110	574	575	791	1.266	2.279
Julho	315	572	724	1.155	2.108	572	574	790	1.265	2.109
Agosto	315	572	735	1.144	2.099	572	574	803	1.259	2.099
Setembro	315	566	727	1.142	2.099	566	571	803	1.259	2.099
Outubro	313	567	720	1.131	2.083	566	572	802	1.250	2.098
Novembro	311	565	719	1.132	2.076	565	570	809	1.246	2.236
Dezembro	310	564	718	1.135	2.074	564	579	812	1.244	2.185
Janeiro 2012	310	565	722	1.134	2.068	563	641	808	1.241	2.238
Fevereiro	309	599	718	1.138	2.061	563	640	800	1.240	2.068
Março	308	635	718	1.128	2.051	635	640	799	1.236	2.061
Abril	316	628	718	1.128	2.019	628	638	808	1.225	2.042
Maio	310	622	714	1.101	2.001	622	634	800	1.211	2.019
Junho 2012	302	622	720	1.110	2.000	622	627	800	1.200	2.019
Variação mensal (%)										
Jun. 2012/maio 2012	-2,6	0,0	0,8	0,9	0,0	0,0	-1,2	0,0	-0,9	0,0
Variação no ano (%)										
Jun. 2012/dez. 2011	-2,7	10,3	0,3	-2,2	-3,6	10,3	8,2	-1,5	-3,6	-7,6
Variação anual (%)										
Jun. 2012/jun. 2011	-4,3	8,2	-0,4	-4,3	-5,2	8,4	9,1	1,1	-5,2	-11,4

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Inflator utilizado – Índice de Preços ao Consumidor – SEI. Valores em reais de Junho – 2012.

(2) Exclusive os Assalariados e os Empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(3) Exclusive os Assalariados que não tiveram remuneração no mês.

Emprego formal

Tabela 20
Flutuação Mensal do Emprego
Bahia – jan. 2011-jul. 2012

Períodos	Saldo líquido (admissões – desligamentos)				
	Total (1)	Ind. transformação	Const. civil	Comércio	Serviços
2011 (2)	77.650	5.777	8.823	17.131	37.395
Janeiro	7.438	995	820	671	2.852
Fevereiro	3.127	4	-445	160	2.733
Março	2.758	510	1.222	-1.518	684
Abril	10.623	1.065	2.831	882	4.065
Maio	11.710	1.314	2.751	1.484	2.021
Junho	11.767	1.764	1.586	716	2.644
Julho	2.033	1.449	-3.833	381	2.088
Agosto	7.143	1.559	771	1.335	3.921
Setembro	3.025	455	-481	1.792	3.163
Outubro	481	845	-563	1.630	1.034
Novembro	3.157	-1.841	2.371	2.851	3.082
Dezembro	-15.069	-4.667	-5.068	-296	-1.342
2012 (3)	35.656	5.180	7.416	2.098	12.790
Janeiro	6.861	1.375	1.477	-546	3.363
Fevereiro	-1.619	-908	-1.758	-678	1.457
Março	2.243	-911	2.647	-1.194	2.299
Abril	7.847	1.571	1.153	785	1.843
Maio	3.071	1.111	-174	226	-1.652
Junho	241	597	-952	269	-499
Julho	2.209	1.410	1.213	31	661
Ago. 2011-jul. 2012 (2)	42.319	2.253	6.804	12.148	25.449

Fonte: MTE-Caged – Lei 4.923/65 – Perfil do estabelecimento.

(1) Incluem todos os setores. Dados preliminares.

(2) Este saldo levou em consideração o ajuste realizado no ano.

(3) Este saldo não levou em consideração o ajuste realizado no ano.

Tabela 21
Flutuação Mensal do Emprego
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2011-jul. 2012

Períodos	Saldo líquido (admissões – desligamentos)				
	Total (1)	Ind. transformação	Const. civil	Comércio	Serviços
2011 (2)	40.002	2.282	6.381	4.309	24.687
Janeiro	2.964	492	973	-458	1.806
Fevereiro	-583	-757	-1.736	36	1.896
Março	350	-137	396	-1.114	1.084
Abril	5.782	13	1.921	449	3.224
Maiο	2.758	158	1.254	535	854
Junho	3.294	523	712	479	1.582
Julho	1.988	416	241	-313	1.311
Agosto	4.513	622	1.042	-66	2.532
Setembro	1.714	67	-504	489	1.399
Outubro	849	158	-94	362	376
Novembro	6.255	543	1.929	1.557	2.112
Dezembro	-4.900	-685	-3.335	-204	-675
2012 (3)	8.863	1.332	2.899	-747	5.683
Janeiro	2.068	255	536	-752	2.172
Fevereiro	-1.661	-403	-1.928	-539	1.209
Março	2.622	281	1.705	-1.041	1.500
Abril	2.327	158	748	268	1.161
Maiο	-2.550	22	-522	412	-2.202
Junho	-1.810	174	-704	-172	-1.002
Julho	954	503	713	-151	-54
Ago. 2011-jul. 2012 (2)	21.837	2.219	3.483	2.450	13.147

Fonte: MTE-Caged – Lei 4.923/65 – Perfil do estabelecimento.

(1) Incluem todos os setores. Dados preliminares.

(2) Este saldo levou em consideração o ajuste realizado no ano.

(3) Este saldo não levou em consideração o ajuste realizado no ano

FINANÇAS PÚBLICAS

União

(Continua)

Tabela 22
Demonstrativo das Receitas da União
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – maio-jun. 2012

(R\$ 1.000)

Receita realizada	2012			2011		
	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-jun.	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-dez.
Receita (exceto intraorçamentária) (I)	195.414.352		841.525.908	182.897.071	223.424.719	1.213.655.485
Receitas correntes	166.501.875		549.431.937	159.883.718	173.894.139	1.029.613.467
Receita tributária	53.497.163		187.496.880	52.136.275	51.963.800	338.648.827
Impostos	52.777.474		182.806.031	51.414.343	51.152.900	331.500.737
Taxas	719.689		4.690.850	721.932	810.900	7.148.091
Receita de contribuições	91.808.986		282.537.982	84.336.384	94.221.884	545.486.601
Contribuições sociais	89.580.260		275.317.716	81.753.979	91.497.588	529.788.992
Contribuições econômicas	2.228.726		7.220.266	2.582.405	2.724.296	15.697.608
Receita patrimonial	8.603.302		33.778.667	11.287.014	11.312.350	65.708.555
Receitas imobiliárias	258.554		603.336	206.166	181.669	965.452
Receitas de valores mobiliários	4.931.755		14.530.287	7.502.470	4.644.255	31.270.843
Receita de concessões e permissões	37.587		635.677	686.799	67.284	3.823.522
Compensações financeiras	3.330.343		17.871.580	2.889.876	6.417.243	29.568.875
Receita de Cessão de Direitos	44.465		133.159	0	0	68.530
Outras receitas patrimoniais	598		4.629	1.703	1.899	11.333
Receita agropecuária	3.113		11.414	3.489	3.717	21.014
Receita da produção vegetal	1.799		6.904	2.183	1.591	11.166
Receita da produção animal e derivados	1.312		4.505	1.309	2.127	9.844
Outras receitas agropecuárias	1		3	-2	-1	6
Receita industrial	63.458		353.701	99.493	109.246	562.501
Receita da indústria de transformação	63.458		353.701	99.493	109.246	562.501
Receita de serviços	6.206.191		23.740.631	7.453.544	9.455.403	47.975.846
Transferências correntes	107.141		312.171	31.442	51.775	619.312
Transferências intergovernamentais	0		0	0	0	0
Transferências de instituições privadas	2.609		3.335	1.091	170	24.324
Transferências do exterior	2.567		5.905	1.258	1.568	13.705
Transferências de pessoas	82		283	82	78	509
Transferências de convênios	101.853		302.052	28.989	49.924	411.900
Transferências para o combate à fome	28		594	22	35	241
Receitas correntes a classificar	2.579		2.593	1.965	320	0
Outras receitas correntes	6.209.944		21.197.901	4.534.113	6.775.643	30.759.445
Multas e juros de mora	2.815.269		7.828.884	2.163.988	3.486.644	14.250.143
Indenizações e restituições	1.039.015		2.185.886	495.494	1.029.131	4.083.697
Receita da dívida ativa	798.375		2.486.496	594.712	1.151.905	3.800.923
Receitas diversas	1.557.285		8.696.635	1.279.919	1.107.963	7.839.487
Receitas de capital	28.912.477		292.093.970	23.013.353	49.530.580	184.042.018
Operações de crédito	15.252.413		148.847.610	11.616.698	27.810.511	94.201.986
Operações de crédito internas	15.051.156		146.864.268	11.158.746	27.667.074	91.610.172
Operações de crédito externas	201.257		1.983.342	457.951	143.437	2.591.813
Alienação de bens	209.538		799.979	338.423	154.657	1.936.461
Alienação de bens móveis	136.579		651.992	287.901	137.227	1.734.483
Alienação de bens imóveis	72.959		147.987	50.522	17.429	201.976
Amortizações de empréstimos	4.215.041		15.701.174	3.351.674	3.431.351	28.945.140
Transferências de capital	14.830		71.880	16.965	11.877	111.586
Transferências do exterior	0		0			
Transferências de pessoas	0		0	0	0	0
Transferência de outras instituições públicas	0		4.852	0	0	4.519
Transferências de convênios	14.830		67.028	16.965	11.877	68.835
Outras receitas de capital	9.220.655		126.673.327	7.689.592	18.122.184	58.846.846
Resultado do Banco Central do Brasil	0		103.484.091	0	12.448.031	17.483.488
Remuneração das disponibilidades	9.220.319		23.130.200	7.687.802	5.674.042	41.255.160

(Conclusão)

Tabela 22
Demonstrativo das Receitas da União
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – maio-jun. 2012

(R\$ 1.000)

Receita realizada	2012			2011		
	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-jun.	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-dez.
Proveniente da Execução de Garantias	187		493	31	5	140
Receita dívida ativa alienação estoques de café	148		241	1.758	106	2.141
Receita Títulos Tesouro Nacional Resgatados	0		58.302	0	0	105.915
Receitas de capital diversas ²	0		0	0	0	0
Receita (intraorçamentária) (II)	2.796.246		7.593.461	2.343.666	2.272.036	15.001.903
Subtotal das receitas (III) = (I + II)	198.210.598		849.119.370	185.240.736	225.696.755	1.228.657.387
Operações de crédito - refinanciamento (IV)	35.124.036		159.049.588	72.504.695	71.348.873	472.339.493
Operações de crédito internas	35.124.034		155.829.527	72.504.695	70.420.294	469.156.545
Mobiliária	35.124.034		155.829.527	72.504.695	70.420.294	469.156.545
Operações de crédito externas	3		3.220.062	0	928.579	3.182.948
Mobiliária	3		3.220.062	0	928.579	3.182.948,00
Subtotal com refinanciamento (V) = (III + IV)	233.334.634		1.008.168.958	257.745.431	297.045.628	1.700.996.879
Déficit (VI)	-		-	-	-	0
Total (VII) = (V + VI)	233.334.634		1.008.168.958	257.745.431	297.045.628	1.700.996.879
Saldo de exercícios anteriores (utilizados para créditos adicionais)	-	-	-	-	-	-

Receita realizada intraorçamentária	2012			2011		
	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-jun.	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-dez.
Receita (intraorçamentária) (II)	2.796.246		7.593.461	2.343.666	2.272.036	15.001.903
Receitas correntes	2.150.974		6.324.369	2.042.708	2.105.778	13.527.939
Receita tributária	92		276	-6	2.841	467
Impostos	-20		-13	-71	2.796	27
Taxas	112		289	65	45	439
Receita de contribuições	2.113.621		6.220.354	2.020.243	2.066.416	13.272.650
Contribuições sociais	2.113.617		6.220.266	2.020.248	2.066.416	13.272.619
Contribuições econômicas	4		88	-5	1	32
Receita patrimonial	629		4.748	733	-66	5.339
Receitas imobiliárias	451		1.293	604	-112	2.378
Receitas de valores mobiliários	87		3.340	91	0	2.784
Receita de concessões e permissões	90		113	38	46	176
Receita industrial	19.787		64.869	1.368	27.783	156.268
Receita da indústria de transformação	19.787		64.869	1.368	27.783	156.268
Receita de serviços	11.612		20.401	5.234	8.507	40.208
Outras receitas correntes	5.233		13.722	2.826	297	40.699
Multas e juros de mora	-536		69	166	-208	-440
Indenizações e restituições	5.432		13.263	2.590	471	40.642
Receitas diversas	337		390	69	34	497
Receitas de capital	645.273		1.269.094	300.957	166.258	1.473.961
Operações de crédito	645.273		1.264.093	300.663	145.405	1.450.636
Operações de crédito internas	645.273		1.264.093	300.663	145.405	1.450.636
Alienação de bens	0		0	294	20.854	23.326
Alienação de bens móveis	0		0	294	20.854	23.326
Alienação de bens imóveis	0		0	0	0	0
Outras receitas de capital	0		5.000	0	0	0
Resultado do banco central do Brasil	0		0	0	0	0
Integralização de capital social	0		5.000	0	0	0
Remuneração das disponibilidades	0		0	0	0	0
Proveniente da execução de garantias	0		0	0	0	0
Saldo de exercícios anteriores	0		0	0	0	0
Receitas de capital diversas	0		0	0	0	0

Fonte: STN.

Elaboração: SEI/Coref.

RREO – Anexo I (LRF, art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º).

(…) Não disponível até dezembro.

Tabela 23
Demonstrativo das Despesas da União
Orçamentos fiscal e da Seguridade Social – jan.-jun. 2012

Despesa executada	2012			2011		
	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-jun.	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-dez.
Despesas (exceto intraorçamentária) (VIII)	171.216.843		500.480.533	178.979.071	197.973.856	1.095.024.405
Despesas correntes	158.632.181		453.137.988	153.687.232	183.351.545	948.736.270
Pessoal e encargos sociais	33.743.771		92.082.673	31.895.893	27.475.828	181.833.614
Juros e encargos da dívida	11.473.905		60.261.225	18.513.385	38.268.390	131.036.556
Outras despesas correntes	113.414.504		300.794.089	103.277.954	117.607.327	635.866.100
Transferência a estados, DF e municípios	39.076.536		95.909.584	37.907.356	35.923.620	211.495.614
Benefícios previdenciários	47.839.965		133.389.143	42.371.254	52.581.585	273.616.256
Demais despesas correntes	26.498.003		71.495.362	22.999.344	29.102.122	150.754.229
Despesas de capital	12.584.662		47.342.545	25.291.839	14.622.311	146.288.135
Investimentos	3312873,00		4105474,00	2.309.619	2.945.461	17.071.403
Inversões financeiras	8.446.122		16.715.629	5.130.701	5.689.169	31.588.385
Amortização da dívida	825.667		26.521.443	17.851.518	5.987.681	97.628.347
Reserva de contingência	0		0	0	0	0
Despesas (intra-orçamentárias) (IX)	3.038.953		7.641.562	2.623.004	2.507.606	16.530.186
Despesas correntes	2.452.552		6.951.326	2.326.786	2.366.784	15.314.142
Pessoal e encargos sociais	2.352.180		6.736.525	2.253.346	2.275.092	14.699.566
Outras despesas correntes	100372		214801	73.440	91.693	614.577
Demais despesas correntes	100372		214801	73.440	91.693	614.577
Despesas de capital	586401		690237	296.219	140.821	1.216.044
Investimentos	4040		6476	14.810	1.001	42.429
Inversões financeiras	582361		683760	281.408	139.821	1.173.613
Subtotal das despesas (X) = (VIII + IX)	174.255.796		508.122.095	181.602.076	200.481.462	1.111.554.591
Amortização da dívida - refinanciamento (XI)	1.845.299		191.272.785	64.894.820	143.543.975	479.367.849
Amortização da dívida interna	1.189.517		185.581.794	58.552.575	141.706.533	460.942.733
Dívida mobiliária	1.189.517		185.581.794	58.552.575	141.706.533	460.942.733
Outras dívidas	0		0	0	0	0
Amortização da dívida externa	655.782		5.690.991	6.342.245	1.837.442	18.248.949
Dívida mobiliária	184.003		4.415.988	728.286	1.816.609	6.871.017
Outras dívidas	471779		1275003	5.613.960	20.833	11.554.100
Subtotal com refinanciamento (XII) = (X + XI)	176.101.095		699.394.880	246.496.895	344.025.437	1.590.922.439
Superávit (XIII)	-		-	-	-	-
Total (XIV) = (XII + XIII)	176.101.095		699.394.880	246.496.895	344.025.437	1.590.922.439

Fonte: STN.

Elaboração: SEI/Coref.

RREO – Anexo I (LRF, art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º).

(...) Não disponível até Dezembro.

Nota: Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. As Despesas liquidadas são consideradas.

Estado

(Continua)

Tabela 24
Balanço Orçamentário – Receita
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – jan.-jun. 2012

(R\$ 1,00)

Receita realizada	2012			2011		
	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-jun.	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-dez.
Receitas (exceto intraorçamentárias) (I)	4.639.782.866		13.676.679.079	4.241.171.033	4.190.246.331	25.298.872.994
Receitas correntes	4.410.401.875		13.172.604.849	4.141.822.492	4.048.221.121	24.386.224.028
Receita tributária	2.596.442.805		7.726.170.745	2.410.947.157	2.309.453.386	14.183.218.585
Impostos	2.501.859.206		7.446.684.325	2.301.566.568	2.210.342.992	13.612.102.648
Taxas	94.583.600		279.486.419	109.380.589	99.110.393	571.115.938
Contribuição de melhoria	-		-	-	-	-
Receita de contribuições	289.132.268		857.999.511	232.846.669	269.554.647	1.599.077.129
Contribuições sociais	289.132.268		857.999.511	232.846.669	269.554.647	1.599.077.129
Contribuições econômicas	-		-	-	-	-
Receita patrimonial	57.961.055		202.885.102	76.118.118	58.428.847	416.363.848
Receitas imobiliárias	5.398.359		16.605.494	3.702.182	6.557.851	36.889.410
Receitas de valores mobiliários	47.618.470		170.218.652	69.658.980	53.077.846	322.357.844
Receitas de concessões e permissões	246.339		2.110.564	1.365.999	150.150	11.220.026
Outras receitas patrimoniais	4.697.886		13.950.391	1.390.956	-1.357.000	45.896.569
Receita agropecuária	47.467		108.775	75.849	54.295	286.112
Receita da produção vegetal	915		2.055	678	275	7.456
Receita da produção animal e derivados	37.861		93.813	71.483	52.675	259.370
Outras receitas agropecuárias	8.691		12.907	3.688	1.345	19.287
Receita industrial	56.948		56.948	5.780	15.173	71.073
Receita da indústria de transformação	56.948		56.948	5.780	15.173	71.073
Receita da indústria de construção	-		-	-	-	-
Outras receitas industriais	-		-	-	-	-
Receita de serviços	18.164.168		42.581.366	22.273.949	18.266.488	87.100.081
Transferências correntes	1.854.533.477		5.662.389.184	1.769.997.485	1.575.352.543	10.139.368.702
Transferências intergovernamentais	1.833.833.893		5.583.643.998	1.733.687.525	1.556.916.278	9.997.246.007
Transferências de instituições privadas	-		-	549	15.026	48.005
Transferências do exterior	7.144		792.163	68.046	107	226.370
Transferências de pessoas	-		-	-	-	-
Transferências de convênios	20.692.440		77.952.463	36.241.364	18.421.133	141.848.320
Transferências para o combate à fome	-		-	-	-	-
Outras receitas correntes	158.242.583		350.497.754	158.310.763	303.928.866	1.014.923.299
Multas e juros de mora	34.225.976		95.403.147	28.505.454	35.523.335	232.500.110
Indenizações e restituições	7.403.661		19.769.418	5.366.526	5.345.542	40.693.801
Receita da dívida ativa	5.540.450		15.648.405	2.219.298	2.157.960	46.596.200
Receitas diversas	111.072.495		219.676.785	122.219.485	260.902.029	695.133.189
Conta retificadora da receita orçamentária	-564.178.896		-1.670.084.536	-528.753.276	-486.833.124	-3.054.184.802
Receitas de capital	229.380.991		504.074.230	99.348.541	142.025.211	912.648.966
Operações de crédito	98.129.591		172.186.164	4.971.842	73.942.792	448.565.185
Operações de crédito internas	83.844.251		146.846.597	1.041.342	65.151.498	376.101.371
Operações de crédito externas	14.285.339		25.339.567	3.930.500	8.791.294	72.463.814
Alienação de bens	1.950.286		2.933.454	2.821.745	292.901	8.339.188
Alienação de bens móveis	1.441.439		1.573.733	1.552.788	130.219	5.064.867
Alienação de bens imóveis	508.847		1.359.721	1.268.957	162.682	3.274.321

(Conclusão)

Tabela 24
Balanço Orçamentário – Receita
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – jan.-jun. 2012

(R\$ 1,00)

Receita realizada	2012			2011		
	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-jun.	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-dez.
Amortização de empréstimos	21.943.070		46.487.083	14.523.039	24.506.569	93.369.452
Amortização de empréstimos	21.943.070		46.487.083	14.523.039	24.506.569	93.369.452
Transferências de capital	107.358.044		282.467.528	77.031.915	43.282.950	362.375.141
Transferências intergovernamentais	-734.861		23.773.691	-	38.336	8.841.870
Transferências de instituições privadas	-		-	-	-	-
Transferências do exterior	-		-	-	-	-
Transferências de pessoas	-		-	-	-	-
Transferências de outras instituições públicas	-		-	-	-	-
Transferências de convênios	108.092.905		258.693.837	77.031.915	43.244.614	353.533.271
Transferências para o combate à fome	-		-	-	-	-
Outras receitas de capital	-		-	-	-	-
Integralização do capital social	-		-	-	-	-
Dív. atv. prov. da amortiz. de emp. e financ.	-		-	-	-	-
Restituições	-		-	-	-	-
Outras receitas	-		-	-	-	-
Receitas (intraorçamentárias) (II)	311.226.137		927.905.697	264.358.117	272.242.815	1.775.662.478
Subtotal das receitas (III) = (I + II)	4.951.009.003		14.604.584.775	4.505.529.150	4.462.489.147	22.776.763.016
Operações de crédito - refinanciamento (IV)	-		-	-	-	-
Operações de crédito internas	-		-	-	-	-
Para refinanciamento da dívida mobiliária	-		-	-	-	-
Para refinanciamento da dívida contratual	-		-	-	-	-
Operações de crédito externas	-		-	-	-	-
Para refinanciamento da dívida mobiliária	-		-	-	-	-
Para refinanciamento da dívida contratual	-		-	-	-	-
Subtotal com refinanciamentos (V) = (III + IV)	4.951.009.003		14.604.584.775	4.505.529.150	4.462.489.147	27.074.535.472
Déficit (VI)	-		-	-	-	-
Total (VII) = (V + VI)	4.951.009.003		14.604.584.775	4.505.529.150	4.462.489.147	27.074.535.472
Saldos de exercícios anteriores	-		-			

Receita realizada intraorçamentária	2012			Receitas realizadas		
	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-jun.	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-dez.
Receitas correntes	311.226.137		927.905.697	264.358.117	272.242.815	1.775.662.478
Receita de contribuições	308.184.104		919.214.957	262.833.419	269.029.567	1.734.447.556
Contribuições sociais	308.184.104		919.214.957	262.833.419	269.029.567	1.734.447.556
Receita de serviços	3.042.033		8.690.740	1.524.698	3.213.248	41.214.922
Total	311.226.137		927.905.697	264.358.117	272.242.815	1.775.662.478

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia

Elaboração: SEI/Coref.

RREO – Anexo I (LRF Art. 52, inciso I, alínea "a" do inciso II e §1º)

Tabela 25
Balço Orçamentário – Despesa
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – jan.-jun. 2012

(R\$ 1,00)

Despesa executada	2012			2011		
	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan. - jun.	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-dez.
Despesas (exceto intraorçamentárias) (I)	4.319.430.111		11.900.150.383	4.136.093.874	4.197.599.143	25.099.462.892
Despesas correntes	3.840.317.740		10.784.475.203	3.646.661.120	3.601.365.475	22.061.457.200
Pessoal e encargos sociais	1.962.042.471		5.996.458.870	1.859.872.732	1.793.469.132	11.368.204.548
Juros e encargos da dívida	49.739.637		203.276.785	77.322.872	87.406.370	503.486.354
Outras despesas correntes	1.828.535.631		4.584.739.548	1.709.465.515	1.720.489.973	10.189.766.298
Transferências a municípios	657.122.270		1.895.512.901	611.853.558	630.360.027	3.567.638.147
Demais despesas correntes	1.171.413.361		2.689.226.647	1.097.611.958	1.090.129.946	6.622.128.151
Despesas de capital	479.112.372		1.115.675.180	489.432.755	596.233.668	3.038.005.692
Investimentos	229.699.070		449.770.919	291.771.448	289.973.818	1.721.802.003
Inversões financeiras	80.487.384		183.805.670	48.752.940	140.151.815	404.295.425
Amortização da dívida	168.925.918		482.098.591	148.908.367	166.108.035	911.908.264
Reserva de contingência	-		-	-	-	-
Reserva do rpps	-		-	-	-	-
Despesas (intraorçamentárias) (II)	309.191.119		916.781.319	297.692.846	284.008.410	1.774.655.213
Subtotal das despesas (III) = (I + II)	4.628.621.231		12.816.931.702	4.433.786.720	4.481.607.553	26.874.118.104
Amortização da dívida / refinanciamento (IV)	-		-	-	-	-
Amortização da dívida interna	-		-	-	-	-
Dívida mobiliária	-		-	-	-	-
Outras dívidas	-		-	-	-	-
Amortização da dívida externa	-		-	-	-	-
Dívida mobiliária	-		-	-	-	-
Outras dívidas	-		-	-	-	-
Subtotal com refinanciamento (V) = (III + IV)	4.628.621.231		12.816.931.702	4.433.786.720	4.481.607.553	26.874.118.104
Superávit (VI)	-		-	-	-	-
Total (VII) = (V + VI)	4.628.621.231		12.816.931.702	4.433.786.720	4.481.607.553	26.874.118.104

Despesa intraorçamentária	2012			2011		
	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-jun.	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-dez.
Despesas correntes	309.191.119		916.781.319	297.692.846	284.008.410	1.774.655.213
Pessoal e encargos sociais	249.096.112		742.987.354	240.970.567	230.399.884	1.451.294.316
Outras despesas correntes	60.095.007		173.793.965	56.722.279	53.608.526	323.360.896
Despesas de capital	-		-	-	-	-
Investimentos	-		-	-	-	-
Total	309.191.119		916.781.319	297.692.846	284.008.410	1.774.655.213

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia.

Elaboração: SEI/Coref.

Nota: Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. As Despesas liquidadas são consideradas

RREO – Anexo I (LRF Art. 52, inciso I, alínea "b" do inciso II e §1º) – LEI 9.394/96, Art. 72 – Anexo X

Tabela 26
Receita tributária mensal – Bahia – jan. 2011-jun. 2012

(R\$ 1.000)

Meses	ICMS		Outras		Total	
	2011	2012	2011	2012	2011	2012
Janeiro	1.029.013.833	1.183.096.821	97.463.830	125.184.502	1.126.477.663	1.308.281.323
Fevereiro	940.325.954	1.099.973.808	165.355.204	167.877.483	1.105.681.158	1.267.851.291
Março	934.341.084	1.033.766.974	152.836.788	172.859.622	1.087.177.872	1.206.626.597
Abril	1.006.064.457	1.153.973.735	144.776.483	192.994.993	1.150.840.940	1.346.968.728
Maiο	1.004.076.963	1.050.663.513	197.447.130	204.764.846	1.201.524.093	1.255.428.360
Junho	1.000.724.637	1.108.464.624	208.698.427	232.549.821	1.209.423.065	1.341.014.446
Julho	959.639.410	...	182.009.226	...	1.141.648.636	...
Agosto	966.809.829	...	200.994.920	...	1.167.804.750	...
Setembro	1.043.965.024	...	189.274.307	...	1.233.239.332	...
Outubro	1.047.448.960	...	128.773.429	...	1.176.222.389	...
Novembro	1.091.533.215	...	145.277.748	...	1.236.810.963	...
Dezembro	1.137.153.760	...	209.213.966	...	1.346.367.726	...
Total	12.161.097.127	6.629.939.477	2.022.121.459	1.096.231.268	14.183.218.586	7.726.170.745

Fonte: Sefaz – Relatórios Bimestrais.

Elaboração: SEI.

(Continua)

Tabela 27
Arrecadação mensal do ICMS, por Unidades da Federação
Brasil – jan.-jul. 2011/2012

Unidade da federação	2012						
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai	Jun.	Jul.
Norte	1566998	1201930	1218591	1333592	1.507.797	1.542.874	1.537.282
Acre	42018	44902	64228	73270	68.968	0	0
Amazonas	483157	482678	457490	533646	517.471	592.309	549.554
Pará	574994	485217	533668	557469	549.004	554.218	583.721
Rondônia	237773	0	0	0	207.807	208.664	215.768
Amapá	59213	48789	50933	51794	49.187	61.317	64.170
Roraima	41191	36157	0	0	0	0	0
Tocantins	128652	104188	112272	117412	115.360	126.365	124.068
Nordeste	4374184	3877364	3932707	3895187	3.895.562	4.163.897	3.883.971
Maranhão	331270	290084	309324	289695	293.428	309.806	324.834
Piauí	195666	191856	176929	182741	184.765	190.834	199.140
Ceará	653003	573046	589179	597947	584.894	629.804	619.269
Rio Grande do Norte	320476	266746	298287	284438	285.389	305.933	292.245
Paraíba	272083	254632	254442	0	259.076	265.979	268.875
Pernambuco	970523	797335	824672	855314	813.174	871.307	848.419
Alagoas	231106	197379	205942	196604	187.343	198.258	195.040
Sergipe	196361	168541	171620	233380	176.819	191.107	0
Bahia	1203696	1137745	1102312	1255068	1.110.674	1.200.870	1.136.150
Sudeste	14581385	10973115	14260433	5769052	14.305.576	5.726.288	5.738.261
Minas Gerais	2663415	2286808	2519050	2673853	2.525.834	2.677.056	2.678.343
Espírito Santo	874506	691718	750309	721844	698.637	782.674	753.393
Rio de Janeiro	2425515	0	2157601	2373355	2.260.965	2.266.558	2.306.525
São Paulo	8617949	7994589	8833473	0	8.820.140	0	0
Sul	4477567	2334404	4237368	3215180	2.469.686	4.133.533	3.370.785
Paraná	1491988	0	1434815	1428905	1.477.560	1.423.047	1.584.488
Santa Catarina	1133414	924784	1037523	0	992.127	1.025.075	0
Rio Grande do Sul	1852165	1409620	1765030	1786275	0	1.685.412	1.786.297
Centro-Oeste	2380207	1957017	2169001	2265525	2.666.000	1.786.505	2.369.752
Mato Grosso	534855	453647	521964	544888	556.662	548.347	550.729
Mato Grosso do Sul	483827	412794	452090	502738	482.548	0	485.686
Goiás	855756	686966	745102	739877	1.198.474	771.999	877.393
Distrito Federal	505769	403611	449845	478023	428.317	466.159	455.943
Brasil	27380341	20343830	25818100	16478536	24.844.621	17.353.097	16.900.052
							149.118.577

(Conclusão)

Tabela 27
Arrecadação mensal do ICMS, por Unidades da Federação
Brasil – jan.-jul. 2011/2012

Unidade da federação	2011							Acumulado jan.-jul.
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai	Jun.	Jul.	
Norte	1.405.084	1.294.119	1.273.094	1.295.485	1.323.264	1.369.412	1.457.302	9.417.760
Acre	49.509	55.925	53.909	48.861	45.574	46.098	48.113	347.989
Amazonas	469.235	452.890	457.396	454.000	481.523	461.413	494.512	3.270.969
Pará	475.572	442.085	421.472	439.113	421.532	464.799	513.490	3.178.063
Rondônia	227.274	182.429	180.561	185.817	204.060	212.851	223.513	1.416.505
Amapá	42.548	37.410	34.828	36.879	34.930	41.357	37.583	265.535
Roraima	34.988	32.139	33.261	34.343	35.769	36.154	33.300	239.954
Tocantins	105.958	91.241	91.667	96.471	99.877	106.739	106.791	698.744
Nordeste	3.854.590	3.595.639	3.436.240	3.606.712	3.685.716	3.696.540	3.766.104	25.641.541
Maranhão	279.147	250.500	255.084	268.331	254.378	272.346	277.188	1.856.974
Piauí	180.784	176.710	148.230	165.151	160.353	157.504	189.514	1.178.246
Ceará	569.613	503.253	507.648	517.117	521.613	552.248	563.076	3.734.568
Rio Grande do Norte	241.446	243.854	238.150	246.963	306.689	250.304	266.971	1.794.377
Paraíba	250.930	238.269	221.736	225.461	228.618	235.638	239.816	1.640.468
Pernambuco	865.272	830.231	739.348	769.969	763.600	805.881	846.155	5.620.456
Alagoas	205.950	195.555	176.772	191.035	196.403	169.637	167.983	1.303.335
Sergipe	183.638	152.931	150.019	151.056	152.345	157.697	156.859	1.104.545
Bahia	1.077.809	1.004.337	999.252	1.071.629	1.101.716	1.095.286	1.058.541	7.408.570
Sudeste	13.076.777	12.568.474	12.992.153	13.556.979	13.443.308	13.776.850	13.382.584	92.797.125
Minas Gerais	2.356.876	2.133.220	2.233.889	2.461.272	2.148.502	2.482.334	2.441.145	16.257.238
Espírito Santo	683.838	650.773	642.345	746.463	645.963	775.542	687.940	4.832.864
Rio de Janeiro	2.214.239	1.894.126	2.018.745	1.996.916	2.159.657	2.135.001	1.925.069	14.343.753
São Paulo	7.821.823	7.890.355	8.097.174	8.352.328	8.489.187	8.383.973	8.328.430	57.363.270
Sul	3.970.838	3.452.618	3.541.157	3.882.229	3.762.733	3.757.516	3.781.063	26.148.154
Paraná	1.291.415	1.112.139	1.162.393	1.263.936	1.268.690	1.276.696	1.267.566	8.642.835
Santa Catarina	1.014.916	906.199	923.633	975.752	954.360	955.935	931.177	6.661.972
Rio Grande do Sul	1.664.506	1.434.280	1.455.132	1.642.541	1.539.683	1.524.884	1.582.319	10.843.345
Centro-Oeste	2.152.181	1.953.429	2.057.234	2.059.814	2.021.698	2.196.761	2.109.775	14.550.892
Mato Grosso	454.904	368.294	451.669	521.864	471.882	492.904	484.729	3.246.246
Mato Grosso do Sul	422.774	383.334	422.255	431.581	426.201	441.421	435.110	2.962.676
Goiás	832.029	826.922	791.519	702.220	713.097	787.892	763.499	5.417.178
Distrito Federal	442.474	374.879	391.791	404.149	410.518	474.543	426.437	2.924.791
Brasil	24.459.471	22.864.278	23.299.878	24.401.219	24.236.719	24.797.079	24.496.829	168.555.473

Fonte: Confaz/Cotepe/CMS.

Elaboração: SEI/Confaz.

Última Atualização em Dezembro

(...) Dado indisponível

(*) Dado sujeito a retificação

Município

(Continua)

Tabela 28 Balanço Orçamentário – Receita Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – jan.-jun. 2012 (R\$ 1,00)						
Receita realizada	2012			2011		
	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-jun.	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-dez.
Receitas (exceto intraorçamentárias) (I)	582.833.150		2.527.736.223	573.303.965	602.550.912	3.560.438.391
Receitas correntes	627.591.059		2.665.354.333	614.299.643	632.296.569	3.716.987.136
Receita tributária	206.884.783		1.091.524.629	195.336.409	196.052.325	1.296.572.941
Impostos	183.564.538		888.518.548	162.140.011	176.026.764	1.152.689.555
Taxas	23.135.650		202.270.056	33.001.775	19.638.561	306.749.000
Outras receitas tributárias	184.595		736.025	194.623	187.000	42.582.066
Receita de contribuições	28.654.400		106.441.820	21.889.764	17.425.829	111.698.788
Contribuições sociais	15.637.535		57.029.672	10.179.328	6.196.575	60.301.315
Contribuições econômicas	13.016.866		49.412.148	11.710.436	11.229.254	31.893.391
Receita patrimonial	6.759.277		31.143.079	9.749.286	11.392.618	56.733.830
Receitas imobiliárias	395.193		1.236.761	215.524	201.548	2.230.845
Receitas de valores mobiliários	4.119.200		19.461.584	6.466.305	7.128.174	34.882.563
Receitas de concessões e permissões	2.242.340		10.437.844	3.067.456	4.062.896	19.620.422
Outras receitas patrimoniais	2.543		6.890	-	-	0
Receita industrial	100.264		574.086	126.543	108.112	1.054.502
Receita da indústria de construção	100.264		574.086	126.543	108.112	1.054.502
Receita de serviços	324.312		2.623.226	934.315	5.576.843	12.337.436
Transferências correntes	357.441.736		1.358.566.052	359.300.640	330.700.633	2.005.578.543
Transferências intergovernamentais	352.911.398		1.348.496.652	355.305.757	331.415.020	1.984.102.423
Transferências de instituições privadas	3.011.442		4.351.121	800	-4.122.021	1.957.855
Transferências do exterior	-		-	-	401.930	56.370
Transferências de pessoas	4.895		50.754	690	13.280	24.372
Transferências de convênios	1.514.002		5.667.526	3.993.393	2.992.424	18.327.041
Outras receitas correntes	27.426.287		74.481.440	26.962.687	71.040.210	176.295.762
Multas e juros de mora	11.750.715		34.103.930	10.327.184	39.973.952	82.255.280
Indenizações e restituições	227.130		1.333.564	430.872	19.986.976	25.545.125
Receita da dívida ativa	14.170.513		32.012.402	15.270.735	9.085.795	90.434.909
Receitas diversas	1.227.931		6.981.544	933.895	1.085.795	8.060.447
Receitas de capital	268.336		27.165.137	2.474.055	8.907.693	72.504.097
Operações de crédito	-		6.027.970	-	-	0
Operações de crédito internas	-		6.027.970	-	-	0
Alienação de bens	-		-	-	-	1.246.350
Alienação de bens móveis	-		-	-	-	1.246.350
Transferências de capital	268.336		21.137.167	2.474.055	8.907.693	71.257.747
Transferências intergovernamentais	268.336		448.336	-	1.540.000	1.633.333
Transferências de convênios	-		20.688.831	2.474.055	7.367.693	69.262.709
Outras receitas de capital	-		-	-	-	0
Receitas diversas	-		-	-	-	0

(Conclusão)

Tabela 28
Balço Orçamentário – Receita
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – jan.-jun. 2012

(R\$ 1,00)

Receita realizada	2012			2011		
	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-jun.	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-dez.
Dedução da receita corrente	-45.026.245		-164.783.247	(43.469.733)	(38.649.290)	-226.052.844
Receitas (intraorçamentárias) (II)	31.852.481		96.831.302	20.981.264	9.242.783	97.076.718
Subtotal das receitas (III) = (I + II)	614.685.631		2.624.567.525	594.285.229	611.797.755	3.660.515.109
Déficit (IV)	-	-	-	-	-	-
Total (V) = (III + IV)	614.685.631		2.624.567.525	594.285.229	611.797.755	3.660.515.109

Receita intraorçamentária	2012			2011		
	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-jun.	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-dez.
Receitas correntes	31.852.481		96.831.302	20.981.264	9.242.783	97.076.718
Receita de contribuições	31.852.481		94.587.534	19.981.264	8.242.783	92.886.875
Receita de serviços	-		2.243.768	1.000.000	1.000.001	4.189.842
Receita de capital	-		-	-	-	0
Outras receitas de capital intraorçamentária	-		-	-	-	0
Total	31.852.481		96.831.302	20.981.264	9.242.783	97.076.718

Fonte: Secretaria da Fazenda do Município de Salvador.
 Elaboração: SEI/Coref.

Tabela 29
Balanço Orçamentário – Despesa
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Salvador – jan.-jun. 2012

(R\$ 1,00)

Despesa executada	2012			2011		
	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-jun.	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-dez.
Despesas (exceto intraorçamentárias) (I)	582.067.670		1.628.038.752	535.906.429	513.583.741	3.254.570.575
Despesas correntes	524.394.972		1.476.652.172	509.342.554	477.118.910	3.020.833.348
Pessoal e encargos sociais	233.649.509		684.655.085	183.600.980	207.287.158	1.256.238.966
Juros e encargos da dívida	11.562.869		34.197.483	11.886.082	11.531.059	11.175.048.349
Outras despesas correntes	278.982.594		757.599.604	313.855.493	258.300.693	1.694.546.023
Despesas de capital	57.672.698		151.386.580	26.563.875	36.464.831	233.737.227
Investimentos	28.456.259		67.620.499	6.083.219	12.762.474	90.510.561
Inversões financeiras	1.000.000		3.522.000	3.194.000	3.310.000	13.660.500
Amortização da dívida	28.216.439		80.244.081	17.286.656	20.392.357	127.122.665
Reserva de contingência	-		-	-	-	-
Despesas (intraorçamentárias) (II)	25.306.799		63.793.961	20.744.841	23.215.029	133.727.421
Subtotal das despesas (III) = (I + II)	607.374.469		1.691.832.713	556.651.270	536.798.771	3.388.597.997
Superávit(IV)	-		-	-	-	-
Total (V) = (III + IV)	607.374.469		1.691.832.713	556.651.270	536.798.771	3.388.297.997

Despesa intraorçamentária	2012			2011		
	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-jun.	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-dez.
Despesas correntes	25.306.799		63.793.961	20.744.841	23.215.029	133.727.421
Pessoal e encargos sociais	25.306.799		63.793.961	20.655.414	22.573.953	127.357.583
Outras despesas correntes	-		-	89.427	641.077	6.369.838
Despesas de capital	-		-	-	-	-
Investimentos	-		-	-	-	-
Total	25.306.799		63.793.961	20.744.841	23.215.029	133.727.421

Fonte: Secretaria da Fazenda do Município de Salvador.

Elaboração: SEI/Coref.

Nota: Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. As Despesas liquidadas são consideradas.

Publique
seu artigo



C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

ENDEREÇO ELETRÔNICO
PARA ENVIO DOS ARTIGOS

c&p@sei.ba.gov.br

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Rosangela Conceição

Elissandra Britto

INFORMAÇÕES

55 71 3115-4771

e 3115-4711

www.sei.ba.gov.br



@eu_sei



Imprensa.sei



NORMAS PARA PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS

A revista **Conjuntura & Planejamento**, editada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), órgão vinculado à Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (Seplan), aceita colaborações originais, em português, de artigos sobre conjuntura e planejamento da economia, bem como resenhas de livros inéditos que se enquadrem nestes mesmos parâmetros.

Os artigos e resenhas são submetidos à apreciação do Conselho Editorial, instância que os aprova para publicação.

A Coordenação Editorial reserva-se o direito de sugerir ou modificar títulos, formatar tabelas e ilustrações, dentre outras intervenções, a fim de atender ao padrão editorial e ortográfico adotado pela Instituição, constante no *Manual de Redação e Estilo* da SEI, disponível no site www.sei.ba.gov.br, menu “Publicações”.

Os artigos ou resenhas que não estiverem de acordo com as normas não serão apreciados.

O autor terá direito a dois exemplares do periódico em que seu artigo for publicado.

Padrão para envio de artigos ou resenhas:

- Apresentação em editor de texto de maior difusão (Word), formatado com entrelinhas de 1,5, margem esquerda de 3 cm, direita e inferior de 2 cm, superior de 3 cm, fonte Times New Roman, tamanho 12;
- Os artigos devem conter, no mínimo, dez páginas e, no máximo, 15 e as resenhas, no máximo, três páginas;
- É permitido apenas um artigo por autor, exceto no caso de participação como coautor;
- Inclusão, em nota de rodapé, da identificação do autor, com nome completo, titulação acadêmica, nome da(s) instituição(ões) a que está vinculado, e-mail, telefone e endereço para correspondência;
- Arquivos magnéticos devem ser enviados à Coordenação de Análise Conjuntural (CAC), para o e-mail c&p@sei.ba.gov.br;
- As tabelas e demais tipos de ilustrações (desenhos, esquemas, figuras, fluxogramas, fotos, gráficos, mapas etc.) devem estar numerados consecutivamente, com algarismos arábicos, na ordem em que forem citados no texto, com os títulos, legendas e fontes completas, e localizados o mais próximo possível do trecho a que se referem;
- As ilustrações de qualquer tipo devem estar acompanhadas dos originais. As fotografias devem apresentar resolução de 300 dpi (CMYK), com cor real e salvas na extensão TIFF;
- As notas de rodapé devem ser explicativas ou complementares, curtas, numeradas em ordem sequencial, no corpo do texto e na mesma página em que forem citadas;
- As citações de até três linhas devem estar entre aspas, na sequência do texto. As citações com mais de três linhas devem constar em parágrafo próprio, com recuo da margem de 4 cm, fonte 10, espaço simples, sem aspas e identificadas pelo sistema autor-data (NBR 10520 da ABNT);
- As referências devem ser completas e precisas, segundo as Normas Brasileiras para Referências Bibliográficas – NBR 6023 da ABNT.

Todos os números da Conjuntura & Planejamento podem ser visualizados no site da SEI (www.sei.ba.gov.br) no menu “Publicações”.



SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO

